

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

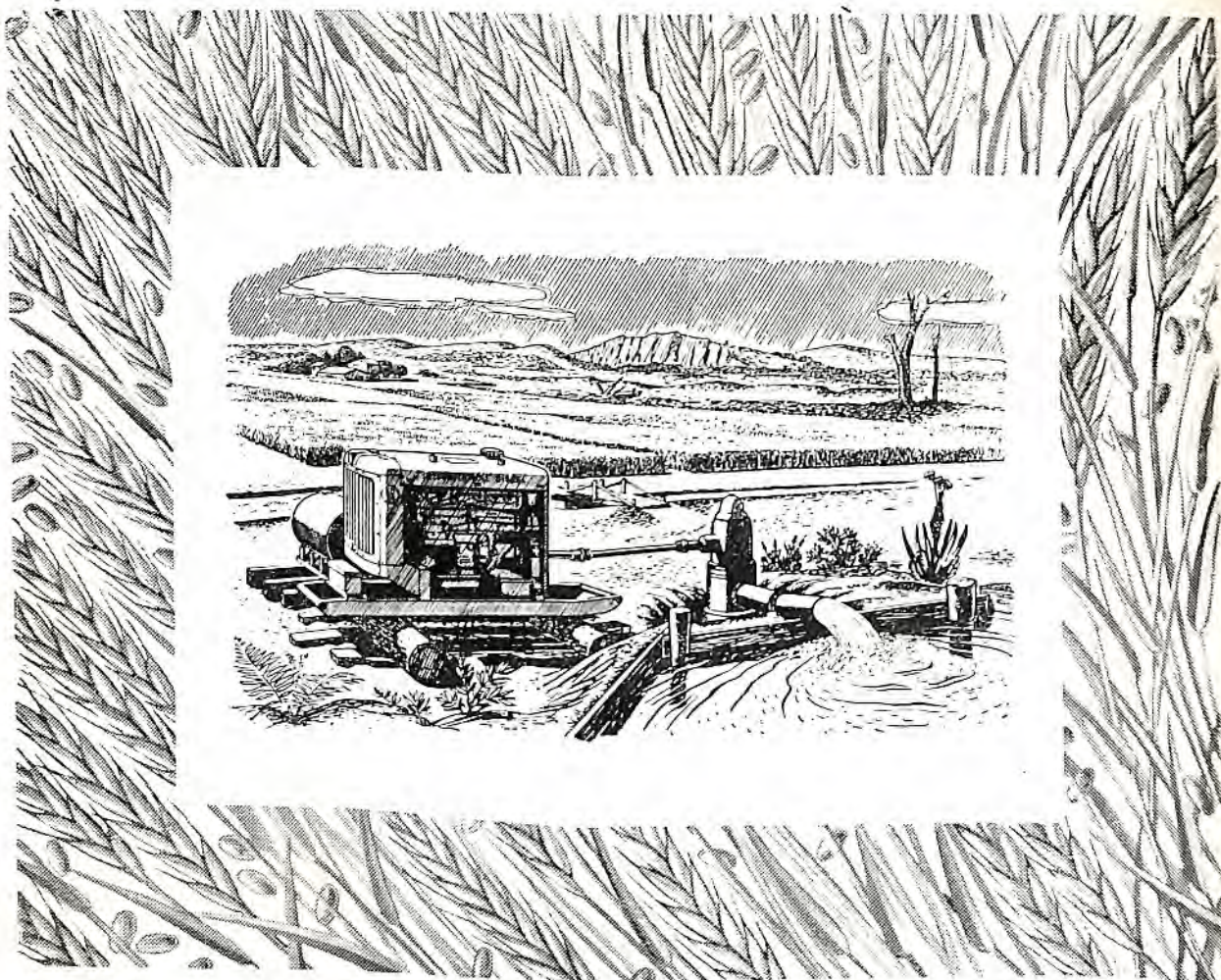


V Exposição Agro-Pecuária do Distrito Federal, de 9 a 16 de Agosto, na Fazenda Modelo de Guaratiba. No momento da inauguração, o Sr. Prefeito João Carlos Vital, e o Presidente da Câmara dos Vereadores desatam o fito simbólico, vendo-se, também, além de outras autoridades, os Srs. Heitor Grillo, Secretário da Agricultura, e Sotio Meior, Diretor da Fazenda Modelo.

(Ver no livro ampla reportagem e fotografias)

RIO DE JANEIRO — BRASIL

JULHO - AGOSTO 1932



1205

“Faça chover” sobre as suas terras

● A International Harvester dispõe da experiência de um século no mercado mundial e 25 anos de atividades no Brasil.

Hoje, está em suas mãos não deixar que suas terras, lavouras e pastagens morram de sede, assegurando, assim, uma parte importante da sua estabilidade material e econômica. A ajuda-gem e a adequada distribuição das águas em sua fazenda tornaram-se muito mais fáceis com os modernos equipamentos mecanizados para o campo, entre os quais se acham as unidades de força e as bombas que fazem chover a qualquer momento sobre as plantações. Para construir as barragens e os respectivos canais ou valas de irrigação, o senhor dispõe hoje de pequenos, médios ou grandes tratores, e outras máquinas agrícolas, que aceleram, simplificam e barateiam de maneira extraordinária as suas tarefas.

Consulte o Concessionário I. H. mais próximo

INTERNATIONAL HARVESTER

MÁQUINAS, S.A.

FÔRÇA INDUSTRIAL INTERNATIONAL · CAMINHÕES
INTERNATIONAL · TRATORES e MÁQUINAS
AGRÍCOLAS McCORMICK INTERNATIONAL

RIO DE JANEIRO: AV. BARÃO DE TEFÉ, 74 * SÃO PAULO: RUA ORIENTE, 57 * PORTO ALEGRE: RUA GASPAR MARTINS, 203



V EXPOSIÇÃO AGRO-PECUÁRIA DO DISTRITO FEDERAL. ESTE LAGO DE PATOS FOI REALIZADO EM POUCOS DIAS. ERA UM DOS PONTOS MAIS FREQUENTADOS PELO PÚBLICO, NO DECORRER DO CERTAME

S U M A R I O

Banco do Brasil e o Crédito Agrícola — Prof. Arthur Torres Filho	3
V Exposição Agro-Pecuária do Distrito Federal — L. M. Poliano	5
Problemas da citricultura nacional	20
Banco do Brasil — Ata da assembléia geral extraordinária de 24-6-52	33
Vence a campanha pela natureza — Luiz Carlos de Mesquita Maia	39
A Sociedade Nacional de Agricultura no 1.º Congresso Nacional do Fumo	40
Garantia à atividade rural através do seguro agrário — Prof. Arthur Torres Filho ...	41
Educação sanitária do homem rural — Geraldo Goulart da Silveira	42
O dever do produtor do leite — Otto Frenzel	44
Plano cooperativo para o babaçú e a carnaúba — Fábio Luz Filho	45
Noticiário da Escola de Horticultura Wenceslão Bello	46

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	—	DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito	—	DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra	—	DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS

DIRETORIA GERAL

Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Secretário	—	KURT REPSOLD
2.º Secretário	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral		LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ALMEIDA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ALFEU DOMINGUES
ALVARO SIMÕES LOPES
ANAPIO GOMES
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA
APOLONIO SALLES
ARMENIO DA ROCHA MIRANDA
ARTHUR OBERLAENDER TIBAU
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
CARLOS DE SOUZA DUARTE
DIOGENES CALDAS
EDUARDO DUVIVIER
EUVALDO LODI
FABIO FURTADO LUZ
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF
HUMBERTO BRUNO
IRIS MEINBERG
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA
ITAGYBA BARÇANTE
IVO LEÃO
JERONIMO ANTONIO COIMBRA

JOAQUIM CAMARA FILHO
JOSAFÁ MACEDO
JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
JOSÉ SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
JULIO CESAR COVELO
JUVENAL LAMARTINE
LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
LAURO PIRES XAVIER
LAURO FORTES BUSTAMANTE
MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
MANOEL NETO CAMPELO JUNIOR
MARCIAL G. TERRA
MARIO VILHENA
ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
PAULO PARREIRAS HORTA
PEDRO FONTES
ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELO
RUI CARNEIRO
SEBASTÃO SANT'ANA e SILVA
WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTE ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil** — Dr. Altino de Azevedo Sodré; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr.

Luiz Simões Lopes; **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Kurt Repsold; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes, Suplente: Dr. Newton Beleza.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897
ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LVI

JULHO-AGOSTO — 1952

O Banco do Brasil e o Crédito Agrícola

Prof. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

É passado o tempo com que os dons naturais constituíam privilégio para o progresso dos povos. Na atualidade, tornam-se indispensáveis conhecimentos científicos para aperfeiçoamento dos fatores da produção, aumentando a eficiência do trabalho do homem.

A estabilidade da agricultura dependerá da educação rural para combater ao empirismo criando bases técnicas que garantam uma produção mais abundante, melhor e mais barata. O suprimento de recursos ao produtor rural, na opinião de Wenceslão Belo, constitui o mais importante problema para a agricultura. Ao regressar de uma viagem de estudos á Europa em 1908, preconizou o antigo presidente da Sociedade Nacional de Agricultura que o papel que as caixas econômicas poderiam representar para o crédito agrícola, com as reservas arrecadadas da economia popular deviam voltar em utilidades indispensáveis ao bem estar do próprio povo. Infelizmente até o presente momento, essas instituições não tem cumprido esse papel de tamanha relevância.

É certo que os recursos obtidos com a venda de suas colheitas, num labôr incessante, o agricultor brasileiro não poderá dispor de meios para usar de métodos mais eficientes nas suas atividades. Do Império á República, múltiplas tentativas foram feitas resultando em insucesso para adoção do crédito agrícola no país. De tôdas ás modalidades de crédito proporcionado á produção, este é ainda hoje objeto de estudo em muitos países, dadas as dificuldades de sua implantação.

As lei mais antiga no Brasil é a de número 1.237 do ano 1864. Coube ao Presidente Getúlio Vargas com a iniciativa da criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial de 1937, no Banco do Brasil, dar o passo mais seguro para atender a essa grande aspiração da nossa classe agrícola no seu esforço incessante em benefício da coletividade.

Com sua larga experiência bancária, dispondo de uma grande rede de agências distribuidas pelo país, poudo o Banco do Brasil, cautelosamente, estender os benefícios do crédito nas suas principais modalidades para o fortalecimento da nossa economia agrária. Sobreleva ressaltar a iniciativa de várias administrações estaduais, como a do Banco Mineiro da Produção,

que obedece a uma orientação sadia e proveitosa para a produção agro pecuária do Estado.

É o crédito agrícola supervisionado, altamente proveitoso ao melhoramento da vida rural. Quando o sr. Presidente da República traça o programa para a Batalha da Produção Agrária, é necessário, termos bem presentes as palavras de Wenceslão Belo — "a falta de crédito tolhe os braços do lavrador e lhe cresta o animo para a luta".

A iniciativa da Diretoria do Banco do Brasil, adotada na assembléia geral Extraordinária de 24 de Junho último, é das que se tornam dignas de nossos louvores e de todos quantos, há longos anos vêm no crédito agrícola, fácil e acessível, o melhor meio de realmente estimular a produção. *Vale a pena destacar do corpo da ata da referida reunião a justificação da Diretoria do Banco para o novo critério, a ser adotado de ora avante, relativamente empréstimos aos pequenos agricultores.*

"O amparo e o estímulo ao pequeno produtor sempre constituíram preocupação fundamental de todos os Governos, como solução para o fomento da pequena propriedade rural e meio indispensável para incorporar o seu gigantesco mas diluído esforço num programa racional de desenvolvimento da produção. Todavia, afim de que se possa reclamar desses elementos a colaboração que dêles pode e deve esperar a coletividade, imperiosa se torna a eliminação das dificuldades e dos fatores negativos com que tropeçam na obtenção do crédito, condição primária e decisiva para o crescimento da riqueza nacional. Dentro desses postulados, que se ajustam com a orientação traçada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República para a recuperação e o fortalecimento da economia do país, e tendo em vista, por outro lado, o compreensível e habitual temor do pequeno agricultor e criador ao complicado formalismo das medidas de segurança, com que o capital busca inteira cobertura dos riscos inerentes ao seu mercado, agravados pelo desproporcional ônus que representa a constituição de garantias sobre modestos financiamentos, é que verificamos a conveniência de modificar-se o sistema em vigor no Banco, aumentando-lhe a flexibilidade e adaptando-o à realidade nacional, de sorte a não entravar a assistência financeira que se deve àqueles preciosos cooperadores de nosso progresso. Pode-se, talvez, argumentar que a segurança das operações ficaria comprometida pelo estabelecimento de critério mais liberal do que o vigente. Acreditamos sinceramente, porém, que o maior risco será anulado pela influência do grande número de pequenos empréstimos e pelos efeitos de uma regulamentação capaz de impedir os negócios de finalidade aleatória ou não econômica; o país, para que todos voltamos o melhor de nossos esforços, será de sobejo compensado pelos frutos que resultarão da iniciativa, em prol de uma estabilidade maior e mais segura de sua estrutura econômica. Nessas condições, propomos aos Senhores Acionistas que ao artigo sete dos Estatutos do Banco — em que são instituídas as normas básicas das operações em geral — seja acrescentado mais um inciso, que tomará o número treze, assim redigido: "Décimo terceiro — Conceder empréstimos a prazo não superior a um ano, aos pequenos produtores rurais, para o financiamento de suas atividades agrícolas ou pastoris, não podendo a quantia emprestada a cada devedor exceder de cinquenta mil cruzeiros, em nenhuma hipótese. Parágrafo único. Para a concessão dos empréstimos autorizados neste inciso, poderá ser dispensada a exigência de garantias reais ou pessoais de pagamento, sendo, porém, necessário que os pretendentes exerçam diretamente a atividade agrícola ou pastoril, assim como preencham os requisitos de idoneidade, tradição e indiscutível capacidade profissional."

V Exposição Agro-Pecuária do Distrito Federal

Reportagem de

L. M. POLIANO

(Secretário Geral da Sociedade
Nacional de Agricultura)

O Sertão Carioca esteve em festa de 9 a 16 de agosto, com a realização da V Exposição Agro-Pecuária do Distrito Federal, nas dependências da Fazenda Modelo de Guaratiba.

Ambiente nitidamente rural, num belo dia de sol carioca.

Houve quem considerasse impróprio o local: cinquenta quilômetros de estradas razoáveis, excetuados 15, da Cidade até Cascadura, cujas vias de acesso estão a exigir medidas de quem de direito, pelos milhares de buracos, que algumas turmas,

com poucos dias de trabalho, talvez resolvessem.

Mas somos dos que pensam que a Fazenda Modelo, com toda a distância que a separa do Aeroporto Santos Dumont, ainda é o lugar mais indicado para tais mostras. Há mais espaço. Mais ambiente. De resto, uma exposição rural interessa de fato a quem faz agricultura. No centro da cidade, talvez atraísse a curiosidade de moradores de Copacabana ou da Tijuca. Mas as exposições valem pelo que ensinam aos profissionais e também pelo que nelas



Dentre as pessoas que aparecem nesta foto, notam-se o Sr. Prefeito, Dr. João Carlos Vital, o Sr. Secretário da Agricultura, Prof. Heitor Grillo, o Presidente da Câmara de Vereadores, Sr. Mourão Filho e outras autoridades.



As autoridades presentes, sobre o palanque armado em frente ao picadeiro, assistem ao desfile dos animais e máquinas agrícolas.

conseguem colher os responsáveis pelo setor da administração, tomando a média daquilo que suas providências resultaram de prático. E, também, para levarem aos agriultores e criadores a emulação, decorrente do contáto que por dias mantêm uns com os outros, observando-se mutuamente, os mais atrasados corrigindo-se, os mais adiantados aperfeiçoando-se. Como que um balanço geral, com ativo e passivo, mostrando acertos e desacertos.

É indispensável que a administração saiba até que ponto as suas medidas penetraram — e no meio rural isto é muito importante, sabendo-se das resistências que as providências oficiais sempre encontraram, por motivos óbvios, entre os homens do campo; qual a intensidade da sua influência no sentido da melhoria dos métodos de produção, visando a erradicação das práticas empíricas, longamente arraigadas.

Um outro fator, de alta preponderância, neste caso de Exposições, é a regularidade com que se realizem. Esta é a quinta mostra, organizada no Distrito Federal

e para o Distrito Federal. A primeira, com o Sr. Heitor Grillo, esta ainda com o mesmo ilustre técnico, que inaugurou na Prefeitura, como seu titular, a respectiva Secretaria da Agricultura.

No decorrer desta reportagem, veremos que todos êsses pontos foram plenamente atingidos: melhor e mais farta produção, e interesse — diríamos mesmo confiança — dos produtores nos idealizadores e realizadores do certame.

COLABORAÇÃO DOS AGRICULTORES

A confiança dos agricultores nos trabalhos dos técnicos da Secretaria e da Fazenda Modelo, com o seu corpo dedicado de funcionários, chefiado com muito acerto pelo Diretor, Eng. Agrônomo Rafael Linó Sotto Maior, pode ser traduzida no proveitoso trabalho das cooperativas e organizações de classe, que se incumbiram das representações nas respectivas zonas rurais.

O Agrônomo Eduardo Hugo Frota, Chefe da Secção de Horticultura, falou-nos com entusiasmo dessa colaboração, di-

zendo que o trabalho da comissão executiva da Exposição no quadro da representação dos produtores quase que se limitasse à coordenação. Todas as cooperativas e entidades associativas de produtores se encarregaram da arregimentação dos expositores e até da apresentação dos mostruários.

É o ideal em matéria de administração, quando o interessado compreende que a repartição pública é sua *auxiliar*, e não *inimiga*. Vimos, na Secretaria da Exposição, em grande azáfama, agricultores que a princípio tomamos como funcionários, a ajudar, inclusive datilografando.

É assim que, dos 1.477 expositores, 931 compareceram com seus produtos através das entidades rurais, os restantes diretamente ou através dos Postos Agrícolas mantidos em toda a zona rural pela Secretaria de Agricultura.

EMULAÇÃO

Foram as seguintes, as organizações rurais que compareceram: Intendências Agrícolas do Rio da Prata, da Estrada do Rio Grande, da Cachamorra, da Posse, do



Novilho de raça holandesa. 1.º Prêmio



O Sr. João Carlos Vital palestra com um velho lavrador, chefe de uma turma de surdos mudos do "Sítio Ceará".



A mesa, durante o churrasco, o Sr. Prefeito e o Vereador João Machado

Viegas, de Santa Eugênia, dos Palmares, do Realengo; Sociedade União dos Agricultores; Cooperativas dos Agricultores de Campo Grande, do Realengo, do Frago, da Ilha de Guaratiba, do Mato Alto, de Santa Cruz; Centro Pro-Melhoramentos de Sepetiba e Indústrias Rurais de Santa Cruz. Cada uma dessas organizações se esforçou ao máximo para a maior representação das respectivas zonas e, ao fim, o júri resolveu, através dos pontos obtidos pelos filiados representados, conceder premiações às mesmas. O resultado final foi o seguinte nessa competição de influência:

1.º lugar — Intendência Agrícola do Rio da Prata, 212 pontos; 2.º lugar — Intendência Agrícola da Estrada do Rio Grande, 127 pontos; 3.º lugar — Intendência Agrícola da Cachamorra, 93 pontos; 4.º lugar — Intendência Agrícola do Viegas, 83 pontos; 5.º lugar — Cooperativa Agrícola da Ilha de Guaratiba, 64 pontos; 6.º lugar — Cooperativa dos Agricultores e Criadores do Mato Alto, 57 pontos; 7.º lugar — Intendência Agrícola do Realengo, 48 pontos; 8.º lugar — Sociedade União dos Agricultores, 45 pontos; 9.º lu-

gar — Intendência Agrícola de Santa Eugênia, 39 pontos; 10.º lugar — Intendência Agrícola da Posse, 32 pontos.

COLABORAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES COMERCIAIS

Para o maior brilho da Exposição, além dos prêmios honoríficos, pôde a Comissão contar com o oferecimento de valiosos prêmios por parte de entidades comerciais e industriais, representadas por máquinas, utensílios, drogas, etc., distribuídos ao fim pelos agricultores melhor classificados. Eis a relação desses prêmios, com os seus doadores:

1) BUNCARTV — 1 pulverizador; 2) Empresa de Desinfecção Ltd. — 10 pulverizadores; 3) — SCAR - Rio — 1 lanca-chamas; 2 quilos de cera moldada; 1 fumegador; 1 colmeia; 1 campânula; 1 máquina de picar forragem; 4) GEOVIA — 1 bomba para pneumático; 5) — ETAPA S/A — 1 liquidificador manual; 6) ABC do AVICULTOR — 1 balança para pesar ovos; 7) PROPAC — 1 taça; 8) RHODIA — 1 taça de prata; 9) BLEM-

CO S/A — 1 aplicador para formicida; 10) CADAL — 5 sacos de adubo para hortaliças; 5 sacos de adubo para tomate; 5 sacos de salitre do Chile; 11) MESBLA S/A — 1 máquina de picar forragem; 12) IMPEX Representações Ltda. — 6 polvilhadeiras; 13) — Indústrias Químicas Brasileiras — 11 caixas de composto de cobre Dupont; lexone; espalhante adesivo Dupont; 6 pacotes de marlate; 6 pacotes de zerlate;; 14) PLAV Equipamento de Indústria e Transporte — 1 arado; 15) Arthur Vianna — Salitre do Chile; farelo de mamona; sulfato de potássio; hiperfosfato; verde de Paris; sulfato de cobre; arseniato de chumbo; enxofre em pó; 1 medalha de ouro; 16) — Chácara Santa Cruz — 20 mudas de coqueiro-anão; 17) SOTREQ — 1 debulhador de milho "John Deere"; 18) Serviço de Horticultura da P.D.F. — 3 sacos de adubo de 50 quilos; 2 sacos de 20 quilos de salitre do Chile; 1 saco de 10 quilos do mesmo; 50 mudas de abio; 100 mudas de mamão; 50 mudas de cajú; 10 caixas de Rodiattox; 200 lâminas de madeira.

NATUREZA DOS PRODUTOS APRESENTADOS

Noventa, foram as espécies dos milhares de produtos vegetais apresentados, cabendo aos animais 533 representantes no certame; destes, figuraram nos *stands* da Exposição: 24 bovinos, com o predomínio das raças leiteiras e sendo de notar que, dentre estes, alguns produtos foram obtidos pela inseminação artificial, realizada pela Secretaria da Agricultura em colaboração com o Departamento Nacional de Indústria Animal, do Ministério da Agricultura; 37 suínos das raças Duroc Jersey, Edelschwein, Hampshire, Caruncho, Pirapitinga e Canastra; 35 coelhos das raças Angorá francês, Gigante da Flandres, Borboleta, Gigante de Bouscat, Amarelo da Borgonha, Chinchilla, Neozelandês e Azul de Viena; 18 cobaías. Entre as aves, figuravam 41 marrecos e patos, 24 gansos, 297 galinhas, 36 pombos e 31 perus, de diversas raças.

O ATO INAUGURAL

Precisamente às 11 horas do dia 9,



A parte relativo a produtos de origem vegetal, foi muito variada e despertou a admiração de todos. É notória a satisfação do Agrônomo Sotelo Maior, à esquerda, e fator de relevo no êxito do certame.



Este menino participava da banda de música, da qual era o elemento mais novo. No momento, faz uma exibição para o Sr. Prefeito, para o seu assistente militar e para o Sr. Maurício de Mello Soares, Secretário-Assistente do Prof. Heitor Grillo.

teve lugar o ato inaugural, que contou com a presença do Prefeito, Sr. Dr. João Carlos Vital, dos Secretários da Agricultura e Viação, respectivamente, Srs. Heitor Grillo e Alim Pedro, do General Canrobert Pereira da Costa, do Senador Atilio Vivacqua, do Presidente da Câmara Municipal, Sr. Mourão Filho, do Sr. João Machado, outros vereadores, diretores e chefes de serviço do Ministério da Agricultura, do Presidente da Confederação Rural Brasileira, Sr. Mário de Oliveira, do Sr. L. Marques Poliano, Secretário Geral e representante da Sociedade Nacional de Agricultura, de outras autoridades, numeroso público, lavradores e criadores do município.

O Prefeito, desenhada a fita, entrou pelo portão rústico da Exposição, toda engalanada e sob os aplausos do público, acompanhado pelo Sr. Heitor Grillo e mais autoridades, dirigindo-se logo para o palanque fronteiro ao picadeiro, de onde assistiu ao desfile dos animais e das nume-

rosas máquinas e equipamentos motorizados. A seguir, percorreu demoradamente os variados *stands*, tendo atendido pessoalmente a diversos lavradores que a ele se dirigiam. A visita durou cerca de três horas, ao fim das quais, reuniram-se S. Excia. e demais autoridades à mesa onde foi servido o churrasco, ao som de músicas típicas.

Um bem organizado serviço de altofalantes, para a difusão de notícias e de programas musicais, tornava festivo e alegre o cenário campestre, a que não faltou, também, uma banda de música composta de moradores e da qual participavam meninos e meninas.

Chamava a atenção, à entrada, o *stand* do Sítio Ceará, da Ilha de Guaratiba, com um pequeno banguê funcionando e atendendo aos numerosos pedidos de suas saborosas rapaduras, fabricadas à vista da assistência. Esse sítio é de propriedade e trabalhado por surdos-mudos. Também

o stand da Chácara Santa Cruz, o maior centro disseminador de coqueiros-anões do Distrito Federal, atraía a curiosidade dos visitantes, pela sua magnífica apresentação.

O ENCERRAMENTO

Durante os dias em que esteve aberta à visitação pública a V. Exposição Agro-Pecuária do Distrito Federal foi ela visitada por muitos milhares de pessoas não só da região como de outras partes do Distrito Federal, e dos Estados.

A 16, com a presença do Sr. Heitor Grillo e seus auxiliares, Drs. Maurício de Mello Soares, Secretário; Sotto Maior, Diretor da Fazenda; Oliveira Lopes, Diretor da Veterinária; Diogenes Tourinho, Diretor de Indústria e Comércio; Hugo Frota, Chefe do Serviço de Horticultura, Chefes de Postos, dos presidentes das organizações agrícolas, teve lugar o ato do encerramento, às 12 horas, após o que, à mesa do almoço então oferecido, se fizeram ouvir diversos oradores, e o próprio Sr. Heitor Grillo, dando como terminado o certame, em ambiente de verdadeira confraternização de autoridades, técnicos, funcionários, lavradores e criadores.



Nevilho premiado de raça leiteira zebu



Patos, gansos, marrecos de tôdas as raças e idades. No seu elemento, prendem a atenção de todos por longo tempo.

Resultado Geral dos Julgamentos da V Exposição Agro - Pecuária do Distrito Federal

PRODUTOS HORTÍCOLAS

a) COUVE FLOR	
Izabel de Freitas, Rua Izaura s/n, Int. Agr. do Rio da Prata	1.º Prêmio
Elizabeth Lydia Bloomfield, Est. das Tachas, 906, Coop. da Ilha de Guaratiba	2.º Prêmio
b) CAJA MANGA	
Miquelina Rosa Dias, Estrada do Cachamorra s/n, Int. Agr. do Cachamorra	1.º Prêmio
Antonio da Silva Roque, Est. do Guandú do Sena s/n, Int. Agr. do Realengo	2.º Prêmio
Georgeta Costa Novais, Estr. do Mendanha s/n, Posto Agrícola IV	3.º Prêmio
c) TOMATE PAULISTA	
Brasilino de Souza, Estrada do Massapé s/n, Int. Santa Eugênia	1.º Prêmio
Tamaichi Sudo, Estrada do Itaguaí, 223, Int. Agr. Rio Grande	2.º Prêmio
Toshitaka Ymagushi, Reta do Rio Grande, Lote 279, Int. Agr. da Estrada do Grande	3.º Prêmio
Hagime Watanabe, Reta do Rio Grande, Lote 289, Int. Agr. da Estrada do Rio Grande	Menção Honrosa
d) TOMATE SALADA	
Adriano Dantas, Caminho Maria Angü, 480, Soc. União dos Agricultores	1.º Prêmio
Matias Bento Siqueira, Estrada do Vae e Vem s/n, Int. Agr. do Rio da Prata ..	2.º Prêmio
e) BERINGELA	
Kakunoshim Logashi, Reta do Rio Grande — Lote 285, Int. Agr. da Estrada do Rio Grande	1.º Prêmio
Takeo Watanabe, Reta do Rio Grande — Lote 290, Int. Agr. da Estrada do Rio Grande	2.º Prêmio
Hishashi Susuki, Reta do Rio Grande — Lote 273, Int. Agr. da Estrada do Rio Grande	3.º Prêmio
Antônio Rodrigues Moura, Rua Candido Benicio, 3608, Posto Agrícola II	Menção Honrosa
Cascardo Giovani, Estrada dos Bandeirantes — Km. 16	Menção Honrosa
Mario José Araujo, Estrada do Marmeleiro, 218, Coop. Agr. do Mato Alto ..	Menção Honrosa
f) NABO	
Deolinda Vieira, Estrada do Cachamorra s/n, Int. Agrícola Cachamorra	1.º Prêmio
Moriharu Oguro, Reta do Rio Grande, Lote 277, Int. Agr. da Estrada do Rio Mario Torres Larrubia, Estrada do Limeirão Pequeno, 797, Int. Agrícola do Rio da Prata	2.º Prêmio
Anibal Diniz Bino, Estrada dos Telegrafos, 834, Int. Agrícola do Viegas	3.º Prêmio
Manoel Batista, Estrada do Piaí s/n, Cent. Pró-Melhoramento de Sepetiba ..	Menção Honrosa
g) BETERRABA	
Sabino Joaquim, Est. dos Bandeirantes — Km. 30, Posto Agrícola III	1.º Prêmio
Francisco Rodrigues P. Branco, Est. Cancela Preta, 87, Int. Agr. de Realengo ..	2.º Prêmio
Eduardo Nunes, Int. Agrícola do Cachamorra	3.º Prêmio
h) REPOLHO	
Rikio Sudo, Estrada S. Fernando, 245, Int. Agr. da Estrada do Rio Grande ..	1.º Prêmio
Elizabeth Lydia Bloomfield, Est. das Tachas, 906, Coop. da Ilha de Guaratiba ..	2.º Prêmio
Salim Yamin, Estrada dos Bandeirantes — Km. 23, Posto Agrícola III	3.º Prêmio
Angelo Hoshima, Reta do Rio Grande, Int. Agr. da Estrada do Rio Grande ..	Menção Honrosa
i) ALFACE	
Arlindo de Souza, Est. do Cachamorra, 233, Int. Agr. do Cachamorra	1.º Prêmio
Armindo Pocinho, Estrada do Cachamorra, 441, Int. Agr. do Cachamorra ..	2.º Prêmio
Manoel Alves, Estrada dos Telegrafos, 382, Int. Agrícola do Viegas	3.º Prêmio
José de Souza Athanzio, Est. do Cachamorra s/n, Int. Agr. do Cachamorra ..	Menção Honrosa
j) INHAME	
João Costa, Estrada do Cachamorra s/n, Int. Agrícola do Cachamorra	1.º Prêmio
Joaquim Paiva, Estrada Cmte. Luiz Souto, 1309, Posto Agrícola II	2.º Prêmio
Manoel G. Teixeira, Estrada dos Telegrafos, 837, Int. Agrícola do Viegas ...	3.º Prêmio
k) RABANETE	
Sabino Joaquim, Estrada dos Bandeirantes — Km. 30, Posto Agrícola III ..	1.º Prêmio
Antônio G. Teixeira, Estrada Maravilha s/n, Int. Agrícola do Realengo	2.º Prêmio
José Rocha, Estrada do Viegas, Int. Agrícola do Viegas	3.º Prêmio
l) COUVE	
José Antonio Silva Filho, Est. do Viegas, 6, Int. Agrícola do Rio da Prata ..	1.º Prêmio
Nelson Afonso, Rua Capitão Borges Couto s/n, Int. Agrícola do Viegas	2.º Prêmio
José Joaquim Silva Paço, Est. dos Caboclos, 360, Int. Agr. do Rio da Prata ..	3.º Prêmio

m)	AIPIM Hishashi Susuúá, Reta do Rio Grande — Lote 273, Int. Agr. da Estrada do Rio Grande	1.º Prêmio
	Antônio Joaquim Alves, Rua do Papagaio, 872, Int. do Cachamorra	2.º Prêmio
	José Albino Raposo, Estrada Itapeba s/n. Posto Agrícola III	3.º Prêmio
	Moriharu Oguro, Reta do Rio Grande, 277, Int. Agr. da Est. do Rio Grande	Menção Honrosa
n)	GILÓ Shozo Hoshigawa, Est. S. Fernando, 249, Int. Agr. da Est. do Rio Grande	1.º Prêmio
	Arlindo Souza Azevedo, Est. do Cachamorra, 233 Int. Agr. do Cachamorra	2.º Prêmio
	Waldemar Cardoso de Paiva, Est. do Viegas s/n. Int. Agr. do Viegas	3.º Prêmio
	José Rocha, Estrada do Viegas, 845, Int. Agrícola do Viegas	Menção Honrosa
o)	PIMENTA CHIFRE DE VEADO Manoel Gonçalves de Castro, Est. do Viegas, 95, Int. Agrícola do Viegas	1.º Prêmio
p)	PIMENTÃO Kakunoshim Logashi, Reta do Rio Grande — Lote 285, Int. Agr. da Estrada do Rio Grande	1.º Prêmio
	Maria Conceição Lessa, Rua Souza Barros, 136, Posto Agrícola I	2.º Prêmio
	Manoel Gonçalves de Castro, Est. do Viegas, 95, Int. Agrícola do Viegas	3.º Prêmio
q)	CENOURA Carlos José Labre, Estrada das Tachas s/n. Posto Agrícola V	1.º Prêmio
	Casemiro Sena Cardoso, Est. da Cancela Preta, 91, Int. Agr. de Realengo	2.º Prêmio
	Manoel A. Fernandes, Estrada dos Telégrafos, 836, Int. Agrícola do Viegas	3.º Prêmio
s)	CHUCHU Adelino Dias, Estrada do Vae e Vem, 315, Int. Agrícola do Rio da Prata	1.º Prêmio
	Francisco S. Filho, Estrada do Guandú, s/n. Int. Agrícola da Posse	2.º Prêmio
	Diomar Guinodí, Estrada do Viegas s/n. Int. Agrícola do Viegas	3.º Prêmio
	Joaquim de Oliveira Rosa, Est. do Cachamorra s/n. Int. Agr. do Cachamorra	Menção Honrosa
	Antônio da S. Roque F.º, Est. do Guandú do Sena s/n. Int. Agr. do Realengo	Menção Honrosa
t)	BATATA DOCE José Vaz, Estrada do Aterrado do Rio, 534, Posto Agrícola V	1.º Prêmio
	Justo Ribeiro de Araújo, Est. dos Bandeirantes — Km. 30, Posto Agrícola III	2.º Prêmio
	Escola "João Luiz Alves", Ilha do Governador, Posto Agrícola I	3.º Prêmio
	Alberto Alves Portela, Estrada do Congü, 470, Int. Agrícola Santa Eugênia	Menção Honrosa
	José Pimentel, Estrada Maravilha s/n. Int. Agrícola do Realengo	Menção Honrosa
	Antônio Joaquim Alves, Rua do Papagaio, 872, Int. Agrícola do Cachamorra	Menção Honrosa
	Alfredo Ventura, Estrada dos Bandeirantes — Km. 18, Posto Agrícola III	Menção Honrosa
t)	BANANA PRATA Manoel Cabral, Estrada da Barra — Km. 26, Coop. da Ilha de Guaratiba	1.º Prêmio
	Domingos José Gonçalves, Estrada do Mato Alto, 2473, Posto Agrícola V	2.º Prêmio
	João Cesta, Estrada do Cachamorra s/n. Int. Agrícola do Cachamorra	3.º Prêmio
	Silvino Soares da Silva, Est. dos Bandeirantes — Km. 18, Posto Agrícola III	Menção Honrosa
	Nilo de Oliveira Braga, Est. do Marmeleiro s/n. Coop. Agr. e Criad. Mato Alto	Menção Honrosa
u)	BANANA DA TERRA Antônio Batista, Est. do Lameirão Pequeno, Int. Agr. do Rio da Prata	1.º Prêmio
	Antônio Marito, Est. do Piaí s/n. Centro Pró-Melhoramento de Sepetiba	2.º Prêmio
v)	Nicolau Frauzino de Souza, Estrada da Matriz s/n. Posto Agrícola V	1.º Prêmio
x)	BANANA SÃO TOMÉ Manoel Cabral, Est. da Barra — Km. 26, Coop. da Ilha de Guaratiba	1.º Prêmio
z)	AIPO José Maria Florido, Faz. da Bica — Rua S. Pedro, Soc. União dos Agricult.	1.º Prêmio
al)	PIMENTA MALAGUETA Manoel Gonçalves de Castro, Est. do Viegas, 95, Int. Agrícola do Viegas	1.º Prêmio
bl)	AGRIÃO Nathanael Barbosa, Estrada da Pontinha, 128, Posto Agrícola II	1.º Prêmio
dl)	SALSA DA COLÔNIA Manoel Fonseca de Mello, Estrada do Morgado s/n. Posto Agrícola V	1.º Prêmio
el)	ALHO PORRÓ Joaquim da Silva Lucas, Faz. da Bica-Rua S. Pedro, Soc. Un. dos Agricult.	1.º Prêmio
fl)	COUVE MANTEIGA Bernardino Frazão Filho, Rua Boré, 115, Posto Agrícola II	1.º Prêmio
gl)	PEPINO José Evangelista, Estrada dos Bandeirantes — Km. 18, Posto Agrícola III	1.º Prêmio
hl)	ESPINAFRE Antônio Rodrigues Moura, Rua Cândido Benício, 3608, Posto Agrícola II	1.º Prêmio
il)	BRÓCOLI Salim Yamim, Est. dos Bandeirantes — Km. 23 — Posto Agrícola III	1.º Prêmio
jl)	BERTALHA Manoel Faz Gesto, Estrada Tindiba, 265, Soc. União dos Agricultores	1.º Prêmio
	Anibal J. do Amaral, Est. dos Caboclos s/n. Int. Agr. do Rio da Prata	2.º Prêmio
	Anselmo Luiz, Estrada do Tindiba, 265, Soc. União dos Agricultores	3.º Prêmio
	Elisio da Silva, Estrada do Tindiba, 265, Soc. União dos Agricultores	Menção Honrosa

kl)	ABOBORA MORANGO	
	Joventino G. Leonardo, Est. dos Bandeirantes — Km. 18, Pôsto Agrícola III	1.º Prêmio
	José Albino Raposo, Estrada do Itapeba s/n. Pôsto Agrícola III	2.º Prêmio
	Domingos Bráulio, Estrada da Água Grande, 577, Pôsto Agrícola II	3.º Prêmio
ll)	ABOBORA VERDE	
	José dos Santos Saraiva, Est. dos Bandeirantes — Km. 28, Pôsto Agr. III	1.º Prêmio
	Manoel Martins e Francisco Paulo, Estrada dos Bandeirantes — Km. 30, Pôsto Agrícola III	2.º Prêmio
ml)	ABOBORA COCOZILLE	
	Camillo Atilio Filho, Estrada da Matriz, 626, Pôsto Agrícola V	2.º Prêmio
	Anibal Diniz Bino, Estrada dos Telégrafos, 834, Int. Agrícola do Viegas	1.º Prêmio
nl)	ABOBORA	
	Antônio Rodrigues, Estrada da Grota Funda, 444, Pôsto Agrícola V	1.º Prêmio
	Domingos F. Magon — Est. Rio Grande, Coop. Mixta de Santa Cruz	2.º Prêmio
	Mario Pinto da Costa, Rua Jurari, 10-A, Coop. Agr. e Criad. Mato Alto	3.º Prêmio
ol)	COUVE TRONCHUDA	
	Ademar Miller, Estrada do Pontal — Km. 3, Pôsto Agrícola III	Menção Honrosa
pl)	PIMENTA DO REINO	
	Morihuru Oguro, Reta do Rio Grande — Lote 277, Int. Agr. da Estrada do Rio Grande	Menção Honrosa
ql)	CHICOREA LISA	
	Nathanael Barbosa, Estrada da Pontinha, 128, Pôsto Agrícola II	1.º Prêmio
rl)	QUIABO	
	Massanas Tegashi, Reta do Rio Grande — Lote 272, Int. Agr. da Estrada do Rio Grande	1.º Prêmio
	Taketo Watanabe, Reta do Rio Grande — Lote 290, Int. Agr. da Estrada do Rio Grande	2.º Prêmio
	Massahani Neda, Est. do Rio Grande, 292, Inst. Agr. da Est. do Rio Grande	3.º Prêmio
sl)	ERVILHA	
	Antônio Joaquim Alves, Rua do Papagaio, 872, Int. Agrícola do Cachamorra	1.º Prêmio
	Manoel Nunes Pereira Barros, Est. do Carangueijo s/n. Int. Agr. Realengo	2.º Prêmio
tl)	ACELGA	
	Elizabeth Lydia Bloomfield, Est. das Tachas, 906, Coop. da Ilha de Guaratiba	1.º Prêmio
	Bernardino Frazão Filho, Rua Boré, 115, Pôsto Agrícola II	2.º Prêmio
ul)	VAGENS	
	Querino Augusto, Serra Carangueijo, Int. Agrícola do Realengo	1.º Prêmio
	Manoel Nunes P. Barros, Est. do Carangueijo s/n. Int. Agr. do Realengo	2.º Prêmio
vl)	CEBOLINHA	
	Manoel Fonseca de Mello, Estrada do Morgado, s/n. Pôsto Agrícola V	1.º Prêmio
	Antonio Rodrigues Moura, Rua Candido Benicio, 3602, Pôsto Agrícola II	2.º Prêmio
	Manoel Gonçalves de Castro, Est. Viegas, 95, Int. Agrícola do Viegas	3.º Prêmio
xl)	COIVÃO	
	Maria Conceição Lessa, Rua Souza Barros, 136, Pôsto Agrícola I	Menção Honrosa
zl)	COUVE RABANO	
	Sabino Joaquim, Est. dos Bandeirantes — Km. 30, Soc. União dos Agricult.	Menção Honrosa
a2)	TOMATEIRO	
	Joaquim Patricio, Estrada do Cabuçú, 4667, Int. Agr. do Rio da Prata	Menção Honrosa
b2)	BERIBA	
	Valgeau Quirizones, Rua Jurari, 181, Coop. do Mato Alto	Menção Honrosa
c2)	LARANJA SELETA	
	Nelson de Aguiar, Rua Itapólis, 241, Int. Agr. Rio da Prata	1.º Prêmio
	Antônio Medeiros, Estradas das Capoeiras, s/n. Int. Agrícola da Posse	2.º Prêmio
d2)	LARANJA BAIA	
	David Agostinho, Est. do Lameirão Pequeno, s/n. Int. Agr. do Rio da Prata	1.º Prêmio
	Nelson de Aguiar, Rua Itapólis, 241, Int. Agrícola do Rio da Prata	2.º Prêmio
	José Isidoro Gonçalves, Rua Itatinga, 642, Int. Agr. Santa Eugênia	3.º Prêmio
	João Pinto Sobrinho, Est. Lameirão Pequeno, s/n. Int. Agr. do Rio da Prata	Menção Honrosa
	Marciano Carlos Paiva, Est. do Vaivem, 316, Int. Agr. do Rio da Prata	Menção Honrosa
e2)	LARANJA PERA	
	Luiz Antonio Barreira, Est. Santa Eugênia, Int. Agr. Santa Eugênia	1.º Prêmio
	Daniel da Silva Souza, Est. do Carapiá, 252, Coop. do Mato Alto	2.º Prêmio
	José Vaz, Est. do Aterrado do Rio, 534, Pôsto Agrícola V	3.º Prêmio
	Francisco A. da Rosa, Est. do Cantagalo, 336, Int. Agr. Santa Eugênia	Menção Honrosa
	Custódio de Almeida, Est. da Cachoeira, s/n. Int. Agrícola do Viegas	Menção Honrosa
f2)	LARANJA LIMA	
f2)	David Agostinho, Est. do Lameirão Pequeno, s/n. Int. Agr. do Rio da Prata	1.º Prêmio
	Manoel Gonçalves de Castro, Est. do Viegas, 95, Int. Agrícola do Viegas	2.º Prêmio
	Alberto Alves Portela, Est. do Congú, 470, Int. Agr. Santa Eugênia	3.º Prêmio
	Joaquim Antônio Neto, Rua Agostinho de Castro, 214, Pôsto Agrícola V	Menção Honrosa
	Diomar Guinodi, Est. Viegas, s/n. Int. Agrícola do Viegas	Menção Honrosa
	Manoel de Souza Afonso F.º, Est. do Cantagalo, s/n. Int. Agr. Sta. Eugênia	Menção Honrosa

h2)	LARANJA CACAU Antonio L. Campos, Rua Amaro Cavalcante, s/n. Int. Agr. do Rio da Prata José Mais de Oliveira, Est. do Triunfo, s/n. Cent. Pró-Melhoramento Sepetiba	1.º Prêmio 2.º Prêmio
i2)	LARANJA COCO Nelson Aguiar, Rua Itapópolis, 241, Int. Agr. do Rio da Prata	Menção Honrosa
j2)	LARANJA MELANCIA José A. Rabelo, Est. do Mato Alto, Cam.º dos Cajueiros, Pôsto Agrícola V	1.º Prêmio
k2)	LARANJA DA TERRA José Ventura Martins, Est. do Pedregoso, s/n. Int. Agrícola da Posse Nelson de Aguiar, Rua Itapolis, 241, Int. Agrícola do Rio da Prata	1.º Prêmio 2.º Prêmio
l2)	LIMA DA PERSIA Daniel da Silva Souza, Est. do Carapiá, 252, Coop. do Mato Alto Joaquim Paiva, Est. Cmte. Luiz Souto, 1309, Pôsto Agrícola II Francisco Nicolau Guedes, Est. do Carapiá 247, Coop. do Mato Alto	1.º Prêmio 2.º Prêmio 3.º Prêmio
m2)	LIMÃO VERDADEIRO Higino Thomaz Carvalho, Est. do Viegas s/n. Int. Agr. do Rio da Prata Antonio Evangelista, Est. do Barro Vermelho, s/n. Int. Agr. da Cachamorra Joaquim Antonio Neto, Rua Agostinho de Castro, 214, Pôsto Agrícola V	1.º Prêmio 2.º Prêmio 3.º Prêmio
n2)	TANGERINA Nelson de Aguiar, Rua Itapolis, 241, Int. Agrícola do Rio de Prata Manoel Gonçalves de Castro, Est. do Viegas, 95, Int. Agrícola do Viegas Cezar Racca, Est. do Viegas 85, Int. Agrícola do Viegas Joaquim Antonio Neto, Rua Agostinho de Castro, 214, Pôsto Agrícola V José Rocha, Estrada do Viegas, 845, Int. Agrícola do Viegas	1.º Prêmio 2.º Prêmio 3.º Prêmio Menção Honrosa Menção Honrosa
o2)	GRAPE FRUIT Joaquim Vieira Sobrinho, Est. do Cabuçú, 4070, Int. do Rio da Prata Antonio Vieira Priosti, Rua Felipe Cardoso 475, Pôsto Agrícola VI Alfredo de Oliveira, Serra do Viegas, Int. Agrícola do Viegas Joaquim Coelho de Souza F.º, Est. do Magarça, 715, Coop. do Mato Alto	1.º Prêmio 2.º Prêmio 3.º Prêmio Menção Honrosa
p2)	TORANJA Antonio Manoel Alves, Est. da Pedra, 171, Int. Agr. de Santa Eugenia	1.º Prêmio
q2)	ENXERTOS DE LARANJEIRA Escola de Horticultura Wenceslão Bello, Penha Mario Torres Larrubia, Est. Lameirão Pequeno, s/n. Int. Agr. Rio da Prata Higino Thomaz de Carvalho, Est. do Viegas, s/n. Int. Agr. do Rio da Prata	1.º Prêmio 2.º Prêmio 3.º Prêmio
u2)	MUDAS DE MORANGO João Garcez da Motta, Est. dos Sete Rjachos, s/n. Int. Agr. da Posse	1.º Prêmio
v2)	PES DE LARANJA PERA Acacio da Costa, Rua Júlio Cezario, 150, Int. Agr. do Rio da Prata	1.º Prêmio
x2)	PES DE FRUTA-DE-CONDE Antonio L. Campos, Rua Amaro Cavalcante s/n. Int. Agr. do Rio da Prata	1.º Prêmio
z2)	MUDAS DE MARACUJA Cascardo Giovani, Est. dos Bandeirantes — Km. 16, Pôsto Agrícola III	1.º Prêmio
a3)	BANANEIRA DE DOIS CACHOS Maria Luiza de Frias, Est. do Engenho Novo, s/n. Pôsto Agrícola V	Menção Honrosa
b3)	BANANEIRA Humberto G. Filho, Est. da Grota Funda s/n. Coop. da Ilha de Guaratiba	Menção Honrosa
c3)	BANANA MAÇA Manoel Cabral, Est. da Barra — Km. 26, Coop. da Ilha de Guaratiba	1.º Prêmio
d3)	BANANA FIGO Nicolau Frauzino de Souza, Estrada da Matriz s/n. Pôsto Agrícola V	1.º Prêmio
e3)	MAMÃO Manoel do Souza, Est. do Pedregoso s/n. Pôsto Agrícola IV Justo Ribeiro de Araujo, Est. dos Bandeirantes — Km. 30, Pôsto Agr. III Jayme C. Oliveira, Est. do Piaí s/n. Cent. Pró-Melhoramentos de Sepetiba José Luiz Cabral, Rua do Frágoso s/n. Int. Agrícola do Frágoso Manoel Vaz Junior, Estrada do Mato Alto s/n. Pôsto Agrícola V	1.º Prêmio 2.º Prêmio 3.º Prêmio Menção Honrosa Menção Honrosa
f3)	MARACUJA José Rodrigues, Est. do Cabuçú s/n. Int. Agrícola do Rio da Prata Joaquim Patricio, Est. do Cabuçú, 4667, Int. Agr. do Rio da Prata	1.º Prêmio 2.º Prêmio
g3)	JACA Sebastião Paes de Queiroz, Est. da Barra s/n. Coop. da Ilha de Guaratiba	1.º Prêmio
h3)	BATATA INGLESA Hagime Walanabe, Reta do Rio Grande — Lote 289, Int. Agr. da Estrada do Rio Grande	1.º Prêmio
i3)	ARARUTA Achilles Pinto da Costa, Rua Campo Grande s/n. Coop. do Mato Alto	1.º Prêmio
j3)	CARA Sussumo Sudo, Est. Itaguaí 228, Int. Agr. da Estrada do Rio Grande	1.º Prêmio
k3)	MUDAS DE COQUEIRO-ANAO Pedro Bergano da Silva, Av. da Areia Branca s/n. Pôsto Agrícola VI	1.º Prêmio

13)	MILHO	José dos Santos Saraiva, Est. dos Bandeirantes - Km. 28, Pôsto Agr. III ..	1.º Prêmio
		Arlindo de Souza Azevedo, Est. do Cachamorra, 233, Int. Agr. Cachamorra	2.º Prêmio
m3)	MILHO VERDE		
		Mario José de Araújo, Est. Marmeleiro, 218, Coop. do Mato Alto	Menção Honrosa
		Granja N. S. das Graças, Est. do Mendanha, 3226, Pôsto Agrícola IV	Menção Honrosa
n3)	ABACAXI		
		Francisco Luiz, Est. do Piaí s/n. Cent. Pró-Melhoramentos de Sepetiba ..	1.º Prêmio
		Joaquiam Antônio Neto, Rua Agostinho de Castro, 214, Pôsto Agrícola V ..	Menção Honrosa
o3)	CANA DE AÇUCAR		
		Marciano Carlos Paiva, Est. do Vae e Vem, 316, Int. Agr. do Rio da Prata	1.º Prêmio
		Arlindo de Souza Azevedo, Est. do Cachamorra, 233, Int. Agr. do Cachamorra	2.º Prêmio
p3)	GOIABA		
		Daniel da Silva Souza, Estrada do Carapiá, 252, Coop. do Mato Alto	1.º Prêmio
		Miguelina Rosa Dias, Est. do Cachamorra s/n, Int. Agr. do Cachamorra ..	Menção Honrosa
q3)	CAJU MAÇA		
		Celso de Moraes Maciel Didier, Est. do Magarça, 197, Coop. do Mato Alto ..	1.º Prêmio
r3)	LOURO		
		Heitor Moura, Est. do Lameirão Pequeno s/n. Int. Agr. do Rio da Prata ..	1.º Prêmio
s3)	FEIJAO EM GRÃO		
		Camilo Atilio Filho, Estrada da Matriz, 626, Pôsto Agrícola V	Menção Honrosa
t3)	Pedro Bergano da Silva, Av. da Areia Branca, s/n. Pôsto Agrícola VI		Menção Honrosa
u3)	CAFE COM CASCA		
		Mancel Cabral, Est. da Barra — Km. 26, Coop. da Ilha de Guaratiba	Menção Honrosa
v3)	GRÃO DE BICO		
		Maria Luiza de Frias, Est. do Engenho Novo, s/n. Pôsto Agrícola V	Menção Honrosa
x3)	CACAU		
		Nicomedes J. da Silva, Est. dos Bandeirantes - Km. 16, Pôsto Agrícola III	Menção Honrosa
z3)	ABACATE		
		Toshitaka Ymagushi, Reta do Rio Grande — Lote 279, Int. Agr. da Estrada do Rio Grande	1.º Prêmio
a4)	PINIZO		
		Antônio L. Campos, Rua Amaro Cavalcante s/n. Int. Agr. do Rio da Prata	Menção Honrosa
b4)	PE DE FUMO		
		Joaquim Antônio Neto, Rua Agostinho de Castro, 214, Pôsto Agrícola V ...	Menção Honrosa
c4)	PALMEIRAS		
		Higino Thomaz Carvalho, Est. do Viegas s/n. Int. Agr. do Rio da Prata ..	Menção Honrosa
d4)	FLORES		
		Manoel C. R. Ferreira, Est. do Rio da Prata s/n. Int. Agr. do Rio da Prata	Menção Honrosa
e4)	DALIAS		
		Domingos Braulio, Est. da Agua Grande, 577, Pôsto Agrícola II	Menção Honrosa
f4)	BEGONIA		
		Valgeau Quirizones, Rua Jurari, 181, Coop. do Mato Alto	Menção Honrosa

INDÚSTRIAS RURAIS

a)	MELADO	José Raymundo de Oliveira, Est. do Morgadinho, s/n. Pôsto Agrícola V ..	1.º Prêmio
b)	BATIDA		
		José Raymundo de Oliveira, Est. do Morgadinho, s/n. Pôsto Agrícola V	1.º Prêmio
c)	RAPADURA		
		José Raymundo de Oliveira, Est. do Morgadinho, s/n. Pôsto Agrícola V	1.º Prêmio c/louvor
d)	REQUEIJÃO		
		Elizabeth Lydia Bloomfield, Est. das Tachas, 906, Pôsto Agrícola V	Menção Honrosa
e)	MANTEIGA		
		Elizabeth Lydia Bloomfield, Est. das Tachas, 906, Pôsto Agrícola V	Menção Honrosa

APICULTURA

a)	MEL CENTRIFUGADO		
		Francisco C. da Fonseca, Rua Tamboril, 672, Int. Agrícola do Viegas	1.º Prêmio
		Celso de Moraes M. Didier, Est. do Magarça, 197, Coop. Agr. e Criadores do Mato Alto	2.º Prêmio
b)	MEL CRISTALIZADO		
		Francisco C. da Fonseca, Rua Tamboril, 672, Int. Agrícola do Viegas	1.º Prêmio
		Celso de Moraes M. Didier, Est. do Magarça, 197, Coop. Agr. e Criadores do Mato Alto	2.º Prêmio
c)	MEL EM CAIXILHO (SECCÃO)		
		Francisco C. da Fonseca, Rua Tamboril, 672, Int. Agrícola do Viegas	1.º Prêmio

d) **MEL EM FAVO**

Francisco C. da Fonseca, Rua Tamboril, 672, Int. Agrícola do Viegas 1.º Prêmio
Celso de Moraes M. Didier, Est. do Magarça, 197, Coop. Agr. e Criadores do
Mato Alto 2.º Prêmio

e) **CERA ALVEOLADA**

Francisco C. da Fonseca, Rua Tamboril, 672, Int. Agrícola do Viegas 1.º Prêmio

f) **CERA BRUTA**

Celso de Moraes M. Didier, Est. do Magarça, 197, Coop. Agr. e Criadores do
Mato Alto 1.º Prêmio
Francisco C. da Fonseca, Rua Tamboril, 672, Int. Agrícola do Viegas 2.º Prêmio

g) **COLMEIA**

Francisco C. da Fonseca, Rua Tamboril, 672, Int. Agrícola do Viegas 1.º Prêmio
Celso de Moraes M. Didier, Est. do Magarça, 197, Coop. Agr. e Criadores do
Mato Alto 2.º Prêmio

h) **CONJUNTO RUSTICO**

Celso de Moraes M. Didier, Est. do Magarça, 197, Coop. Agr. e Criadores do
Mato Alto Menção Honrosa

i) **GAIOLA P/INTRODUÇÃO DE RAINHAS**

Celso de Moraes M. Didier, Est. do Magarça, 197, Coop. Agr. e Criadores do
Mato Alto Menção Honrosa

j) **ABELHA MESTIÇA**

Francisco C. da Fonseca, Rua Tamboril, 672, Int. Agrícola do Viegas 2.º Prêmio

k) **ABELHA ITALIANA**

Francisco C. da Fonseca, Rua Tamboril, 672, Int. Agr. do Viegas 1.º Prêmio

AVICULTURA GALINHAS

RAÇA LEGHORN BRANCA (TERNO ADULTO)

José Leal Ferreira, Estrada Caroba, s/n. Pôsto Agrícola IV 1.º Prêmio
Fernando Ribeiro Gomes, Rua Moraes Pinheiro, 121, Pôsto Agrícola II ... Menção Honrosa
Araripe Pereira da Rosa, Estrada da Posse, 542, Pôsto Agrícola IV Menção Honrosa

RAÇA LEGHORN BRANCA (TERNO JOVEM)

Mendo Corrêa da Silva, Estrada do Monteiro, 1241, Pôsto Agrícola IV 1.º Prêmio

RAÇA NEW HAMPSHIRE (TERNO ADULTO)

Luiz Franco Moura, Rua Apurana, 993, Pôsto Agrícola IV 2.º Prêmio
Antonio Cassimiro, Estrada Rio do Pau, 41, Pôsto Agrícola II 2.º Prêmio

RAÇA NEW HAMPSHIRE (TERNO JOVEM)

Rubens Fonseca, Estrada Cachamorra, 200, Pôsto Agrícola II 2.º Prêmio
Mendo Corrêa da Silva, Estrada do Monteiro, 1241, Pôsto Agrícola IV 3.º Prêmio

RAÇA RHODE ISLAND RED (TERNO ADULTO)

Pelegrino Tolomei, Estrada do Mato Alto, 53, Pôsto Agrícola V 1.º Prêmio
João Pedrozo Gondinho, Estrada São José, 154, Pôsto Agrícola VI 3.º Prêmio

RAÇA NEW HAMPSHIRE (INDIVIDUAL)

Frederico Lund, Estrada do Morro do Ar, 35, Pôsto Agrícola VI 1.º Prêmio

RAÇA LA BRESSE (TERNO ADULTO)

Celso de Moraes Maciel Didier, Est. do Magarça, 197, Pôsto Agrícola V 3.º Prêmio

MACHO NEW HAMPSHIRE

Frederico Lund, Estrada do Morro do Ar, 35, Pôsto Agrícola VI Campeão

TERNO ADULTO — LEGHORN BRANCA

José Leal Ferreira, Estrada Caroba s/n. Pôsto Agrícola IV 2.º Prêmio

TERNO ADULTO — RHODE ISLAND RED

Pelegrino Tolomei, Estrada do Mato Alto, 53, Pôsto Agrícola V 3.º Prêmio

TERNO JOVEM — LEGHORN BRANCA

Mendo Corrêa da Silva, Estrada do Monteiro, 1241, Pôsto Agrícola IV Menção Honrosa

TERNO ADULTO — LA BRESSE

Celso de Moraes Maciel Didier, Estrada Magarça, 197, Pôsto Agrícola V ... Menção Honrosa

TERNO JOVEM — LEGHORN BRANCA

Mário José de Araújo, Est. Marmeleiro, 218, Coop. Agr. Criad. do Mato Alto Menção Honrosa

TERNO ADULTO — NEW HAMPSHIRE

Luiz Franco Moura, Rua Apurana, 993, Pôsto Agrícola IV Menção Honrosa

PERUS

MAMOUTH BRONZEADO (TERNO)

Mário Pinto da Costa, Rua Jurari, 10-A, Pôsto Agr. V (Coop. do Mato Alto) 1.º Prêmio

MAMOUTH BRONZEADO (INDIVIDUAL)

Antônio de Araújo Lima, Est. Paciência, 1220, Pôsto Agrícola IV 1.º Prêmio

BROAD BREASTED BRONZE (TERNO)

Agenor Prudente, Est. Cabuçu de Baixo, s/n. Coop. Agr. e Criad. Mato Alto 2.º Prêmio

GANSOS

RAÇA AFRICANA

Granja 13, Estrada Mendanha, 2854, Pôsto Agrícola IV 1.º Prêmio

MARRECOS

RAÇA KAKI CAMPBELL (INDIVIDUAL)

Granja 13, Estrada Mendanha, 2854, Pôsto Agrícola IV 1.º Prêmio

RAÇA PEKIM (QUINA)

Moacir Siqueira de Queiroz, Estrada do Guary, 861, Pôsto Agrícola III ... 2.º Prêmio

ANIMAIS DE PEQUENO PORTE

COBAIAS

RAÇA AMERICANA (FÊMEA COM CRIA)

Granja 13, Estrada Mendanha, 2854, Pôsto Agrícola IV Menção Honrosa

COELHOS

RAÇA GIGANTE GRANDE DE FLANDRES (CASAL)

Joaquim Marques Ferreira, Rua Montevideu, 746, Pôsto Agrícola IV 1.º Prêmio

RAÇA AZUL DE VIENA (INDIVIDUAL)

Granja 13, Estrada Mendanha, 2854, Pôsto Agrícola IV 1.º Prêmio

Granja 13, Estrada Mendanha, 2854, Pôsto Agrícola IV 2.º Prêmio

José Ventura Homem, Estrada Itaguaí — Lote 1, Pôsto Agrícola IV 3.º Prêmio

RAÇA AZUL DE VIENA (FÊMEA COM CRIAS)

Granja 13, Estrada Mendanha, 2854, Pôsto Agrícola IV Menção Honrosa

RAÇA ANGORA (CASAL)

Joaquim Marques Ferreira, Rua Montevideu, 746, Pôsto Agrícola II 1.º Prêmio

RAÇA BORBOLETA

Joaquim Marques Ferreira, Rua Montevideu, 746, Pôsto Agrícola II 2.º Prêmio

RAÇA CHINCHILLA (INDIVIDUAL)

Granja 13, Estrada Mendanha, 2854, Pôsto Agrícola IV 1.º Prêmio

SUINOS

RAÇA CARUNCHO (CASAL COM 6 MESES)

Walter Gomes de Castro, Estrada da Ilha, 429, Pôsto Agrícola V 1.º Prêmio

RAÇA CARUNCHO (CASAL ADULTO)

Cezar Rabelo, Estrada do Campinho, s/n. Pôsto Agrícola IV 2.º Prêmio

RAÇA CARUNCHO (MACHO)

Nathanael Barboza, Estrada da Fontinha, 128, Pôsto Agrícola II Menção Honrosa

RAÇA DUROC-JERSEY (MACHO)

José Augusto Arruda, Estrada do Morgadinho, s/n. Pôsto Agrícola V 1.º Prêmio

Gen. Canrobert Pereira da Costa, Est. do Capão, 890, Pôsto Agrícola III 2.º Prêmio

RAÇA DUROC-JERSEY (FÊMEA)

Intendência Agrícola dos Palmares, Pôsto Agrícola IV 2.º Prêmio

RAÇA DUROC-JERSEY (CASAL)

Leonecio Barreto, Estrada do Monteiro, 876, Pôsto Agrícola IV 2.º Prêmio

RAÇA EDELSCHWEIN (CASAL)

Cluvio Azambuja Estrela, Estrada aranjeiras, s/n. Pôsto Agrícola IV 1.º Prêmio

RAÇA EDELSCHWEIN (MACHO)

José Augusto Arruda, Estrada do Morgadinho, s/n. Pôsto Agrícola V 2.º Prêmio

RAÇA EDELSCHWEIN (MACHO)

Gen. Canrobert Pereira da Costa, Est. do Capão, 890, Pôsto Agrícola III .. 2.º Prêmio

RAÇA CANASTRA (CASAL)

Camilo Mercio Menção Honrosa

RAÇA PIRAPETINGA (CASAL)

Acacio Miguel Szechy, Estrada Mendanha, 2854, Pôsto Agrícola IV 2.º Prêmio

Leopoldo Canale, Est. dos Bandeirantes — Km. 17-18, Pôsto Agrícola III ... 3.º Prêmio

RAÇA PIRAPETINGA (PORCA C/CRIA)

Acacio Miguel Szechy, Estrada Mendanha, 2854, Pôsto Agrícola IV Menção Honrosa

RAÇA HAMPSHIRE (MACHO)

Gen. Canrobert Pereira da Costa, Est. do Capão, 890, Pôsto Agrícola III .. Menção Honrosa

ANIMAIS DE GRANDE PORTE

BOVINOS

RAÇA GUERNSEY — (Fêmea com cria) — “Baiana”

Francisco Armond, Estrada das Amendoeiras — Kosmos, Serv. Prod. e Industrialização do Leite Menção Honrosa

RAÇA GUERNSEY — (Fêmea com cria) — “Tetéia”

José Moreira, Est. Oitizeiros — Santíssimo, Serv. Prod. Ind. do Leite Menção Honrosa

RAÇA GUERNSEY — (Fêmea mestiça) — “Baroneza Filha”	
Gen. Canrobert Pereira da Costa, Estrada do Capão — Jacarepaguá, Serv. Produção e Industrialização do Leite	Menção Honrosa
GARROTES NELORE (De 12 a 18 meses)	
Fazenda Indiana, Est. Rio-São Paulo — Km. 31, Serv. Prod. Ind. do Leite	1.º Prêmio
Fazenda Indiana, Est. Rio-São Paulo — Km. 31, Serv. Prod. Ind. do Leite	2.º Prêmio
Fazenda Indiana, Est. Rio-São Paulo — Km. 31, Serv. Prod. Ind. do Leite	3.º Prêmio
GARROTES GUZARAT (De 18 a 30 meses)	
Fazenda Indiana, Est. Rio-São Paulo — Km. 31, Serv. Prod. Ind. do Leite	2.º Prêmio
Fazenda Indiana, Est. Rio-São Paulo — Km. 31, Serv. Prod. Ind. do Leite	3.º Prêmio
VACA GUZERAT (Com mais de 3 anos)	
Fazenda Indiana, Est. Rio-São Paulo — Km. 31, Serv. Prod. Ind. do Leite	1.º Prêmio
RAÇA OLANDESA — Garrotes de 18 a 30 meses	
Marie Marthe Ludolf, Estrada do Pau Ferro, 662 — Jacarepaguá, Serv. Produção e Industrialização do Leite	Menção Honrosa
RAÇA JERSEY — Bezerras até 12 meses	
Luiz Pedro Saisse, Rua Edgard Werneck — Jacarepaguá, Serviço de Produção e Industrialização do Leite	1.º Prêmio
Nilza Menezes, Est. Mendanha, s/n. Serv. Prod. Ind. do Leite	2.º Prêmio
Luiz Pedro Saisse, Rua Edgard Werneck — Jacarepaguá, Serviço de Produção e Industrialização do Leite	3.º Prêmio
José Aguiar Dantas, Est. Mendanha, 1678, Serv. Prod. Ind. do Leite	Menção Honrosa
Gen. Canrobert Pereira da Costa, Estrada do Capão — Jacarepaguá, Serv. Produção e Industrialização do Leite	Menção Honrosa
Camilo Atilio Filho, Estrada da Matriz, s/n. Serv. Prod. Ind. do Leite	Menção Honrosa

SNR. CRIADOR:

Vacinas Manguinhos

VACINE SEUS ANIMAIS COM AS

- contra a peste da manqueira (carbúnculo sintomático)
- anticarbunculosa (carbúnculo hemático, verdadeiro)
- contra a pneumo-enterite dos bezerros
- contra a pneumo-enterite dos porcos

PEÇA AO SEU REVENDEDOR

PRODUTOS VETERINARIOS MANGUINHOS LTDA.
C. P. 1420 — RIO DE JANEIRO

Problemas da Citricultura Nacional

MESA REDONDA PROMOVIDA PELA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, EM 10 DE JUNHO DE 1952

(Apanhado taquigráfico dos debates)

Presentes os Srs. Alberto Ravache, Altino de Azevedo Sodré e Luiz Marques Poliano, respectivamente diretores técnicos e Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura; Luiz Augusto Tiago da Silva e Luiz Passos Soares, citricultores; Arthur Oberlaender Tibau; José V. de Almeida, representante da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo; Joel Cavalcanti Affonso Ferreira, representante do Sr. Ministro da Agricultura; Geraldo I. Bitencourt, representante da Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil; Edgar Maciel de Sá, pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do mesmo Banco; Alberto Coccozza, Pantaleão Grimaldi e Carlos Alberto Shrador, pelo Sindicato do Comércio Atacadista de Frutas do Rio de Janeiro; Doman Campos, pela Divisão Econômica do Ministério das Relações Exteriores; Rubens Farrula, pela Confederação Rural Brasileira; Dutra de Carvalho, pelo Serviço de Economia Rural; Geraldo Goulart da Silveira, pela Escola de Horticultura Wenceslão Bello; Heitor Grillo, Secretário da Agricultura do Distrito Federal; Eduardo Hugo Prota, Diretor do Serviço de Horticultura da mesma Secretaria; Flávio Britto, pela Cooperativa Agrícola de Cotia, além de outros, que assinaram o livro de presença, e representantes dos jornais "O Globo", "Tribuna de Imprensa", "O Jornal", "Diário Popular", "Agência Nacional".

As 16,30 o Sr. Alberto Ravache assume a presidência e convida para tomarem lugar à Mesa os Srs. Altino de Azevedo Sodré, orientador do debate; Joel Cavalcanti Affonso Ferreira, Doman Campos, Rubens Farrula, Geraldo Bitencourt, Edgar Maciel de Sá, Heitor Grillo, José V. de Almeida.

O sr. ALBERTO RAVACHE, Presidente - Meus Senhores. Na ausência do nosso prezado presidente efetivo, Prof. Arthur Torres Filho, impedido de comparecer a esta reunião em virtude do seu estado de saúde e do mau tempo, declaro abertos os trabalhos.

A Sociedade Nacional de Agricultura fiel aos postulados, vem, desde a sua fundação, observando religiosamente o seu papel de defensora da nossa economia rural, não lhe tendo escapado a situação angustiosa por que vem passando a citricultura nacional, e por isso resolveu convocar a reunião de hoje, na qual serão ouvidos todos aqueles que direta ou indiretamente se acham ligados à sorte dessa atividade, e afim de que se possa estabelecer uma assistência dos poderes competentes, capaz de aliviar a difícil situação em que se debate a cultura e o comércio da laranja no país. É bem possível que dos debates que se irão travar, resulte uma

opinião média, capaz de permitir uma ação eficaz da Sociedade Nacional de Agricultura em favor do problema, junto ao Governo, interessado, como a Sociedade e todos os que se acham aqui presentes, em encontrar uma solução. É bem verdade que a matéria se reveste de aspectos de difícil contorno, mas todos estamos certos de que, com boa vontade e com os esforços de todos, poderemos contar com o apoio do Governo, sem sacrifícios muito grandes nos planos da sua política econômica e financeira. Não há dúvida de que o Governo sente essa necessidade, e dele, estou certo, devemos esperar o amparo que a agricultura do país merece em função mesmo dos seus planos econômicos e financeiros.

Dou a palavra ao Dr. Altino Sodré.

O sr. ALTINO SODRÉ — Estamos aqui, como disse o nosso presidente, a fim de focalizar os problemas mais prementes da citricultura nacional, em face do que estamos observando nesta última década.

Exportamos em 1940 perto de 5 milhões de caixas de laranjas; no ano passado, a nossa exportação não foi além de 1.700.000. Houve uma baixa nas nossas exportações, do ano de 1950 para o de 1951, de mais de 1 milhão de caixas, pois que em 1950 as nossas remessas para o exterior atingiram a 2.120.000. Verificamos também que a citricultura no Estado do Rio e no Distrito Federal está caminhando a passos largos para o aniquilamento total. Isto nos leva à convicção de que há necessidade de conjugar todos os nossos esforços para dar uma solução a este problema, aos fatores que estão determinando esta queda progressiva e rápida na nossa produção. Os entendidos na exportação da laranja focalizam, quanto ao ponto N. 1, o seguinte: em 1949, todos os países compradores da Europa quebraram o padrão monetário, reduzindo a cotação das suas moedas até de 40%. Assim, uma libra esterlina, que rendia por caixa 74 cruzeiros, passou a 51 cruzeiros. Os países citricultores, entre eles a África do Sul, a Palestina e a Espanha, pertencentes à área da libra, acompanharam a Inglaterra e compensaram as diferenças de preço.

Aí está uma pergunta que me permitiria fazer ao ilustre representante da Cexim: que fizemos nós para seguir ou acompanhar estas quebras de padrões monetários, e ajustarmos à realidade as nossas exportações? Em 1949 e 1950 ainda dispusemos do recurso da compensação. Ela nos facultou a exportação de 900 caixas para a Europa. Mas em 1951, já sendo suspensa o regime da compensação, tivemos uma baixa para 320.000 caixas na exportação. Assim mesmo, estas 320.000 caixas que exportamos para a Europa, dois terços delas ainda o foram porque o Banco do Brasil permitiu

que fosse utilizado um saldo que ficara do ano anterior. Assim, essas 320.000 caixas, praticamente, ainda foram exportadas sob o regime das operações vinculadas. No ano passado, não tivemos o regime da compensação. O Governo não o quiz dar. Pergunto eu: que poderá ser feito para compensar esta quebra do padrão, adotada pela Inglaterra e acompanhada por todos os seis satélites, financeiramente falando?

O sr. GERALDO BITTENCOURT — Infelizmente, neste ponto, não posso esclarecer a assembléia. A situação, no caso, decorre menos da Cexim do que do próprio Governo. De resto, o fato não atinge somente a laranja, mas a outros produtos, como a madeira. Infelizmente, confesso, ainda não encontramos um meio de contornar o impasse. A compensação foi proibida por lei e temos de observar a lei e a política econômica e financeira do Governo. A este é que cabe as normas para a saída desses e outros produtos gravosos da nossa exportação.

O sr. ALTINO SODRÉ — Então, neste ponto, estamos completamente sem solução?

O sr. GERALDO BITTENCOURT — Acho que sim.

O sr. ALTINO SODRÉ — Continuaremos com a mesma diferença de preço dos mercados compradores. Haverá algum dos Senhores presentes que possa sugerir algum idéia no sentido da solução para isto?

(Neste momento, dá entrada, e toma assento à mesa, o Sr. Heitor Grillo, Secretário da Agricultura do Distrito Federal).

O sr. ALTINO SODRÉ — Estamos com os nossos preços mais elevados. O nosso custo de produção é maior, devido a diversos fatores, que estudaremos. O número um desses fatores, não resta a menor dúvida, a causa dos elevados preços de nosso produto, que não pode enfrentar a concorrência da África do Sul e da Espanha é o custo da mão de obra e a disparidade cambial. Além disso, a África do Sul goza de facilidades para a exportação de sua laranja para a Inglaterra. Desejo saber, no momento, se haveria um meio de se conseguir uma ajuda por parte do Governo ou da Cexim no sentido de ser obtida uma compensação para o produto brasileiro, nessa desigualdade em que se encontra.

O sr. GERALDO BITTENCOURT — Seria para saber-se qual a razão por que a fruta nacional atingiu a tão elevados preços, a ponto de colocar-se em posição tão desvantajosa no plano da competição internacional.

O sr. LUIZ PASSOS SOARES — Perguntou o Sr. Altino Sodré se haveria, aqui, alguém que oferecesse uma sugestão para esta situação de verdadeira calamidade em que se encontram os produtores e exportadores de laranja do Brasil. Esta situação, a meu ver, poderia ser vencida com a adoção do câmbio múltiplo, a exemplo do que fazem a Argentina e a Espanha. Nesta, o câmbio é de 40 pesetas por libra esterlina. Entretanto, na exportação, a taxa é de 120 pesetas. Taxa a libra em 120 pesetas, desde que seja para a exportação de frutas. A Argentina dá para o exportador brasileiro 40,54 do peso por 100 cruzeiros, enquanto os exportadores recebem 75 pesos pela mesma quantidade de 100 cruzeiros. Eles, assim, podem exportar frutas para o Brasil, o que não é nada de mais o que lhe faz o governo argentino. Com esse sistema, seria até mais barato vender-se laranja da

Argentina aqui no Brasil. Esta é a minha contribuição. A instituição das taxas cambiais múltiplas.

O sr. ALTINO SODRÉ — O segundo ponto maior do custo de produção é devido a vários fatores, que são a mão de obra, como já disse, mas antes da mão de obra vamos tratar da valorização das terras, não só aqui no Distrito Federal como no Estado do Rio. Esta valorização tem acarretado o abandono das lavouras, cujas terras estão sendo cada vez mais fracionadas. É um problema sério, que deve ser enfrentado decerta maneira, uma vez que sejam solucionados outros problemas conexos. Em segundo lugar, a mão de obra. Está fora de dúvida que o produtor das zonas rurais do Distrito Federal luta com sérias dificuldades, não só pelo encarecimento da mão de obra, como pela sua escassez. Vemos continuamente, estamos fartos de ter conhecimento de uma grave leva migratória que vem do norte, do nordeste, da Bahia, e que chegam ao Distrito Federal às centenas, aos milhares de indivíduos à procura de emprego, e de melhor vida. Estes indivíduos, na sua maior parte, já vêm contratados, e se dirigem à indústria e às construções. Tenho observado que o Ministério do Trabalho não tem absolutamente tomado nenhuma providência no sentido de orientar essas grandes massas de trabalhadores para as lavouras do Estado do Rio e do Distrito Federal.

O sr. HEITOR GRILLO — Vivemos no regime de Constituição, de país democrático, de economia livre, portanto. Esta implica em uma obrigação do governo para com os produtores, a qual, a meu ver, deve ser a da economia supletiva, da economia livre, da Constituição. O governo deve assistir-nos com suplementação de economia, dentro da qual acho que a suplementação de braços deve ser uma função do governo.

Sabemos que tal suplementação não tem sido dada dentro da medida desejada porque, infelizmente, os que estão afetos a essa tarefa vivem em regime administrativo, completamente incompatíveis com a natureza do serviço.

Temos uma Divisão de Terras e Colonização no Ministério da Agricultura, que faz as suas colônias aí fora, mas que não traz qualquer influência na produção. Temos, igualmente, um Departamento de Imigração que nos está trazendo imigrantes, mas que os não traz na quantidade desejada pela lavoura brasileira.

Sabemos que a migração interna, ultimamente, se tem dado devido ao fator seca do norte, beneficiando uma parte de São Paulo, resultando, porém, em uma perturbação total, especialmente para as Metrópoles, porque o Distrito Federal, no fim de tudo, é o grande sacrificado, é ele que tem de sustentar favelas, aumentar o número e capacidade das escolas, aumento de hospitais, etc., não só para essa população que economicamente vale muito pouco, como também para socorrer os Estados em redor, como do Rio e Minas, que não possuem tais recursos.

Destarte, a mão de obra devia ser valorizada, buscando-se o trabalhador agrário em países como a Itália e outros, que têm uma tradição agrícola. Creio que essa deveria ser a função número um do governo: procurar esses trabalhadores em regiões agrícolas italianas, por exemplo, e não em cidades, fazendo contratos com fazendeiros brasileiros que os queiram admitir.

Admitimos que o trabalhador europeu não vem para o Brasil simplesmente porque vem passar; ele vem aqui para ganhar dinheiro e, para isso,

precisa ter a sua pasagem, a sua família, a sua casa. Um imigrante desses significa, no mínimo 45 a 50 mil cruzeiros. É uma colonização cara, mas necessária.

O que noto é que os estudos a respeito não estão sendo postos no campo prático. Vemos, por exemplo, em matéria de laranjas, mesmo na lavoura do Distrito Federal, que estamos desenvolvendo a horticultura e tratando de ver se podemos vencer esses poucos citricultores que existem. Contudo, a mão de obra é fator que tudo consome, pois são 35 a 40 cruzeiros diários, em terras que nem sempre são mecanizadas.

Estamos introduzindo paulatinamente o pequeno e o médio trator, mas isso não adianta. A operação de colheita, por exemplo, e a de pulverização contra pragas, têm de ser feitas pela mão do homem. E os pomares do Distrito Federal estão com pragas terríveis, além da mosca e da hortênsia.

O trabalho manual e individual só pode ser feito por operários qualificados. Se o trabalhador nacional não está nessa altura, se não possui escola, um meio de aprender, temos de recorrer ao estrangeiro que sai por preço muito elevado. Neste caso, os particulares não concordam em contribuir com uma parte dessas despesas. O ônus, portanto, que pesa para o governo é muito grande, o qual não pode, sozinho, resolver todos esses problemas.

A situação agravou-se, a meu, porque o problema de colonização e imigração ficou abandonado durante muitos anos. Estamos, agora, vendo os efeitos cumulativos. Não podemos, todavia, deixar de considerar os problemas do governo, que urge ser resolvidos.

Acredito que nas recentes mensagens que o governo fez à Câmara, unificando os serviços de imigração e colonização, objetivou o caso mais de perto, dando-lhe uma nova orientação, a que o Ministério da Agricultura está tomando agora, com a lei que pede seja posta de lado toda e qualquer intervenção do Tribunal de Contas e Dasp que são bonitos teoricamente, mas que, na prática servem para impedir uma ação adequada e eficiente, e mais, que a Carteira de Imigração permitia a importação dessa gente, mediante um financiamento.

Creio que se houver uma comissão brasileira na Europa que saiba escolher as zonas agrícolas boas e trazer bons imigrantes, selecionando-o como se selecionam os animais que para aqui vêm — é lógico que não quero comparar o homem a esses animais — teremos já dado um grande passo para a solução do assunto.

O imigrante é um fator econômico caro. Portanto, se essa lei for posta em execução e se o governo tiver a prudência de escolher boas comissões, que saibam selecionar o imigrante, julgo que o problema estará bem encaminhado.

Em relação à citricultura estou vendo que não só a mão de obra e outros problemas mencionados pelo Dr. Sodré, mas também o preço da terra está exigindo o estudo de novas zonas para a formação de novos pomares.

O sr. EGBERTO LAND — Mais distantes da zona rural do Distrito Federal.

O Sr. HEITOR GRILLO — Perfeitamente. Se a terra passa do valor agrícola para o valor imobiliário de subúrbio ou de zona urbana, evidentemente não se vai plantar uma laranjeira onde se deve plantar uma casa.

Considero esse fator econômico o que deva dominar. Não se deve, também, deixar esse aspecto

vencer totalmente. Acho que devemos pugnar pela aprovação de um Código Rural que determine as zonas de produção porque este estabelecendo que a zona do Distrito Federal deve compreender zonas tais e tais, o incorporador já deixa de empregar o seu dinheiro naquele setor agrícola, o que não se está dando.

O grande sitiante e agricultor, meu amigo Jonas, que conhece o assunto, sabe perfeitamente que na zona dele, que é magnífica, do ponto de vista agrícola, os loteamentos estão dominando, porque não há uma lei que o impeça. O dono do terreno acha que ali é um bom emprego de capital: loteia, coloca meio fio e ganha o dinheiro. Cria, portanto, problemas para a Prefeitura, problemas de água, saneamento, escolas e tudo mais, o que para ele pouco importa, pois, quem os tem de resolver é o governo.

Julgo indispensável que a Comissão Nacional de Política Agrária faça a delimitação dessas zonas porque, assim, poderemos, inclusive, estabelecer que a zona de laranjeiras ideal continua a ser Nova Iguaçu. Nova Iguaçu está muito valorizada. Acredito, no entanto, que haja muitas propriedades em zonas de Nova Iguaçu cujos terrenos, hoje, não dão mais para laranjeiras. Os fatores clima e solo daquela zona, para laranjeiras, dificilmente poderão ser suplantados.

Quais seriam as outras zonas? Lembro-me muito bem de que o governo francês estabeleceu uma lei, desde o tempo de Napoleão, no sentido de que a champagne, naquele país, fosse produzida na região de Champagne que hoje fica a uma hora de Paris. Ali, pois, ninguém plantou arranha-céus. Trata-se de terreno calcáreo, próprio para a champagne, com um clima único no mundo.

Aquela região poderia ter sido loteada; entretanto, não o foi por força de uma lei que a transformou em reserva agrícola.

Não havendo essa lei os fatores salientados pelo prezado colega e distinto amigo Dr. Sodré são fatores econômicos contra os quais nos temos de render à evidência. Nova Iguaçu foi valorizada, porque foi cortada por uma grande rodovia que a transformou de zona laranjeira em subúrbio do Rio de Janeiro. Passou Nova Iguaçu a ser o dormitório do Rio e, como tal, a ter um valor não mais laranjeiro mas de subúrbio do Rio. É uma coisa muito séria, muito mais grave mesmo do que o caso da embalagem, do que o das cambiais, porque os donos dessas terras preferem, evidentemente, vendê-las por muito mais.

A mesma coisa está sendo verificada no Distrito Federal. A Secretaria que dirijo está fazendo um trabalho gigantesco para combater certas pragas. Entretanto, estamos notando que o rendimento da terra está compensando o seu valor. A cidade evoluiu de uma forma extraordinária. Se não vier uma lei que delimite essas regiões, que devem ser urbanas, suburbanas ou rurais, as incorporações continuarão e a atividade citrícola dará origem a uma atividade imobiliária.

Considero, pois, esta Mesa Redonda, que a tradicional Sociedade Nacional de Agricultura houve por bem convocar e a que eu compareço prazerosamente, como um conclave de importância não regional, mas, nacional. Veio ela ressaltar não só esses problemas que são evidentes, como também mostrar ao governo a necessidade de o Ministério da Agricultura e o Banco do Brasil se articularem com os exportadores e produtores de laranjas, muitos dos quais aqui estão, dentre eles um velho ami-

go e que é, no assunto, profundo conhecedor, quem poderá, certamente, dizer que estará disposto a atender a um apêlo, uma vez que o governo estabeleça novas zonas. Vamos ter de abandonar uma zona para criar uma nova. Estou convencido de que isto é possível. Talvez na Bahia ou em outros locais.

O Sr. ALBERTO COCOZZA — Em Rio Bonito, por exemplo.

O Sr. HEITOR GRILO — Temos de defender os interesses do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro de muito dinheiro e valorização. O amigo falou e conhece bem o assunto, porque ele possui terras com um valor hoje quase que da Av. Rio Branco. Não vai, pois, plantar laranjeiras na Av. Rio Branco...

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — Tive oportunidade de conversar há pouco com pessoas de grande responsabilidade no assunto, conhecidas do ilustre Secretário da Agricultura do Distrito Federal e posso afirmar que a sua exposição coincide exatamente com o que ouvi das mesmas: a terra valorizou-se exageradamente no que respeita ao problema de braços. Pode-se dizer que Nova Iguaçu e outros municípios vizinhos passaram a dispor de um braço mais indolente, que tem preguiça de vir ao Distrito Federal trabalhar, de pior qualidade que, em geral, costumamos ter.

A idéia de se criarem novas zonas agrícolas, visando qualidade de terras, de clima e fator ecológico seria, de fato, de uma importância absoluta.

Segundo me consta, não temos um problema de exportação para este ano. Precisamos é nos tornar de novo produtores e talvez grandes produtores de laranja. A escolar seria nova, onde houvesse muito transporte e talvez aproveitando uma parte dessa emigração do nordeste, organizando-a nesse sentido. Nesse caso, poderíamos lembrar que o Estado do Rio produz, realmente, fruta excepcional, a melhor do país. Poderíamos, assim, produzir a nossa laranja seleta, que desapareceu, a lima, que existe alguma, mas por preço quase proibitivo.

O Sr. HEITOR GRILO — É a mais consumida e procurada no mercado local. Tanto que os pedidos que recebo de cooperativas é só para laranja lima. Um viveiro de 150 mil mudas está totalmente absorvido. No Distrito Federal, o que resta de sítios prefere a laranja lima, porque tem mercado certo, não havendo o problema de exportação, e porque vende por preços altos. A lima está sendo vendida a 12 e a 15 cruzeiros a dúzia. Dá muito mais margem que a maçã e a pêra.

O Sr. ALBERTO COCOZZA — É a tendência a subir cada vez mais.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — De forma que reputo a idéia de novas zonas um problema muito interessante.

O Sr. HEITOR GRILO — A grande vantagem das novas zonas seria a de que levamos hoje para lá uma grande experiência. Já conhecemos a variedade, as doenças, a melhor distância, etc. A embalagem, a frigorificação, todo aquele trabalho que desde 1922 nos tem absorvido não constitui mais novidade. Sabemos mais que é possível hoje, mediante um plano financiado pelo Banco do Brasil e assistidos pelo Ministério da Agricultura e pelas Secretarias da Agricultura, que poderiam dar bonificação até um certo limite de plantio, a, vamos dizer, 10, 20 ou 30 mil mudas, refazer-se tudo isso com muito pouco dinheiro. Um plano para cem milhões de cruzeiros creio que seria extraordinário.

O Sr. JONAS — Venho de uma viagem do Rio de Janeiro e São Paulo, inclusive

Araras, onde o Sr. Alberto Cocozza esteve trabalhando e onde há boa fruta. Não fui a Bebedouro porque tenho muitos amigos que de lá vieram há uma semana. Bebedouro é hoje uma zona de grande influência e arrebanhando grande capital para plantação de laranjas. Naquela localidade já há uma produção de 30 a 40 mil caixas de laranjas. Em Araras está sendo feita uma plantação astronômica. Em Limeira há uma plantação extraordinária, feita por homem de grande visão, que é o Sr. Pires opes, que absorve, só para adubo dessa chácara, a manutenção de cerca de 80 a 100 vacas.

No entanto, a delimitação de uma zona só poderá ser feita, conhecendo-se os seus frutos, dando garantia a um prazo mínimo previamente estabelecido e que venha compensar a plantação. Para justificar esse prazo necessitaria de fazer um retrospecto da situação da laranja em 1941, quando estivemos reunidos, sob a presidência do saudoso Leonardo, no Conselho de Comércio Exterior, onde solicitei a simples contribuição do governo, de 2,00 por caixa para a manutenção do parque citrícola nacional. Naquela época eu alertava o governo para o fato de que estavam sendo arrancadas laranjeiras para fazer carvão. E hoje, só de um local, o governo se vê privado de 150 mil para loteamento: Bangú, Campo Grande e suas adjacências.

No centro de São Paulo, em Limeira, existe uma zona que é própria para cana e que 10 ou 20 mil cruzeiros de diferença em alqueire não vêm perturbar o usineiro. Entretanto, quem tem laranjeiras, dado o preço que está conseguindo no mercado de São Paulo, não deixa de plantá-las, nem que a terra valha uma fortuna.

Encontrei em Araras plantações de laranja nos moldes da Califórnia. Posso até documentação fotográfica, porque me impressionei grandemente ao ver laranjeiras plantadas com as raízes à mostra, apenas o pião enterrado e o cuidado de serem limpas todas as raízes fora da terra. Essas fotografias tirei-as com intenção de dá-las ao Dr. Moura, que é estudioso no assunto.

Quanto às pragas, o que está unicamente grassando naquela região é a mosca. No Distrito Federal temos a broca. Aqui mesmo há agrônomos que foram ao meu sítio e viram que estou combatendo prova com óleo de automóvel, queimado.

O prejuízo do parque citrícola vem da falta de amparo do governo, exclusivamente, porque se o desse em 1951 teríamos hoje não 5 milhões de caixas exportadas mas 10 milhões e ninguém poderia controlar a plantação de laranja, porque valeria a pena plantar.

O eminente Dr. Sodré, estudioso do assunto, disse que no ano passado exportamos 1 milhão e 170 mil caixas. Este ano exportaremos 700 mil o Distrito Federal tem no máximo, 700 mil caixas e, mesmo assim, com um refugo de 30 a 40%, isto levando em conta que o Ministério da Agricultura conceda aquela medida "choise", do contrário será impraticável a exportação.

O Sr. ALTINO SODRÉ — Tenho uma idéia de que quando comecei a estudar citricultura os pomares novos que se erguiam no Distrito Federal e Nova Iguaçu produziam uma média de uma caixa por três árvores. Hoje não colhemos uma caixa de cinco pés de laranja.

Quando em 1935 ou 1936 eu tive oportunidade de orientar o plantio de 30 mil árvores num terreno próximo das barcas de Niterói, ao lado da fábrica de cimento, Cia. Agrícola Bom Retiro, fiz enxertos em laranja da terra e chegamos a colher

mais de 10 caixas por árvore. Evidentemente este plantio foi feito numa mancha de terra especial, num solo muito profundo, que permitiu o desenvolvimento dessas árvores, que foram plantadas num esquadro de 8x8, ao nível de mangueiras. Eram árvores enormes, colossais. Hoje, estão essas laranjeiras, infelizmente, abandonadas pela ação do cimento, porque a fábrica começou a funcionar, o que arrazou aquela plantação. Atualmente, não serve para exportação aquela laranja, porque começaram a classificá-la de laranja de cimento: o pó desprendido acumulava-se na fruta e não havia escova que conseguisse lavá-la, pois a sua duração era limitada.

Se, porém, conseguimos um plantio de 30 mil árvores que produziram isto, aqui no nosso solo, não seria possível, logicamente, descobrir um maior número de zonas em que se pudesse obter produção idêntica? Naturalmente isso ainda não foi pesquisado. Ninguém procurou verificar se há solos semelhantes àquele, nas zonas de Magé, Rio Bonito, todos esses setores novos que podem ser plantados, fazendo soerguer uma nova citricultura. Trata-se de um problema que compete aos técnicos do Ministério.

Esperamos, assim, que o Ministério promova medidas no sentido de orientar os novos citricultores que desejam encaminhar suas novas citriculturas caso haja interesse no incremento das mesmas. Não vejo que este interesse possa surgir se continuarmos com os mesmos problemas sérios de até aqui, de encarecimento da produção, como, por exemplo, o transporte. Os exportadores pagavam 2 mil cruzeiros por vagão para trazer a fruta das zonas de produção ao cais do Porto. Este ano o frete subiu para 3 mil cruzeiros por vagão. Ora, com uma medida dessas é natural que não haja exportação de laranjas. E nós precisamos fazer todo o possível para reduzir este custo da produção.

Sobre impostos tenho em mãos umas notas. Foi criado este ano, e entrará em vigor a partir de 1.º de julho vindouro, um imposto de vendas e consignações, de 2,7% "ad valorem", no Distrito Federal.

No momento em que estamos, com todas as dificuldades para a exportação, pelo fato de que o nosso produto ficou tão caro que não pode competir no mercado externo, não podemos permitir que haja encarecimento maior dessa produção por fatores que podem ser eliminados, assim como os impostos. Além disso, há um imposto alfandegário (de consumo) que recai sobre o papel envoltório de laranja. Já se tentou por todos os meios provar que o papel para envoltório de laranja não se destina ao consumo no Distrito Federal. Ele é importado para ser novamente exportado; por que razão, pois, se cobra um imposto de consumo sobre uma mercadoria que não é para o Distrito Federal e sim para ser exportada? É mais um encarecimento que recai no custo da produção, aumentando assim o valor da mercadoria.

O Estado do Rio cobra 3% de imposto de exportação e 3% de vendas e consignações. Naturalmente, não podemos deixar de consignar que esses impostos são elevados. Deveríamos facilitar a exportação, reduzindo ao mínimo possível esses ônus que vêm encarecer o produto, tornando mais difícil a sua exportação.

Além desses impostos temos ainda as taxas de armazenagem, refrigeração, capatazias do porto do Rio de Janeiro que foram aumentadas: no ano passado, se não me engano, eram de 3,20 por cai-

xa, passando este ano para 4,50. Outro fator, portanto, no encarecimento do custo da produção.

"Desde a guerra, estamos exportando laranjas tipo "Escolha", bem inferior ao "Padrão" existente em 39, e isto, devido ao estado sanitário dos pomares. Mesmo assim, a laranja tem tido boa aceitação, pois, a laranja brasileira é conhecida como feia por fora, mas suculenta e gostosa. A resistência da fruta diminui, também, como se verificou em 1950 em Londres e França, mas, graças ao tratamento desinfetante da laranja nos packing-houses, houve poucas queixas em 1951. Esse tratamento é, porém, caro."

Pergunto: seria somente o tratamento que hoje é feito para desinfecção da fruta, que determinou uma redução nas avarias constatadas na exportação de 1950? Acredito que com essa desinfecção tenha realmente melhorado muito.

O Sr. PANTALEAO RIMALDI — Em Londres a fruta foi abandonada porque chegou muito atrasada. A diferença de 1950 para 1951, da fruta estragada deve-se à greve de Londres. Foram gastos 8 dias para a descarga de 4 vapores.

Quanto ao fato de ter chegado a fruta estragada à França, dispunha aquele país de apenas 4 vagões para transportá-la, tendo o fruto ficado 20 dias ao abandono no cais. Como não devia apodrecer?

Esse produto, atualmente, deve melhorar muito, mesmo quanto à embalagem. Quando se tratou de exportar, não se pensou em produzir melhor em se fazer melhor escolha em 1951. Em 1950, enquanto o mercado era livre, não se conhecia a assistência à fruta, foi ela assim mesmo encaixotada. O resultado foi o que conhecemos.

O Sr. LUIZ FASSOS SOARES — Vários fatores concorreram para que a colheita no ano passado fosse melhor como, por exemplo, os desinfetantes e as condições atmosférica e climática. Colheu-se laranja no ano passado exclusivamente na seca. Já no ano retrazado a colheita foi feita com chuva.

Praticamente fui eu o primeiro exportador no porto do Rio de Janeiro, o ano retrazado, para a Europa. A laranja chegou em ótimas condições na Holanda. Em todo caso também no ano passado não houve qualquer reclamação nas remessas feitas para a Europa e Buenos Aires. Nota-se que a resistência da fruta foi devido à seca, período de estiagem, de crescimento e maturação da fruta. O mesmo não aconteceu em 1950 quando a fruta já se encontrava na caixa, fraca; bebeu água. Não podia, portanto, ter a mesma resistência. Mas que o remédio é bom, é. Sem dúvida alguma.

Fui testemunha agora, por exemplo, no caso da juta da Amazônia. Pois bem, fizemos uma verdadeira melodia a respeito. Aconteceu o seguinte: em virtude da mão de obra e impostos altos que lá incidem sobre a produção, a juta ficou preparada, pronta para exportação ao redor de 9,00. Por esse preço a Índia coloca, através dos ingleses, noutros portos. Corresponde a meio dólar. O fato é que meio dólar para a produção brasileira não compensa. Se fosse o dólar a 24,00, portanto, 12,00 meio dólar, colocaríamos imediatamente um excedente de juta que o governo financiou a aquisição. Ou adquiriu ou vai adquirir, incontinenti. Quer dizer, é dessas coisas que estão gritando alto demais. Automaticamente, receberíamos 10 milhões de dólares aqui e não haveria o encalhe da juta na Amazônia, o que, infelizmente, parece, vai se dar.

Com o algodão também vai acontecer o mesmo. O próprio governo se prendeu com o algodão. E, assim, uma série de produtos tem de ser adquirida.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — O câmbio tem de ser livre. Devia ser assim: quem exporta, importa o artigo que deseja.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — No ano passado, dei várias entrevistas, focalizando de perto o interesse imediato para a exportação.

O ilustre Dr. Grilo recebeu-nos em seu gabinete, fazendo-se um debate franco sobre a situação. Chegou-se à conclusão de que se o Banco do Brasil não liberasse, não poderíamos assumir a responsabilidade de entregar o fruto para o próprio mercado interno. Sem exportação não podemos colher fruto para o mercado interno.

Depois de várias entrevistas — uma das quais em meu sítio, onde o repórter foi me procurar, assim como um senhor da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S.A. que estava estudando o assunto — depois de perder o meu tempo em chamar a atenção do governo federal, da Cexim e do Banco do Brasil, fomos a uma reunião na Câmara Municipal. Mais tarde fui surpreendido com esta leitura, num jornal, do qual guardo este recorte:

“REAJUSTADOS OS PREÇOS DA LARANJA NACIONAL NOS MERCADOS LONDRINOS

Em virtude da resistência da CEXIM em não permitir o estabelecimento do regime de compensação, os preços da laranja brasileira reajustaram-se automaticamente no mercado de Londres. Os preços, que estavam em pouco mais de 30 “shillings” por caixa, oscilam agora entre 45 e 55 (shillings” conforme a qualidade da fruta), o que representa uma excelente cotação para o produto nacional. Dêsse modo, não se justifica a grita de alguns interessados, e muito menos o pedido de subvenção para a exportação de laranjas. Por outro lado, o mercado interno está cada vez mais ávido de laranjas, pagando também bom preço. As autoridades tomam providências no sentido de defender esse mercado, que é a grande área de absorção da nossa própria fruta.

Não há dúvida de que a subvenção aos exportadores ou a volta ao regime das compensações significariam tornar a laranja quase inacessível ao povo, tais os preços a que atingiria o produto.”

A Cexim deu a nota à imprensa, mas, não veio depois dizer quanto perderam os exportadores de laranja em Londres.

Era bem oportuno que o Sr. Alberto Cocozza dissesse o resultado que teve em Londres. Esses preços foram em consequência da ausência da fruta sul-africana no mercado. A demora de dois navios que carregavam aqui, para Londres, ocasionou a alta do artigo. Dez dias depois, a laranja dava 50 a 60 cruzeiros de prejuízo em caixa, ao exportador brasileiro. Eu não pude mandar laranjas para Londres, diretamente. Vendi, sim, para Londres, mas tive de cessar meus embarques uma vez que fui atingido por este prejuízo.

Estou, presentemente, na iminência de vender alguma coisa para cobrir os prejuízos do ano passado, e não exportei para Londres...

Na Argentina aconteceu a mesma coisa. Eram vendidas apenas 150 caixas de cada vez, com um mercado consumidor formidável. Resultado: terminou a exportação brasileira e meses depois ain-

da não tinha começado a venda no mercado argentino.

É raro o exportador brasileiro que não perdeu, no ano passado, com transações com a Argentina, 30 a 40 cruzeiros por caixa.

Era o que tinha a dizer sobre a situação.

O Sr. ALTINO SODRÉ — A situação é muito séria para os citricultores. E, para agravar tudo isso, verificamos que os Estados Unidos bonificam com 1 dólar e 25 cada caixa de laranja que é exportada. Isso representa 24,00 por caixa.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — 1 dólar e 65.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — 1 e 85 atualmente.

O Sr. ALTINO SODRÉ — Era 1 e 25; agora, 1 e 65. A 1 dólar e 25 seriam 24 cruzeiros.

Eles têm um mercado interno fabuloso.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — O interno não interessa, mas, sim, o externo.

O Sr. HEITOR GRILLO — Se houvesse o mercado interno aumentaríamos o consumo e dentro de 15 ou 20 anos estaria o Brasil numa situação extraordinária. O necessário, no momento, são os recursos indispensáveis ou a modificação da política da Cexim. Caso contrário, os poucos laranjais que restam, desaparecerão.

O problema que avengei, de novos laranjais, é futuro, remoto. Acho que chegou o momento de lançarmos essa idéia: escolhermos as zonas e fazermos nelas um financiamento amplo, de 2 a 3 milhões de pés, em 15 anos, a juros de 4 a 6%, com garantia do packing-house. Considero isto fundamental, já que o Brasil cresce assustadoramente.

A medida imediata que reputo seria ou a subvenção ou um câmbio que permita o desenvolvimento da citricultura.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — Estamos discutindo a salvação do parque citrícola atual e é um prazer ouvir o Dr. Grilo falar sobre o futuro. O futuro, no entanto, deveria ser condicionado ao plantio racional e consequente aproveitamento no mercado interno. É uma vergonha mesmo dizer-se no Brasil que precisamos exportar laranjas, quando não as temos para abastecer o mercado interno. Isto porque em Belém do Pará seriam consumidas laranjas do Distrito Federal e Rio de Janeiro, do princípio ao fim do ano.

Não dispomos de frigoríficos. Basta dizer que o frigorífico de carne, existente em Belém, é de propriedade particular e a carne vem de Goiás e Mato Grosso, de avião.

Em Recife, foi posta à minha disposição, pelo representante da Seção de Turismo da Prefeitura, a câmara frigorífica para eu mandar laranjas; entrei em entendimentos e me foi dito que poderia dispor de uma capacidade para 150 caixas. Naquela cidade vende-se a laranja a 1,50 e a 2,00 em qualquer época do ano. A fruta do Distrito Federal alcança, em Recife, 3,00 o tipo que aqui se vende: 200, 216 e 226.

Salvador carece completamente de laranjas, no entanto, produz ela a melhor laranja do mundo. Não podemos mandar o produto para lá, porque não dispomos de distribuição naquela localidade, muito menos frigoríficos para armazenamento. Ademais, para vários vapores, precisamos entrar na “fila” para se conseguir praça e, mesmo assim, nem todos tocam em Salvador.

Vitória é, também, ótimo mercado para a nossa laranja. Já mandei alguma para lá, que, posteriormente, tive de fazer presente, porque mandei

30 caixas e verifiquei depois que não era mais possível conseguir praça para aquela Capital.

Tudo isto significa que estamos completamente desaparelhados no mercado interno. São Paulo é bem uma prova. Pela manhã, uma caixa de laranjas dá, em São Paulo, 150 cruzeiros; ao meio dia desce para 60 e 70 cruzeiros, porque os caminhões que saem daqui de madrugada descarregam às 10 horas.

Não temos mercado apenas em São Paulo. Disponemos de um mercado consumidor invejável, que é o norte. São Paulo, também, dentro de dois ou três anos, sairá das cogitações do Distrito Federal.

A laranja Rameli, em São Paulo, posta para exportação, é de primeiríssima ordem.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — Onde chegar a laranja Pera, do Rio, chega a melhor laranja do Universo.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — Não há a menor dúvida, mas, nós estamos em São Paulo, hoje, com um caso: a tangerina produzida aqui já não tem a mesma entrada em São Paulo.

O Sr. ALBERTO COCOZZA — O nosso mercado precisa de 100 vezes a laranja que atualmente produz.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — Temos de olhar o mercado externo, sem o qual não podemos manter o interno.

O Sr. ALTINO SODRÉ — Aliás, o mercado interno poderia ser incentivado com a indústria do suco.

O Sr. HEITOR GRILLO — Basta dizer que o Rio de Janeiro possui duas laranjadas de suco natural: uma a da Avenida e outra a da Rua do Ouvidor. Foi aumentado o preço de 1,20 para 1,50 o copo e houve uma grita geral.

O Sr. ALTINO SODRÉ — Poderíamos solicitar à Carteira de Exportação e Importação condições especiais para a importação de frisas para o congelamento do suco rápido, como é feito nos Estados Unidos.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — Isso é aparelhamento que custa milhões.

O Sr. HEITOR GRILLO — E precisaríamos depositar o líquido num frigorífico. E um frigorífico de 1.000 toneladas custa 10 milhões de cruzeiros.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — Tive aqui, uma ocasião, no Rio, umas carrocinhas que eram do Rio Bonito. Me apreenderam as carrocinhas, pois não podiam parar. Dei dinheiro para conseguir que parassem e não fui bem sucedido. Perdi 100 mil cruzeiros em três meses.

Não podemos exportar laranjas por um preço razoável, sem subvenção. Ou há compensação ou não há exportação, essa a minha opinião. A compensação deve ser feita não como era, sendo necessária tradição. Quem exporta, importa. Se eu exporto, vou arriscar uma importação. Se isto não se pode conseguir, vamos fazer como na Espanha em que o governo toma 25% e dá 75% ao exportador, com os quais ele importa o que muito bem quer.

Esta é a razão de o cruzeiro estar, como disse o Presidente do Banco do Brasil, desajustado. O seu reajustamento iria beneficiar porque estamos falando em economia nacional, de âmbito geral, não é só a laranja.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — Com a libra a 80,00 não seria necessária essa discussão.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — Se a Cexim não toma uma providência junto à Presidência da República para que haja liberação, pelo menos no

campo da laranja, estejam certos os senhores de que a laranja deixará de ser artigo de cogitação da maioria dos exportadores. Eu, por exemplo, terei de vender a minha casa para salvar a minha posição social, pois, com mais um ano não sei se aguentarei e, assim, irei para a lavoura onde a despesa é menor. O meu negócio é a laranja, por isso aqui estou.

Uma vez reajustados todos esses pontos terceiros beneficiados não só a laranja, mas, também vários outros produtos.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — É um problema sério. A despesa vai quase a 60% do custo. O máximo que dá é 23,24 ou 25 sh., quando, no mínimo, precisamos de 35 sh.

O Sr. ALBERTO COCOZZA — O problema é o câmbio e o novo parque citrícola. O que aconteceu até hoje não serve de base.

O Sr. HEITOR GRILLO — O governo dava o subsídio atual para a formação do parque citrícola. Fariamos essa operação financeira, a fim de aguentar a situação presente, garantindo o parque citrícola futuro. O americano fez isso para tâmaras.

O Sr. ALBERTO COCOZZA — Há o subsídio nos Estados Unidos, como o há na Espanha.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — A Inglaterra também dá, em Londres, a vantagem de não serem pagos os direitos.

O Sr. ALBERTO COCOZZA — A nossa concorrência foi sempre os Estados Unidos. Vejamos e estamos sem laranjas. O que acabou com a nossa laranja, porém, não foi a concorrência, mas a doença. Aguentamos muito bem a concorrência. O que nos desgraçou foi a moléstia. Por isso, não temos laranjas para exportar. Se quisermos exportar meio milhar de caixas de laranjas, onde vamos buscá-las? Não há. Vamos, então, fazer um parque laranjal que satisfaça às nossas necessidades. O que dificulta um pouco a solução do problema é já terem todos os Estados e municípios seus orçamentos feitos.

O Sr. ALBERTO COCOZZA — Hoje a situação é diferente, pois não temos produção suficiente para atender ao consumo. Antigamente sempre sobravam laranjas.

O Sr. ALTINO SODRÉ — Há um outro ponto que precisamos frisar: são os convênios.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — Isso é outra coisa.

O Sr. ALTINO SODRÉ — Mas existe com a Argentina.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — Qual o convênio com a Argentina? Nenhum.

O Sr. ALTINO SODRÉ — Possuímos, porém, naquele país, um saldo.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — Falar nisso é perder tempo.

Estamos há quatro anos tentando recebê-lo. Todos estamos perdidos. Depois que ouvi S. Excia. o Ministro do Exterior, Dr. João Neves da Fontoura e o embaixador Batista Luzardo dizerem: não há meio, perdi as esperanças. Ainda se disse que se nós nada conseguíssemos com o embaixador, jamais poderíamos arranjar qualquer coisa. Aquilo, por enquanto está perdido.

O Sr. ALBERTO COCOZZA — Perdido, não. Eles apenas estão protelando. A dívida fica velha mas não apodrece.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — Houve um meio de poder vir o dinheiro, mas, o Sr. Bevilacqua não quis. Era bloquear o que era deles aqui. Certamente, isto daria resultado. Não quiseram assim

proceder porque éramos pela primeira vez credores da Argentina. Agora, porém, já são passados 4 anos. Eles estão com o nosso dinheiro lá e com as frutas no frigorífico.

Não nos interessava, porém, receber grande quantidade de frutas em pagamento, pois não temos onde colocá-las. A Argentina tem como único mercado o Brasil.

O Sr. HEITOR GRILO — Eles se interessam muito, no momento, pela banana, tanto que a exportação subiu de 6 milhões para quase 12 milhões de cachos.

O Sr. JOÉ PIRES DE ALMEIDA — Está ultrapassada toda a expectativa.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — O mesmo não se verifica com a laranja.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — Poderia ser estudado um meio de resolver essa situação do dinheiro que está em poder dos argentinos, por intermédio mesmo da Secretaria da Agricultura, que solicitaria ao Banco do Brasil, uma vez relacionados os devedores em Buenos Aires, fossem creditados em conta especial naquele banco os exportadores brasileiros, na importância correspondente ao saldo existente na Argentina. Assim, o Banco do Brasil, aqui, adiantaria aos exportadores uma importância X.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — Não pode haver crédito especial. Propusemos isso, mas, não foi aceito.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — Existe até o perigo dos exportadores perderem esse dinheiro em caso de falência dos devedores.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — Isso é um fato. Mas, principalmente as firmas que devem, têm o dinheiro depositado em um banco, como pertencente aos exportadores brasileiros.

Voltemos ao assunto da laranja.

Se os senhores pudessem tirar da laranja todos os impostos atuais, enfim, tudo que possa aumentar seu custo, como taxas de frigorífico, estiva, etc., seria um meio de concorrer para a solução do problema. Devo frisar especialmente o imposto de 2,7% que aí vem.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — Quanto a esse imposto, de vendas e consignações, devo dizer que vários amigos meus, Vereadores, também amigos do Dr. Grilo, já estão alerta para, na regulamentação desta cobrança, solicitarem a isenção da laranja do Distrito Federal. O Estado do Rio também entra no imposto dos produtos exportadores por aqui.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — Então, seria um absurdo: $3 + 3 + 2,7\%$. Se é pago o imposto no Estado do Rio, não deve ser pago aqui.

O Sr. ALBERTO COCOZZA — Não paga, mas os fiscais obrigam. É preciso ir a Juízo para ganhar a questão.

A solução será conseguir-se dois mil alqueires de terra bem servida por transporte, com bom financiamento, a fim de se criar novos laranjais, porque os atuais nós consumimos e não satisfazem.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — É preciso que seja um financiamento longo, bom e barato.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — O financiamento da Prefeitura tem sido feito dessa maneira: um cavaleiro quer trabalhar na lavoura. Compra, então, um sítio. Aliás, posso até citar o caso de um conhecido do Dr. Sodré. Teve ele o financiamento do Banco da Prefeitura para comprar o sítio. Adquiriu-o e está pagando 5 mil e poucos cruzeiros por mês àquele estabelecimento de crédito.

No entanto, pediu um auxílio para a lavoura e este lhe foi negado. Hoje aquele sítio é um matagal. Há quatro anos se colhiam 500 caixas de laranjas; hoje não se colhem 10 caixas. Já o ano passado esse sítio estava abandonado.

O sítio do Dr. Ademar Barcelos é um matagal, nada havendo, praticamente, para se colher e o Banco da Prefeitura está recebendo 5 mil cruzeiros por mês.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — O financiamento deve ser na base dos do Banco do Brasil: se depois de 5 ou 6 anos é que se começa a pagar. O juro lá é de 1%, com 36 anos de prazo.

Houve época em que meia dúzia de italianos sabidos, conhecedores do assunto, foram ao Banco solicitar o empréstimo, compraram as terras, plantaram sítios pequenos de 2 e 3 mil pés e depois de um ano os venderam. Assim, fizeram fortuna.

Outra coisa, no Brasil não existe, em parte alguma, chácaras com 60 mil pés de laranja.

O Sr. ALBERTO COCOZZA — A riqueza da Argentina era que as estradas de ferro, todas particulares, tinham um horto florestal analisando as terras onde percorriam os seus leitos e fornecendo as mudas necessárias, milhares e milhares de pés, para serem plantados. Isto fez, na Argentina, de Rio Negro e Mendoza uma Califórnia.

O fator mais importante, assim, para esse progresso, foram as estradas de ferro, porque tanto aqui como em Buenos Aires o interessado vai ao Ministério da Agricultura e não encontra enxerto de coisa alguma.

Uma lei antiga, no entanto, referente às estradas de ferro, na Argentina, permitiam a qualquer cidadão fazer as plantações que desejasse. Assim, uma pessoa interessada em 20 mil pés de pera fazia o pedido e no ano seguinte este era satisfeito.

O Sr. HEITOR GRILO — É o regime francês.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — Aqui, para se conseguir um empréstimo, são exigidos tantos documentos que dificultam a transação.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — Sr. Pantaleão, quantos quilômetros tem a estrada de ferro que liga o parque citrícola da Argentina à capital?

O Sr. ALBERTO COCOZZA — 1.000 quilômetros.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — Em quanto tempo é feito esse percurso?

O Sr. ALBERTO COCOZZA — Em 16 horas.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — Pois bem, temos, entre o parque citrícola do Distrito Federal e o cais do Porto do Rio de Janeiro, 35 quilômetros e são consumidos às vezes 3 dias no trajeto. Isto quando o vagão não fica perdido no meio do caminho.

Na gestão do Sr. Alencastro Guimarães, um vagão de laranjas levou, de Campo Grande a São Paulo, 15 dias.

Houve o caso de um vagão que chegou a São Paulo e não se puderam aproveitar nem 10 caixas de laranjas.

É possível, dessa forma e com esse frete — que dizem ser barato, mas que é três vezes mais caro do que em qualquer outra parte do mundo — suprir-se ao menos o mercado interno?

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — Desde que se consiga que não se toque nas laranjas, que os caminhões façam a descarga, pois é um absurdo o que se cobra apenas para pôr a caixa no chão, já teremos amenizada a situação. Será até um favor da estrada de ferro.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — Na estrada de ferro é requisitado o vagão com um dia de antecedência. Tem-se, então, um prazo para carregá-lo. Se o trem que iria transportá-lo sair sem o mesmo, o vagão ficará pagando uma estadia diária de, no mínimo, 204 cruzeiros.

Não há responsabilidade da Central do Brasil em atender às requisições. Uma vez atendidas, porém, há a responsabilidade da parte em carregar, seja como for, os vagões.

O Sr. ALTINO SODRÉ — Sr. Presidente, proporia fôsse nomeada uma comissão que concatesse todas essas sugestões apresentadas nesta Mesa Redonda, a fim de que fôsem encaminhadas aos poderes competentes.

O Sr. ALBERTO RAVACHE, Presidente — Se todos concordam com a proposta do Dr. Sodré, queiram conservar-se sentados.

(Pausa).

Aprovado. Desejaria o Dr. Sodré designar os membros dessa comissão, da qual S. S. seria componente?

O Sr. ALTINO SODRÉ — Está presente o Dr. Moura que é pessoa bastante abalizada e competente para essa indicação.

O Sr. ALBERTO RAVACHE, Presidente — Seria interessante escolhermos um representante da classe, um do Ministério da Agricultura, que poderia ser o Dr. Moura.

O Sr. DUTRA MOURA — Proporia, então, a inclusão do chefe da Seção de Fruticultura.

O Sr. ALBERTO RAVACHE, Presidente — Fariam, neste caso, parte da comissão o Dr. Sodré, o Sr. Heitor Grilo...

O Sr. HEITOR GRILO — Pediria permissão para indicar, em meu lugar, o Sr. Eduardo Hugo Frota, chefe do Serviço de Horticultura, que está bem a par do assunto.

O Sr. ALBERTO RAVACHE, Presidente — A comissão seria, então, constituída dos Srs.:

Altino Sodré — Diretor-técnico da Sociedade Nacional de Agricultura.

Eduardo Hugo Frota — da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal.

Joel Cavalcanti Afonso Ferreira — do Ministério da Agricultura.

Luiz Passos Soares — horticultor.

Carlos A. G. Schraider — do Sindicato do Comércio de Frutas.

Geraldo Immediato Bittencourt — Representante da Cexim.

A Sociedade Nacional de Agricultura sente-se desvanecida por esse esforço dos senhores em debater um problema tão crucial para a citricultura brasileira e comércio da laranja e acabamos de verificar que há, por assim dizer, uma unidade de vistas sobre o assunto. Todos estão de acordo em que há duas facetas: uma da exportação e outra da recuperação. Esta visando o mercado externo futuro e aquela o mercado interno presente e bem assim o socorro à safra atual.

Acredito que as entidades às quais enviaremos as sugestões, encontrarão um meio de acomodar às necessidades gerais e, assim, dentro de uma fórmula perfeitamente possível, vencer esta quadra econômica difícil que atravessa a nossa citricultura e os seus problemas mais vitais, hoje tão brilhantemente debatidos nesta Casa.

Ademais, é nosso presidente o Dr. Luiz Simões Lopes, que é o Diretor da Cexim e, consequentemente, conhece os problemas bem de perto e com muito carinho procurará dar, também, dentro do

seu elevado critério, uma solução equitativa para o caso.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — Desejava que fôsse incluído na comissão um representante da lavoura, um produtor e, assim, apontava o Sr. Luiz Augusto Thiago da Silva.

O Sr. ALBERTO RAVACHE, Presidente — Muito bem, um dos grandes produtores da zona de Iguazu.

Pediria à comissão a fim de que acordasse com o Dr. Sodré para que o assunto não morra tão prontamente, porque ele deve ser malhado enquanto está quente.

O Sr. HEITOR GRILO — Pediria que a comissão encaminhasse separadamente as conclusões de sua alçada. Há, por exemplo os problemas de tributação de laranja no Distrito Federal e Estado do Rio, de difícil solução em conjunto.

No Brasil queremos sempre fazer uma coisa grande, muito bonita, perfeita, envernizada; no fim, não se faz coisa alguma. É preferível que as conclusões sejam divididas e, por exemplo, uma delas digo: o Distrito Federal deve suprimir as tributações que incidem sobre a laranja. Outra dirá: o Estado do Rio deve fazer a mesma coisa. Com isso pode-se ajudar o problema da laranja.

O Sr. ARTHUR OBERLAENDER TIBAU — Seria interessante fôsse esse apêlo feito por parte dos agricultores, através da Federação ou da Confederação Nacional, porque isso representaria uma grande força junto aos poderes políticos do Estado do Rio que vão, em última análise, decidir a questão.

Se assim acontecesse e a Confederação tivesse o interesse que a questão merece, creio que seria de grande importância lançar mão desse recurso. O mesmo fariam, junto à Prefeitura do Estado do Rio, as suas associações.

O Sr. ALBERTO RAVACHE, Presidente — A Confederação Rural esteve aqui representada na pessoa do Sr. Rubens Farrula, e esta reunião foi feita de comum acordo com aquela entidade.

O Sr. TIBAU — Pretendo que ela tome a si essa tarefa, levando, em nome da classe, esse pedido ao governo e, ao mesmo tempo, fazendo ver a influência decisiva dessa medida na solução do problema.

O Sr. ALBERTO RAVACHE, Presidente — Todas as sugestões apresentadas serão encaminhadas aos poderes competentes, através da Confederação.

O Sr. JOSÉ PIRES DE ALMEIDA — Em nome da FARESP solicito que me seja, depois, fornecido o endereço para onde aquela entidade poderá mandar o seu trabalho técnico em defesa do citricultor paulista.

O Sr. LUIZ AUGUSTO THIAGO DA SILVA — Sr. Presidente, illustre Prof. Grilo, acabo de ouvir esta Mesa Redonda e devo dizer que, como lavrador, há longos anos que venho debatendo esses problemas.

Fazendo um apanhado do que acaba de se realizar aqui, penso, em primeiro lugar, que o governo deve abrir facilidades à exportação, com que o lavrador será incentivado. O homem que vive na gleba tem amor a ela. Eu entrei criança para uma gleba e estou envelhecendo nela e não a quero largar. Como eu, muitos outros.

Hoje, deveríamos ter aqui a casa cheia. E por que não temos? Pela falta de estímulo. Será essa falta dos poderes competentes ou será nossa? Nossa não é, pois temos feito o máximo possível. Ergue-

mos Iguaçu e fomos mimoseados com o impaludismo. Não só eu, como a minha família e meus colegas. Quantos homens tombaram ao fazer daquele lamaçal um jardim! Hoje, vivo desanimado. Nesta Casa mesmo, quanto não debati pelo problema! O "Correio da Manhã", igualmente, quanto se vem debatendo por essa causa. Fala-se em procurar outros centros, para que? Fala-se em estímulo, mas, para que este exista é necessária a intervenção do governo, com a abolição de impostos, taxas, etc.

A Espanha, a Argentina, todos dão compensação aos lavradores; por que o nosso país não faz o mesmo? Uma vez não sendo compensado, nosso produto não tem valor. Por isso, quem quer morar no mato anos e anos? Sem conforto, sem diversão... Eu, por exemplo, vivo há 40 anos na gleba e ainda não pude adquirir um automóvel. Tenho 7 filhos que trabalham na gleba e vêm para o Rio de Janeiro à noite, a fim de estudar, indo jantar às duas horas da madrugada.

Assim sendo, urge que o governo tire esses impostos desses brasileiros que vivem encanecidos no trabalho da terra, encanecidos na exportação e vendo perder a sua fortuna. Só assim haverá o estímulo, pois nossos filhos já não mais querem ficar nas glebas. Abram-se os portos, financie-se o exportador e o lavrador. Então, essa mocidade, homens arrojados que vão para os campos, irão procurar novas zonas para fazer esse parque citrícola.

Se a venda de um sítio dá melhor produto, como o meu, em que fui vendendo terras e plantando casas, fazendo novos vizinhos, é claro que assim procederemos. Se, no entanto, formos compensados, procuraremos novos setores para explorar, porque o homem da lavoura é sempre dedicado à terra.

Há dias, por exemplo, foi um homem apaixonado pela lavoura ao meu sítio, dizendo que desejava terminar seus dias tratando da terra. Para isso, todavia, é preciso fomento, é preciso abolir esses impostos e outros tributos que, onerando de tal forma o produto, chegam a constituir um caso vergonhoso.

Como as coisas vão, não há o estímulo e a vontade de plantar. Plantei cerca de 6 mil pés de laranjas e, no entanto, jamais fui bem recompensado. É preciso haver compensação para que nossos filhos continuem a tarefa. A solução é, pois, abolir os impostos e abrir os portos.

O Sr. ALTINO SODRÉ — Uma vez terminados os trabalhos de tradução do apanhado taquigráfico, convocarei todos os membros da comissão para uma reunião.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — Pediria ao representante da Cexim fizesse apelo veemente ao seu diretor no sentido de tentarmos salvar o ano de 1952.

O Sr. GERALDO IMMEDIATO BITTEN-COURT — Reconheço os seus problemas, mais, infelizmente, não tenho poderes para resolvê-los.

O Sr. LUIZ AUGUSTO THIAGO DA SILVA — O governo tem de intervir e penso que o Presidente Vargas agirá nesse sentido.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — Queria, Sr. Presidente, congratular-me, em nome dos lavradores do Distrito Federal e dos exportadores, pela feliz iniciativa da Sociedade Nacional de Agricultura em proporcionar esta Mesa Redonda, para salvar a produção citrícola que não deixa de ser o grande alimento que temos.

Basta mencionar que, ao se iniciar a safra da laranja, todos os empregados não levam comida

para a chácara. Em compensação não aguentam carregar um caixa de laranja. Passados alguns dias, alimentando-se exclusivamente da laranja, já podem palmejar um caixa. Reputo, portanto, a laranja o melhor alimento que temos e a sua plantação e indústria mais desprezada e menos vista pela Carteira de Exportação e Importação e, ainda, até hoje, pelo governo federal.

Espero que esta Mesa Redonda, dado o cunho de responsabilidade da mesma, pois foi feita sob os auspícios desta grande Sociedade Nacional de Agricultura, encontre eco em S. Excia. o Sr. Presidente da República, fazendo-o interessar-se por esses problemas, assim como o Sr. Luiz Simões Lopes, que está à testa da Cexim.

O Sr. ALBERTO RAVACHE, Presidente. — E, aliás, é o nosso devotado Vice-Presidente.

Vou encerrar esta reunião, agradecendo, em nome da Sociedade Nacional de Agricultura, especialmente aos Srs. representantes do Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Joel Afonso Ferreira, ao Prof. Heitor Grilo, ao Sr. Representante da Cexim, do Ministério do Exterior, da Confederação Rural Brasileira, da FARESP, aos exportadores de laranja e a todos aqueles que intimamente vinculados com esses problemas nos deram a honra de sua presença, assim contribuindo para fixarmos mais um marco capaz de trazer aos citricultores do Distrito Federal a esperança de melhores dias.

(E encerrada a sessão às 18.25 horas).

Em consequência, foram enviados aos poderes públicos os seguintes memoriais, nos quais a Sociedade Nacional de Agricultura advoga as medidas julgadas indispensáveis à solução do assunto:

"Excelentíssimo Senhor Doutor Getúlio Vargas, Digníssimo Presidente da República. — Por ocasião da recente "Mesa Redonda" promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura para debater os problemas que afligem a citricultura nacional, foi nomeada uma Comissão de Citricultura, incumbida de apresentar ao Poder Público as necessidades mais prementes dessa lavoura e preconizar as medidas governamentais que se julga suficientes para evitar a gradual extinção daquela fonte de riqueza que é a laranja brasileira. Daí o presente memorial, que deverá transmitir a V. Excia. as conclusões a que se chegou no citado conclave, e solicitar que V. Excia. determine o estudo e a pronta solução dos referidos problemas, para o merecido amparo da citricultura nacional, ora gravemente ameaçada pelo declínio da exportação e o abandono dos pomares.

1.º — EXPORTAÇÃO

A laranja, é, talvez, dentre todos os produtos do país, o único que, para assegurar ao mercado interno um suprimento abundante e barato, exige a existência dum mercado no exterior. É que a colheita integral dos pomares, nas épocas mais apropriadas, como é feita para a exportação, não só facilita o combate às pragas, como ainda, pelo rigor da seleção para a exportação, faz sobrar grande quantidade para o consumo interno. Deve V. Excia. lembrar-se que, ao tempo das grandes exportações antes da guerra, a laranja abundante exercia um papel regulador nos preços das demais frutas nacionais e estrangeiras.

Feitas estas considerações, desejamos apresentar, de modo resumido e sucinto, o principal problema da citricultura, que é o da exportação.

A conquista dos mercados europeus, pré-guerra, foi fácil à laranja do Brasil, pelo seu baixo custo, suas qualidades de sabor e suculência, e pelo fato de ser colhida justamente nos meses de entre-safra das frutas européias, primavera e verão de lá. No entanto, o encarecimento do custo da produção no pós-guerra, aliado à redução do mercado devido à quebra do padrão da libra esterlina e das demais moedas européias, fizeram com que a nossa laranja perdesse por completo o seu poder de competição.

A inclusão da laranja entre os chamados "produtos gravosos" sujeitos ao auxílio dos "prêmios de fomento" em negócios de compensação, em 1950, veio aliviar de certa forma a crise, proporcionando a exportação de um milhão de caixas. Cessando tal ajuda, o escoamento declinou de 70% para a Europa no ano próximo passado, e para o corrente ano ure encontrar a fórmula salvadora para impedir a perda dos mercados.

O plano aventado pelos principais exportadores contorna o principal obstáculo, que é o excessivo encarecimento da importação pelos ágios pagos pelos importadores. Propõem eles que o Banco do Brasil lhes faculte licenças de importação de quaisquer produtos de importação tradicional dos países compradores das nossas laranjas, até oitenta por cento do valor das divisas obtidas pelas laranjas. Destarte, com o lucro normal de tais importações, obterão eles a margem suficiente para cobrir-se da diferença de preço e custo da laranja. Abrangendo apenas cerca de £ 400.000 (ou o seu equivalente em outras moedas) ou sejam, cerca de vinte milhões de cruzeiros, o licenciamento de tais importações não poderá transtornar seriamente a política restritiva seguida até agora pela Carteira de Exportação e Importação no que concerne os "importadores tradicionais" dos diversos ramos que nem poderá causar forte preocupação à indústria nacional.

A bem dizer, não é nenhuma inovação o que pleiteiam os exportadores de laranjas, eis que, a Espanha vem concedendo igual sistema para subvencionar sem ônus próprio a sua citricultura, facultando aos seus exportadores o uso de divisas oriundas da sua atividade para adquirirem no estrangeiro o que lhes pareça lucrativo.

Os detalhes do plano brevemente descrito mais acima, ficarão a cargo da Carteira de Exportação e Importação, que poderá entrar em entendimentos com os exportadores de laranjas para conhecer-lhes as pretensões de importação, orientando-os no sentido de escolherem produtos que além de lucrativos sejam convenientes do ponto de vista econômico nacional.

Em vista de achar-se já em seu início a safra cítrica, pede a Comissão que V. Excia haja por bem determinar a maior urgência no estudo e decisão da proposta que veiculamos.

2.º — NOVAS PLANTAÇÕES

A falha de loteamento nas cercanias da Capital Federal e a invasão de pragas e da doença denominada "tristeza" nos pomares do interior do Estado de São Paulo, fizeram regredir consideravelmente a produção de laranjas nas duas regiões exportadoras do país. Quanto à laranja fluminense, foi aventada a possibilidade de ser encontrada nova zona adequada para o plantio, em outra região acessível, porém, mais afastada do Rio de Janeiro, sendo necessário para tal "desideratum",

uma pesquisa metódica por parte dos agrônomos do Ministério da Agricultura. Uma vez encontrada a nova zona, seria então elaborado pelos antigos citricultores e exportadores interessados no futuro parque citrícola, um plano de financiamento que lhes permitisse a organização dos novos pomares, valendo-se da experiência adquirida nos últimos trinta anos nesse mister.

Pedem porisso os interessados que V. Excia. haja por bem determinar ao Ministério da Agricultura a nomeação de uma comissão de agrônomos para os estudos preliminares e a pesquisa mencionada, o que poderá, quiçá, ser feito em colaboração com as autoridades do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro. A Sociedade Nacional de Agricultura poderá, também, colaborar nessa tarefa, de grande alcance para o futuro desenvolvimento da citricultura.

Como dissemos inicialmente, quiz esta Comissão limitar-se, no presente memorial, ao essencial, não tocando na complexidade dos muitos problemas que ainda afligem a lavoura citrícola, a fim de conseguir mais fácil e rapidamente o beneplácito de V. Excia. às solicitações feitas.

Nesta esperança, que augura nova vida aos belos laranjais do Brasil, renovamos a V. Excia. os protestos de nossa elevada consideração e apreço.

A COMISSÃO DE AGRICULTURA: **Alberto Ravache** — Da Sociedade Nacional de Agricultura; **Altino de Azevedo Sodré** — Diretor Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura; **Carlos A. G. Schrader** — Do Sindicato do Comércio Atacadista de Frutas".

"Excelentíssimo Senhor Prefeito do Distrito Federal.

Atendendo à sugestão que nos foi dada pelo eminente secretário da Agricultura do Distrito Federal, senhor Doutor Heitor Grillo, quando por ocasião da "Mesa Redonda" promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura em 10 do corrente mês, sugestão essa no sentido de serem apresentados separadamente a cada um dos Poderes Públicos os problemas que lhe digam respeito, para a salvação da citricultura nacional, ora gravemente ameaçada por uma crise sem precedentes que prenuncia a sua breve extinção, — vem esta comissão submeter à apreciação de Vossa Excelência, resumidamente, as conclusões a que chegaram os componentes do referido certame, solicitando-lhe um estudo das mesmas e, possivelmente, a adoção de medidas em amparo da única produção agrícola exportável do Distrito Federal.

Antes de entrarmos na exposição dos problemas, cabe-nos ressaltar a importância da citricultura para o Distrito Federal, pois, deve-se a ela, em em torno da Capital Federal tem-na como esteio grande parte, o saneamento de vasta zona outrora insalubre, e a produção rural do "cinturão verde" econômico indispensável para a fixação do pequeno lavrador. Daí ser imprescindível conservar essa riqueza, obviando por medidas rápidas e eficazes o seu declínio.

São os seguintes os problemas que demandam solução da Prefeitura do Distrito Federal, segundo foram definidos pela "Mesa Redonda":

- 1.º — O encarecimento da produção da laranja;
- 2.º — O abandono da citricultura devido à va-

lorização das terras de plantio consequente aos loteamentos;

3.º — Falta de braços e falta de financiamento.

1.º — ENCARECIMENTO DA PRODUÇÃO DA LARANJA

A produção exportável da laranja sofre forte concorrência no exterior, sendo necessário baixar-lhe o custo para conservar os mercados. A exportação é necessária porque, permitindo a colheita integral dos pomares em época apropriada, facilita o combate às pragas e faz baratear o suprimento de grandes quantidades de laranjas ao mercado interno. A contribuição da Prefeitura do Distrito Federal por nós visada, seria, em primeiro lugar, a isenção do novo imposto de "vendas e consignações" recém-criado para a exportação, e, possivelmente, a redução do imposto territorial sobre as plantações e do predial sobre as casas de embalagem. Com efeito, a laranja não mais comporta os encargos que se lhe vem lançando, como se verifica pela redução de 50% na exportação do ano passado.

2.º — O ABANDONO DA CITRICULTURA DEVIDO À VALORIZAÇÃO DAS TERRAS DE PLANTIO, CONSEQUENTE AOS LOTEAMENTOS

O consenso geral dos membros da "Mesa Redonda", quando a este problema, foi no sentido de feito um apelo a V. Excia. para que, numa lei a ser preconizada pelo Executivo, as zonas mais apropriadas por seu clima, qualidade de solo, acessibilidade aos transportes, etc., sejam reservadas, exclusivamente à produção agrária, impedido, outrossim, o fracionamento em lotes inferiores a ... hectares para a venda de tais terras. Foi citado, como exemplo, pelo Sr. Prof. Grillo, a região da Champagne nos arredores de Paris, reservada para a viticultura. Com efeito, o abandono de grandes pomares nas adjacências de Bangü, no último, e o crescente loteamento de terras em Campo Grande, fazem temer pela sorte dessa lavoura, se nada for feito para resguardá-la da sanha imobiliária das empresas de loteamentos. Além disso, os encargos da Prefeitura quanto ao suprimento de água, saneamento, escolas, etc. seriam igualmente limitados.

3.º — FALTA DE BRAÇOS E FALTA DE FINANCIAMENTO

Os dois problemas são de certo modo ligados entre si, pela circunstância do grande encarecimento na fixação do trabalhador rural na lavoura citrícola. Os produtores necessitam de grandes capitais para o alargamento e a manutenção do parque citrícola, e os dispêndios para trazer braços tão excessivos sem o financiamento barato e acessível, a prazo longo. Como é do conhecimento de V. Excia., a laranjeira somente atinge a sua plenitude de produção após cerca de seis anos; nos pomares antigos a adubação para o restabelecimento da produção plena exige dois anos. Por isso, os citricultores e exportadores pedem facilidades de crédito a longo prazo, no Banco da Prefeitura.

Estamos confiantes em que V. Excia. examinando o que sucintamente expuzemos, não deixará de adotar as medidas necessárias para a solução dos diversos problemas. Todavia, desejamos encarecer a V. Excia. a urgência dessas soluções, uma vez que, segundo o depoimento de vários exportadores e citricultores, a safra do corrente ano, já iniciada, está ameaçada de novo colapso pior do que o de 1951.

Nessa expectativa, valemo-nos do ensejo para apresentar a V. Excia. os protestos de nossa elevada consideração e apreço.

A COMISSÃO DA CITRICULTURA: Alberto Ravache — Da Sociedade Nacional de Agricultura, Presidente da Sessão; Altino de Azevedo Sodré — Diretor Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura; Carlos A. G. Schrader — Do Sindicato do Comércio Atacadista de Frutas).

"Excelentíssimo Senhor Comandante Ernani do Amaral Peixoto, Digníssimo Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Por ocasião da recente "Mesa Redonda" promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura para debater os problemas que afligem a citricultura nacional, foi nomeada uma Comissão da Citricultura e Citricultor incumbida de apresentar aos Poderes Públicos alguns dos assuntos mais prementes, preconizando medidas de amparo que venham obviar o atual declínio e a gradual extinção dessa grande fonte de riqueza que a laranja brasileira. Daí virmos à presença de V. Excia. para, resumidamente, submeter ao governo do Estado do Rio de Janeiro, como maior produtor da melhor laranja do país, as várias conclusões a que chegaram os presentes ao conclave citado, solicitando que V. Excia. determine o estudo e a pronta solução dos problemas em questão, visando, no limite do possível, a conservação e o fomento da citricultura fluminense, gravemente ameaçada neste momento. O resumo que fazemos diz respeito unicamente aos problemas da alçada estadual, pois, resolvemos apresentar a cada um dos Poderes Públicos concernentes àquilo que possa resolver, para não tumultuar com a complexidade dos fatos, a análise da situação.

Não precisamos frizar, porque V. Excia. sobejamente a conhece, a importante obra de saneamento que na Baixada Fluminense foi realizada pelos produtores de laranjas, em poca recente, fazendo duma região insalubre e inhospita, um verdadeiro jardim. A plantação de árvores frutíferas promove, de maneira ímpar, a fixação do lavrador à gleba, e o desvelo e carinho com que deve tratar o seu pomar, são o maior anteparo ao abandono da terra pela prole.

Por isso mesmo estamos certos de que V. Excia. aceitará de bom grado as sugestões contidas nesta memorial.

São os seguintes os problemas que demandam solução do governo do Estado do Rio de Janeiro, segundo foram definidos pela "Mesa Redonda":

- 1.º — O encarecimento da produção da laranja;
- 2.º — O abandono da citricultura devido à valorização das terras de plantio consequente aos loteamentos;
- 3.º — A necessidade da formação de novos laranjais;
- 4.º — Falta de braços, e falta de financiamento.

1.º — O ENCARECIMENTO DA PRODUÇÃO DA LARANJA

A produção exportável da laranja sofre forte concorrência exterior, sendo urgentemente necessário baixar-lhe o custo para que possa conservar os mercados. É necessário manter-se a exportação ao exterior porque, ensejando a colheita integral dos pomares, em épocas mais apropriadas, facilita o combate às pragas que assolam as plantações, fazendo ainda baratear o suprimento de grandes quantidades de laranjas ao mercado interno. No entanto, a taxação excessiva de impostos estaduais impede a redução do custo, o que já em 1951 ocasionou uma queda de 50% na quantidade exportada. Assim, com a abolição da isenção que a laranja fluminense teve durante a guerra, viu-se o citricultor onerado em 6% "ad-volrem", isto é, 3% de imposto de exportação e 3% de imposto de vendas e consignações, além das majorações dos demais impostos estaduais. A contribuição do governo de V. Excia., assim pois, seria, em primeiro lugar, a isenção dos impostos ou de pelo menos um deles, e a redução dos impostos que gravam os pomares citricolas e as casas de embalagem, dando assim maior incentivo à produção.

2.º — O ABANDONO DA CITRICULTURA DEVIDO A VALORIZAÇÃO DAS TERRAS DE PLANTIO, CONSEQUENTE AOS LOTEAMENTOS

O consenso geral dos membros da "Mesa Redonda", quando a este problema, foi no sentido de ser feito um apelo a V. Excia. para que, numa lei a ser preconizada pelo Executivo, as zonas mais apropriadas, por seu clima, a qualidade de suas terras, a sua acessibilidade aos transportes, etc., sejam reservadas, exclusivamente, à produção agrária, impedido, ainda, o fracionamento em lotes inferiores a ... hectares para a venda de tais terras. Como exemplo das vantagens de tal legislação, o Sr. Heitor Grillo citou a região da Champagne nos arredores de Paris, reservada para a viticultura e que por isso não foi invadida pelas construções urbanas. Efetivamente, o abandono de grandes pomares nas imediações da Rodovia Presidente Dutra e em Nova Iguaçu, no último ano, deve-se à valorização das terras em consequência dos loteamentos desenfreados, quando é certo que justamente a laranja dessa região é a mais saborosa dentre todas, convindo preservá-la.

3.º — A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO DE NOVOS LARANJAIS

Um dos fatores do encarecimento da produção é a relativa escassez de frutos por pé, em comparação com as colheitas assás abundantes verificadas em solos mais profundos. Na baixada fluminense em geral, são necessários de três a cinco pés de laranjeiras para preencher um caixa de colheita, e mesmo com adubação não se consegue senão relativa melhoria. No entanto, é certo que em plantações feitas em outras regiões do Estado tem havido safras de cerca de 10 caixas de colheita por pé de laranjeira, o que indica que a árvore sendo plantada em solo profundo e com esquadro suficiente, poderá retribuir um múltiplo do que vem acontecendo nos laranjais de Nova Iguaçu. A pesquisa em busca de terras adequadas para a formação de novos pomares poderia ser facilitada pelo

governo de V. Excia., em colaboração com o Ministério da Agricultura, elaborando-se então um plano de financiamento a longo prazo aos citricultores e exportadores que, valendo-se da sua longa experiência na Baixada, queiram instalar-se em tais zonas. A Comissão desde já oferece a sua colaboração nesse trabalho.

4.º — FALTA DE BRACOS E FALTA DE FINANCIAMENTO

Os dois problemas são, de certo modo, ligados entre si, pela circunstância da fixação do trabalhador rural na lavoura citricola exigir, hoje, um empate de capital considerável, muitas vezes inecessível ao citricultor empenhado na conservação do seu laranjal ou no replantio, pois, a laranjeira nova somente atinge a sua plenitude de produção de seis anos, e a velha, adubada, exige dois para voltar a produzir fortemente. Na ausência de financiamento por parte do Estado, pedem os citricultores então, uma colaboração das autoridades estaduais que poderão intervir perante o Governo Federal no sentido de serem por este encaminhados à lavoura citricola os trabalhadores rurais imigrantes do interior e do exterior.

Na certeza de que as nossas idéias assim resumidamente expostas, encontrarão no esclarecido espírito de administrador que guia os destinos do Estado do Rio de Janeiro, o eco que merecem, desde já consignamos os nossos agradecimentos, renovando a V. Excia., a segurança de nossa elevada consideração e apreço.

A COMISSÃO DE CITRICULTURA: **Alberto Ravache** — Da Sociedade Nacional de Agricultura, Presidente da Sessão; **Altino de Azevedo Sodré** — Diretor Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura; **Carlos A. G. Scharader** — Diretor do Sindicato do Comércio Atacadista de Frutas.

LAVRADOR:

INSCREVE-TE SÓCIO DA

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Informações:

Av. Franklin Roosevelt, 115-6.º

C. Postal 1245 — Tel.: 42-2981

RIO DE JANEIRO

BANCO DO BRASIL S. A.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS ACIONISTAS, REALIADA EM 24 DE JUNHO DE 1952

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de mil novecentos e cinquenta e dois, reunidos, às dezesseis horas, em terceira convocação, na sede do Banco do Brasil Sociedade Anônima, à Rua Primeiro de Março, número sessenta e seis, nesta cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal, acionistas, representando cinquenta e nove milhões quatrocentos e quarenta e nove mil e quatrocentos cruzeiros, e todos êles com direito de voto, conforme se verifica de suas assinaturas a páginas trinta e nove e quarenta do "Livro de Presença", com as declarações exigidas na Lei, o Senhor Presidente do Banco. Doutor Ricardo Jafet, assumindo, na forma do artigo quarenta e quatro dos Estatutos, a presidência da Assembleia, convidada para servirem como Primeiro e Segundo Secretários os acionistas Julio de Mattos e José Willemsens Junior, respectivamente

A INSTALAÇÃO DA ASSEMBLÉIA

O Senhor Presidente declara instalada a Assembleia Geral Extraordinária convocada, pelos editais de vinte e sete de maio e dez e dezessete de junho de mil novecentos e cinquenta e dois, para o fim específico da reforma dos artigos sete e trinta e um dos Estatutos, e salienta que, tratando-se de terceira convocação, deverá a Assembleia, segundo o artigo cento e quatro do Decreto-lei número dois mil seiscentos e vinte e sete, de vinte e seis de setembro de mil novecentos e quarenta, funcionar, nessa eventualidade, com qualquer número de acionistas presentes. A pedido do Senhor Presidente, o Primeiro Secretário procede à leitura do Aviso do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, assim concebido: "Ministério da Fazenda — Aviso número trezentos e quatorze — Em dezanove de junho de mil novecentos e cinquenta e dois. — Senhor Presidente do Banco do Brasil Sociedade Anônima —

Comunico-vos que, por portaria desta data, resolvi designar o Procurador Geral da Fazenda, bacharel Haroldo Renato Ascoli, para representar o Tesouro Nacional na Assembleia Geral desse Banco, a realizar-se no dia vinte e quatro do mês em curso. Saudações — Horácio Lafer." A Portaria a que faz referência o dito Aviso está assim redigida: "Ministério da Fazenda — Portaria número duzentos e setenta e dois, de dezanove de junho de mil novecentos e cinquenta e dois — O Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda resolve designar o Procurador Geral da Fazenda Pública, bacharel Haroldo Renato Ascoli, para representar o Tesouro Nacional na Assembleia Geral Extraordinária do Banco do Brasil Sociedade Anônima, a realizar-se no dia vinte e quatro do corrente mês. — Horácio Lafer." O Senhor Presidente, por deferência especial, convida para tomar assento à mesa o Doutor Haroldo Renato Ascoli, representante do Tesouro Nacional, o maior acionista do Banco, possuidor que é de mais de cinquenta e cinco por cento de suas ações. O Senhor Presidente pede ao Primeiro Secretário proceda, para seu registro em ata, à leitura dos editais de convocação publicados nas edições do "Diário Oficial" e do "Jornal do Comércio" de vinte e oito, vinte e nove e trinta de maio e onze, doze, treze, quatorze, dezoito, dezanove e vinte de junho de mil novecentos e cinquenta e dois e que são deste teor: "Banco do Brasil Sociedade Anônima — Assembleia Geral Extraordinária — Primeira convocação — Por deliberação da Diretoria, convido os Senhores Acionistas para uma Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se, em primeira convocação, na sede social, à Rua Primeiro de Março, número sessenta e seis, às dezesseis horas do dia dez de junho próximo, a fim de deliberarem sobre a reforma dos artigos sete e trinta e um dos Estatutos do Banco.

Ficam, em consequência, suspensas, por dez dias, as transferências de ações, a contar de trinta e um deste mês. — Rio de Janeiro, vinte e sete de maio de mil novecentos e cinquenta e dois — Ricardo Jafet, Presidente.” — “Banco do Brasil Sociedade Anônima — Assembléia Geral Extraordinária — *Segunda convocação* — Não tendo comparecido à Assembléia, para hoje convocada, Acionistas, com direito de voto, que representassem dois terços, no mínimo, do capital, vimos, em nome da Diretoria e de acôrdo com o artigo quarenta e três dos Estatutos, novamente convidar, em segunda convocação, os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, na sede social, à Rua Primeiro de Março, número sessenta e seis, nesta capital, no dia dezessete do mês em curso, às dezesseis horas, a fim de deliberarem sobre a reforma dos artigos sete e trinta e um dos Estatutos. Continuarão suspensas as transferências de ações até dezesseis do corrente, inclusive. — Rio de Janeiro, dez de junho de mil novecentos e cinquenta e dois. — Ricardo Jafet, Presidente.” — “Banco do Brasil Sociedade Anônima — Assembléia Geral Extraordinária — *Terceira convocação* — Não tendo comparecido à Assembléia, para hoje anunciada em segunda convocação, Acionistas, com direito de voto, que representassem dois terços, no mínimo, do capital, vimos, em nome da Diretoria e de acôrdo com o artigo quarenta e três dos Estatutos, novamente convidar, em terceira convocação, os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, na sede social, à Rua Primeiro de Março, número sessenta e seis, nesta capital, no dia vinte e quatro do mês em curso, às dezesseis horas, a fim de deliberarem sobre a reforma dos artigos sete e trinta e um dos Estatutos. De conformidade com o artigo cento e quatro do Decreto-lei número dois mil seiscentos e vinte e sete, de vinte e seis de setembro de mil novecentos e quarenta, a Assembléia Geral Extraordinária se instalará em terceira convocação com qualquer número de acionistas presentes. Continuarão suspensas as transferências de ações até o dia vinte e quatro do corrente, inclusive. — Rio de Janeiro, dezessete de junho de mil novecentos e cinquenta e dois — Ricardo Jafet, Presidente”.

AMPARO AO PEQUENO PRODUTOR

Finda a leitura, pelo Primeiro

Secretário, do último dêsses três editais, por isso que a leitura dos demais foi dispensada pela Assembléia, por proposta do acionista Manoel Gomes Moreira, o Senhor Presidente declara que, em se tratando da reforma sômente dos artigos sete e trinta e um dos Estatutos, vai, para boa regularidade dos trabalhos, abrir discussão sobre cada um dêles, de per si, submetendo-os, da mesma forma, à votação dos Senhores Acionistas presentes. Acrescenta que, esgotada a ordem do dia, passará a se ocupar da proposta que se acha sobre a mesa, subscrita por alguns dos Senhores Acionistas, para a reforma de outro dispositivo estatutário, isto é, do artigo quatro. Após, o Primeiro Secretário, por incumbência do Senhor Presidente, procede à leitura da exposição justificativa da Diretoria, relativa à reforma do artigo sete dos Estatutos, a qual se acha assim formulada: — “Ilustres Senhores Acionistas — O amparo e o estímulo ao pequeno produtor sempre constituíram preocupação fundamental de todos os Governos, como solução para o fomento da pequena propriedade rural e meio indispensável para incorporar o seu gigantesco mas diluído esforço num programa racional de desenvolvimento da produção. Todavia, a fim de que se possa reclamar dêsses elementos a colaboração que dêles pode e deve esperar a coletividade, imperiosa se torna a eliminação das dificuldades e dos fatores negativos com que tropeçam na obtenção do crédito, condição primária e decisiva para o crescimento da riqueza nacional. Dentro dêsses postulados, que se ajustam com a orientação traçada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República para a recuperação e o fortalecimento da economia do país, e tendo em vista, por outro lado, o compreensível e habitual temor do pequeno agricultor e criador ao complicado formalismo das medidas de segurança, com que o capital busca inteira cobertura dos riscos inerentes ao seu mercado, agravado pelo desproporcional ônus que representa a constituição de garantias sobre modestos financiamentos, é que verificamos a conveniência de modificar o sistema em vigor no Banco, aumentando-lhe a flexibilidade e adaptando-o à realidade nacional, de sorte a não entravar a assistência financeira que se deve àqueles preciosos cooperadores de nosso progresso. Pode-se, talvez, argumentar que a segurança das operações ficaria

comprometida pelo estabelecimento de critério mais liberal do que o vigente. Acreditamos sinceramente, porém, que o maior risco será anulado pela influência do grande número de pequenos empréstimos e pelos efeitos de uma regulamentação capaz de impedir os negócios de finalidade aleatória ou não econômica; e o país, para que todos voltamos o melhor de nossos esforços, será de sobejo compensado pelos frutos que resultarão da iniciativa, em prol de uma estabilidade maior e mais segura de sua estrutura econômica. Nessas condições, propomos aos Senhores Acionistas que ao artigo sete dos Estatutos do Banco — em que são instituídas as normas básicas das operações em geral — seja acrescentado mais um inciso, que tomará o número treze, assim redigido: *“Décimo terceiro — Conceder empréstimos a prazo não superior a um ano, aos pequenos produtores rurais, para o financiamento de suas atividades agrícolas ou pastoris, não podendo a quantia emprestada a cada devedor exceder de cinquenta mil cruzeiros, em nenhuma hipótese. Parágrafo único. Para a concessão dos empréstimos autorizados neste inciso, poderá ser dispensada a exigência de garantias reais ou pessoais de pagamento, sendo, porém, necessário que os pretendentes exerçam diretamente a atividade agrícola ou pastoral, assim como preencham os requisitos de idoneidade, tradição e indiscutível capacidade profissional.”*

Concluída essa leitura, o Senhor Presidente abre discussão sobre a reforma do artigo sete, nos termos propostos pela Diretoria. Os acionistas Edmundo Barreto Pinto e Clarimundo Rosa Nepomuceno da Silva, depois de copiosas considerações, apresentam emenda no sentido de que, em vez de cinquenta mil cruzeiros e do prazo de um ano para os empréstimos aos pequenos produtores com atividades rurais comprovadas, como consta da proposta da Diretoria, sejam os limites fixados em cem mil cruzeiros e vinte e quatro meses, respectivamente. O Senhor Presidente esclarece, a propósito, que a autorização estatutária existente limita os prazos dos empréstimos, na forma do crédito pessoal e direto, ao prazo máximo de seis meses e que a Diretoria, ao pretender dilatar esse prazo para um ano, tivera em vista estender ao maior número de pequenos produtores rurais os benefícios da assistência imediata, de que carecem para o fomento

de suas atividades agrícolas ou pastoris. A nova modalidade proposta pela Diretoria — acrescenta — se aprovada, em nada prejudicará as condições dos empréstimos normais realizados pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, que prevêem prazos maiores, baseados na capacidade de produção de cada um. Encerrada a discussão, o Senhor Presidente submete a votação, em primeiro lugar, a proposta dos acionistas Edmundo Barreto Pinto e Clarimundo Rosa Nepomuceno da Silva, que é rejeitada por maioria, sendo, em seguida, aprovada integralmente, por maioria, a proposta da Diretoria para a reforma do artigo sete dos Estatutos.

OUTROS ASSUNTOS

Após, o Primeiro Secretário, a pedido do Senhor Presidente, lê a exposição justificativa da Diretoria, relativa à reforma do artigo trinta e um dos Estatutos, elaborada nos seguintes termos: “Ilustres Senhores Acionistas — O Conselho Fiscal, no seu parecer de vinte e um de março deste ano, apreciado pela Assembléia Geral Ordinária de vinte e nove de abril próximo findo, assim se manifestou, a propósito da remuneração da Diretoria: “Seis. Desde o exame das contas do exercício de mil novecentos e quarenta e seis, o Conselho Fiscal propôs, sempre com a aprovação dessa Assembléia Geral Ordinária, fôsse distribuída a cada um dos membros da Diretoria do Banco uma bonificação igual à percentagem estatutária a que tinham direito, ou seja de cento e vinte mil cruzeiros, bonificação essa elevada, nos exercícios de mil novecentos e quarenta e nove e mil novecentos e cinquenta, a duzentos e quarenta mil cruzeiros. Em sessão ordinária de trinta de junho de mil novecentos e cinquenta e um, o Conselho Fiscal, considerando a indiscutível exiguidade da remuneração mensal atribuída aos membros da Diretoria do Banco pelo artigo trinta e um dos Estatutos, aprovados em dez de março de mil novecentos e quarenta e dois, e tendo em vista as despesas ordinárias de representação a que estão obrigados aqueles titulares, solicitou ao Banco efetuar, a partir de janeiro de mil novecentos e cinquenta e um, o pagamento mensal, a cada um dos membros de sua Diretoria, de um duodécimo da importância total da percentagem estatutária e da bonificação de duzentos e quarenta mil cruzeiros, como

adiantamento a compensar quando ditas vantagens viessem a ser distribuídas. Neste ensejo, pedimos a essa Assembléia Geral Ordinária aprove aquela nossa recomendação, fazendo-se, relativamente ao exercício de mil novecentos e cinquenta e um, a outorga da mesma bonificação de duzentos e quarenta mil cruzeiros, conferida a cada um dos membros da Diretoria do Banco no exercício anterior, e que se destacará da respectiva previsão". O parecer do Conselho Fiscal, subscrito por todos os seus ilustres membros, foi aprovado pela Assembléia Geral Ordinária, executado apenas o seu item *sete*, assim concebido: "Sete. Todavia, persistindo os mesmos motivos que ditaram aquela medida, e *ad referendum* da primeira Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se, sugerimos pague o Banco à sua Diretoria, em vez da remuneração estipulada no artigo trinta e um dos Estatutos, a quantia mensal de cinquenta mil cruzeiros para o Presidente e de quarenta e cinco mil cruzeiros para cada um dos Diretores, a começar de janeiro deste ano, sem embargo da distribuição regular da percentagem estatutária." Deste modo deliberou a Assembléia Geral Ordinária de vinte e nove de abril último, por entender — em face do pronunciamento de vários dos Senhores Acionistas, secundados pelo digno representante do Tesouro Nacional — que o item *sete* do parecer do Conselho Fiscal — envolvendo matéria de reforma dos Estatutos — somente através de uma Assembléia Geral Extraordinária poderia ser considerado, para solução. Cumprindo tal decisão, a Diretoria deliberou convocar a presente Assembléia, para, apreciando a matéria, alterar o artigo trinta e um dos Estatutos. Cumpre-nos, por oportuno, lembrar aos Senhores Acionistas, data vênica, que, de acordo com o artigo trinta e um dos Estatutos, aprovados em dez de março de mil novecentos e quarenta e dois, portanto há mais de dez anos, os dirigentes do Banco devem receber, mensalmente, apenas a remuneração fixada nos Estatutos: cinco mil cruzeiros para o Presidente e quatro mil cruzeiros para os Diretores; de seis em seis meses, depois do balanço semestral, têm direito à percentagem máxima de sessenta mil cruzeiros; e se a Assembléia Geral Ordinária, que aprovar as contas assim o decidir, como o fez a partir de mil novecentos e quarenta e seis, e especialmente nos exercícios de mil no-

vecentos e cinquenta, somente depois de sua realização anual é que os membros da Diretoria recebem a bonificação concedida, de duzentos e quarenta mil cruzeiros a cada um. Total mensal, se observada a forma adotada para o seu pagamento: Presidente, trinta e cinco mil cruzeiros e cada um dos Diretores, trinta e quatro mil cruzeiros. Óbvio é, portanto, Senhores Acionistas, que a insuficiência da remuneração e o sistema de seu pagamento ocasionam um desequilíbrio, que urge evitar, entre a receita e a despesa mensais dos dirigentes do Banco, os quais, somente com tardança, o que é relevante, são reembolsados, em parte, do dispêndio feito com a sua custosa representação.

Em vista do exposto, sugere a Diretoria, nos termos da proposta original do Conselho Fiscal, alterar-se o artigo trinta e um dos Estatutos, o qual, com vigência a partir deste exercício, passará a ter a seguinte redação: "*Artigo trinta e um. A remuneração mensal será de cinquenta mil cruzeiros para o Presidente e de quarenta e cinco mil cruzeiros para cada um dos Diretores. Além dessa remuneração, terá cada Diretor, inclusive o Presidente, direito a percentagem de meio por cento sobre os lucros líquidos verificados em cada balanço semestral, não podendo, entretanto, essa percentagem exceder de sessenta mil cruzeiros*". Termina essa leitura, o Senhor Presidente abre discussão sobre a reforma do artigo trinta e um, nos termos da proposta da Diretoria. Falaram longamente, apoiando-a, os acionistas Clarimundo Rosa Nepomuceno da Silva e Manoel Gomes Moreira, que compararam a reduzida remuneração em vigor da Diretoria com os altos honorários de diretores de outros estabelecimentos bancários e de empresas industriais e comerciais de porte. O acionista Edmundo Barreto Pinto sugeriu que, em aproveitando a oportunidade, se concedesse aumento ao funcionalismo do Banco. Salientou o Senhor Presidente que a proposta — como consta da exposição justificativa — não partira propriamente da Diretoria, mas do Conselho Fiscal. Acrescentou que conhecia perfeitamente a situação dos funcionários do Banco e que em outubro de mil novecentos e cinquenta e um, já, portanto, na sua gestão, lhes concedera, com vigência a partir de primeiro junho daquele ano, substancial aumento de vencimentos, que, posteriormente, por ser de justiça, se tornou

extensivo aos funcionários aposentados; reservava, porém, à Diretoria, o cuidado de examinar o assunto sempre que necessário, com isso concordando o acionista Edmundo Barreto Pinto. O Doutor Haroldo Renato Ascoli, representante do Tesouro Nacional, com a palavra, propõe uma emenda a proposta da Diretoria para a reforma do artigo trinta e um, consubstanciada no seguinte acréscimo: "*Parágrafo único. A partir de maio de mil novecentos e cinquenta e três, a remuneração mensal da Diretoria obedecerá ao quantum fixado pela Assembléia Geral Ordinária*". Encerada a discussão, o Senhor Presidente submete a votação a proposta da Diretoria e o acréscimo da parágrafo único sugerido pelo Doutor Haroldo Renato Ascoli, sendo aquela proposta aprovada por maioria e o acréscimo por unanimidade. Em seguida, o Senhor Presidente informa à Assembléia que tem sobre a mesa, para solução, proposta, datada de sete de junho de mil novecentos e cinquenta e dois, firmada pelos acionistas Jabour Exportadora S. A., Abrahão Jabour, João Jabour e João José de Figueiredo, para reforma do artigo quatro dos Estatutos, ou seja, do aumento do capital para um bilhão de cruzeiros, mediante a incorporação de parte das reservas do Banco. Aduz, todavia, que não lhe é possível submeter a proposta à deliberação da Assembléia em face do artigo quarenta e quatro, parágrafo segundo, dos próprios Estatutos, que é claro e preciso ao dispor que "nas assembleias gerais extraordinárias não se poderá tratar senão do objeto declarado nos anúncios de convocação". Sendo evidente, a impossibilidade de deliberarem os Senhores Acionistas, nesta Assembléia, sobre a reforma de outros dispositivos estatutários, o Senhor Presidente, assim considerando, facultou, entretanto, a palavra aos que dela desejassem fazer uso, mas tão somente para discussão da proposta. Falaram, justificando-a, os acionistas Clarimundo Rosa Nepomuceno da Silva, João Jabour e Manoel Gomes Moreira, tendo o Doutor Haroldo Renato Ascoli, por sua vez, feito uso da palavra para pôr em relevo rezer o artigo quatro dos Estatutos que o capital do Banco é de cem milhões de cruzeiros, o qual será aumentado para duzentos milhões, de acôrdo com a deliberação pela Assembléia Geral Extraordinária de onze de novembro de mil novecentos e trinta e seis, que houve, é inegável,

uma resolução dos Acionistas, reunidos em Assembléia Geral Extraordinária, no sentido de elevar o montante do capital social ao dôbro do em que se expressa; que, entretanto, cabia esclarecer que determinada não foi a data ou ocasião em que a medida deveria efetivar-se; que a Assembléia deixou ao prudente arbítrio da Diretoria a escolha dessa oportunidade e que as sociedades por ações, nas quais o Governo Federal interfeira directamente na constituição dos órgãos de sua administração ou seja subscritor de parte seu capital, *verbi gratia* o Banco do Brasil Sociedade Anônima, se encontram, pelo Decreto-lei número dois mil novecentos e vinte e oito, de trinta e um de dezembro de mil novecento e quarenta, excluídas da aplicação obrigatória das normas estabelecidas em a Lei das Sociedades por Ações e referentes a fundos de reserva". O acionista Manoel Gomes Moreira pede a inserção, em ata, da seguinte indicação: "Indico para efetivação do que determina indiscutivelmente o segundo período do artigo quatro dos nossos Estatutos, que, a critério da Diretoria, seja retirada de um dos vultosos Fundos de Reserva de nosso Banco a importância necessária ao aumento do nosso capital para duzentos milhões de cruzeiros, conforme deliberação aprovada pela nossa Assembléia Extraordinária realizada em novembro de mil novecentos e trinta e seis." O Senhor Presidente, reafirmando que qualquer assunto estranho à ordem do dia para que foi convocada a Assembléia Geral Extraordinária poderia ser objeto de discussão, porém não de deliberação, dá por encerrados os debates sobre o aumento de capital assegurando que, brevemente, será convocada pela Diretoria uma nova Assembléia Geral Extraordinária para reforma de outros dispositivos dos Estatutos não mais *condizentes* com a realidade brasileira no campo *econômico-financeiro*, apreciando-se, na ocasião, a conveniência da reforma do capítulo dois, relativo ao capital e às ações do Banco. Nada mais havendo a tratar que dissesse respeito aos objetivos da Assembléia, o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos, agradecendo a honrosa presença dos dignos Senhores Acionistas, notadamente a do ilustre representante do Tesouro Nacional, Doutor Haroldo Renato Ascoli; e, com todos se regozijando pela justeza das deliberações tomadas, volta a manifestar

a esperança de que próxima Assembléia Geral Extraordinária — efetuando, como já assinalou, outras alterações nos dispositivos estatutários, inclusive no capítulo cinco, referente às operações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, resultante do seu novo regulamento aprovado pelo Governo Federal em seis de fevereiro de mil novecentos e cinquenta e dois — neles também inclua os concernentes às atribuições a serem delegadas a uma Carteira

que possivelmente se criará — a de Colonização Nacional pelo eminente Presidente Getúlio Vargas. Encerrada a sessão, às dezessete horas e cinquenta minutos, eu Julio de Mattos, Primeiro Secretário, fiz lavar a presente ata, a qual, lida e achada conforme, é devidamente assinada. — *Julio de Mattos* — *Ricardo Jafet* — *José Willemsens Junior* — *Haroldo Renato Ascoli*.

1º PRÊMIO
Campeã da raça com
GADOVITA!



RAÇÕES PRENSADAS

GADOVITA

MOINHO FLUMINENSE S A
 R. URUGUAIANA 118 - RIO

SECÇÃO RAÇÕES BALANCEADAS

A Sociedade Nacional de Agricultura no Primeiro Congresso Nacional do Fumo



Ao alto, a mesa que presidiu os trabalhos, no ato inaugural; em baixo, parte da assistência

Do Sr. Dr. Antonio de Arruda Câmara, vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e presidente da Delegação da mesma ao 1.º Congresso Nacional do Fumo, recentemente realizada na Bahia, recebeu o Dr. Arthur Torres Filho o ofício que se segue:

“A Delegação designada por Vossa Excelência para representar a Sociedade Nacional de Agricultura no Primeiro Congresso Nacional do Fumo, realizado em Salvador de 12 a 20 do corrente, ao dar por terminada a missão que lhe foi confiada, vem muito respeitosamente, fazer um relato sucinto das suas atividades naquele importante certame.

Além das contribuições anexo relacio-

nadas, que a Delegação apresentou, tivemos oportunidade de, tanto nas sessões Plenárias como nas Comissões de estudos de teses, defender pontos de vista expostos por Vossa Excelência e que substancialmente interessam à Sociedade Nacional de Agricultura.

Na Associação Bahiana de Agronomia realizou o Chefe da Delegação uma palestra sobre a organização da classe rural brasileira, assunto que vem merecendo todo o apoio do Governador Regis Pacheco.

Na excursão realizada à zona fumageira tivemos oportunidade de tomar parte na solenidade de inauguração do marco comemorativo do início da cultura do fumo no Estado, iniciativa devida a Antonio Moreno, pioneiro da plantação racional do

fumo na Bahia. Em Maragogipe, Cachoeira e São Felix, visitamos as instalações industriais de fumo, e em Cruz das Almas, as plantações particulares e as oficiais, destacando-se entre estas as do Instituto Agrônomo do Leste, e, entre aquelas, as das Firmas Luiz Barreto Filho e Suerdieck.

Temos a grata satisfação de esclarecer a Vossa Excelência que coube à Delegação, além da 1.^a Vice-Presidência e a 3.^a Secretaria da Mesa que dirigiu os trabalhos do Congresso, a Presidência da Comissão de Conclusões e a palavra de agradecimento, em nome das Delegações, pela magnífica e cativante acolhida que tiveram na histórica cidade de Salvador. Junto uma fotografia em que estão fixados dois aspectos da solene instalação do memorável Congresso.

Esforçaram-se os delegados da Sociedade Nacional de Agricultura no sentido de demonstrar a necessidade da Bahia produzir fumos capeiros para atender às necessidades da indústria nacional e de evitar fôsse aprovada proposição pleiteando a incidência do imposto de consumo sobre o fumo em corda, isto por se tratar de produto tipicamente agrícola.

Em Salvador, no Instituto Normal da Bahia, foi realizada uma exposição magnífica e que deu uma idéia segura e exata do desenvolvimento da fumicultura brasileira, em seus variados aspectos e problemas.

A Delegação, ao concluir esta rápida exposição, deseja agradecer a Vossa Excelência a honrosa missão que lhe foi confiada e para a qual não poupou esforços para levá-la a bom termo.

As contribuições da S. N. A., em número de onze, são as seguintes:

DA ORGANIZAÇÃO RURAL DOS PEQUENOS FUMICULTORES DA BAHIA — Eng. Agr. Julião Barroso Ramos;

CONTRIBUIÇÃO — Delegação da Sociedade Nacional de Agricultura;

DA NECESSIDADE DE UM PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL AOS QUE TRABALHAM NA LAVOURA DE FUMO — Prof. Geraldo Goulart da Silveira;

DA OPORTUNIDADE DO LEVANTAMENTO DO CUSTO DE PRODUÇÃO DO FUMO — Prof. Geraldo Goulart da Silveira;

DA NECESSIDADE DE ASSOCIAÇÕES DE PLANTADORES DE FUMO — Prof. Geraldo Goulart da Silveira;

DA NECESSIDADE DA DISSEMINAÇÃO DE CURSOS DE PREPARAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE FUMO — Prof. Geraldo Goulart da Silveira;

DA NECESSIDADE DA SELEÇÃO DE BOAS VARIEDADES DE FUMO — Prof. Geraldo Goulart da Silveira

DA NECESSIDADE DA ADUBAÇÃO NA CULTURA DO FUMO — Prof. Geraldo Goulart da Silveira;

DA CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO MEIO RURAL — Prof. Geraldo Goulart da Silveira;

DA NECESSIDADE DE MAIOR NÚMERO DE ESCOLAS PRIMÁRIAS NO MEIO RURAL — Prof. Geraldo Goulart da Silveira;

DA NECESSIDADE DE TRABALHADORES RURAIS QUALIFICADOS — Prof. Geraldo Goulart da Silveira.

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.^o Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Eng.^o Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA
CAMARA

Diretor

Eng.^o Agrônomo KURT REPSOLD

Diretor Técnico

Eng.^o Agrônomo GERALDO GOULART
DA SILVEIRA

Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO

Redator-Secretário

Redação e Administração:

Av. Franklin Roosevelt, 115-6.^o

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.^o andar. Tel. 33-1432
End. Tel. "LINEFE". C. A. 7257

— SÃO PAULO —

Vence a campanha pela Natureza

LUIZ CARLOS DE MESQUITA MAIA



Durante uma patrulha de polícia florestal, o autor conversa com um guarda

Desde 1949, o autor das linhas que se seguem vem desenvolvendo, por meio de uma série cada vez maior de artigos e reportagens, publicados em sete revistas, uma cerrada campanha para que se dedique à natureza de nossa pátria, em especial a massacrada fauna, uma proteção eficaz, com os métodos adotados pelos países de maior civilização. Um dos tópicos visados é logicamente a criação de modernos refúgios de fauna ou parques nacionais, com áreas bastante amplas para facultar a sobrevivência, através de quaisquer eras futuras, de densas populações de animais selvagens, hoje ameaçados de extinção. Um outro tópico focalizado é a regulamentação e fiscalização do esporte da caça no Brasil, a fim de se tornar possível a permanente prática do mesmo sem decréscimo da população animal e consequente raridade ou extinção de espécies mais sensíveis. É ressaltada nesta campanha, também, a necessidade de recuperação da fauna em vastas regiões hoje produzidas a quase desertos zoológicos.

O primeiro triunfo da incansável luta parece próximo de se realizar, embora desvirtuando a finalidade primordial da mesma. Os incansáveis apelos deste autor para que se crie um santuário da nossa natureza nos vastos sertões semi-desabitados do Brasil Ocidental, geraram a idéia que inspirou o projeto sobre a instalação do Parque Indígena do Xingu. Infelizmente, porém, o ideal da campanha foi desvirtuado, em virtude da inclusão de tribos de selvícolas, com uma população de vinte mil pessoas, no reservatório dos recursos naturais da região do rio Xingu. Embora alegue-se que os indígenas vi-

sados não praticam a caça, somente se eles permanecerem eternamente no atual estágio de civilização, é que estarão seguras a fauna e a flora. Um tal estacionamento social, porém, é matematicamente impossível. Além disto, a supervisão planejada para o parque é falha, porque no caso de o mesmo possuir múltiplas finalidades, a administração deveria ficar sub-dividida. De qualquer modo, porém, esse parque indígena servirá para garantir a sobrevivência, por alguns anos, de um estoque zoo-botânico, até que se consiga criar um perfeito refúgio de fauna ou parque nacional no oeste do Brasil.

O segundo triunfo, também parcial, da campanha deste autor, foi a criação pelo sr. David Azambuja, chefe da Secção de Proteção Florestal, do sistema de patrulhamento intensivo das matas protegidas, sem o qual a própria interdição das mesmas ficaria sem resultado prático. Idealizando o sistema de patrulhas volantes da polícia florestal, o sr. Azambuja criou novas esperanças para a flora e, de um certo modo, também a fauna de, pelo menos, o Estado do Rio. Conquanto o principal objetivo das patrulhas volantes seja a preservação das florestas, fica indiretamente beneficiada com a iniciativa a fauna, pois a caça nas matas protegidas é reprimida com severidade.

Em 1 de maio do corrente ano, por exemplo, a patrulha chefiada pelo delegado florestal José P. Vieira Peixoto e o inspetor João Magessi, surpreendeu em uma floresta federal do Município de Magé, Estado do Rio, caçadores ilegais em flagrante delito. Com espingardas e bodeques, que foram apreendidos de acordo com a lei, os recalcitrantes indivíduos matavam pequenos pássaros, de vez que os animais maiores já tinham sido extintos no local pelos precedentes depredadores da natureza. É pena que a Divisão de Caça e Pesca, esquecida das respectivas atribuições, não colabore nesta repressão à caça ilegal. Aliás, só quando a referida repartição assumir a normalidade funcional é que teremos garantida a perpetuidade da caça no Brasil, sem o perigo de extinção dos principais elementos de nossa fauna.

É de se esperar, portanto, que brevemente os interessantes animais selvagens do Brasil mereçam das respectivas autoridades, cuidados comparáveis aos que recebem as florestas por parte do Serviço Florestal. É digno de nota, porém, que mesmo este último requer providências que só com maior verba poderão se realizadas. Mais verba para o Serviço Florestal, significa mais viaturas motorizadas para o patrulhamento, mais guardas florestais para a fiscalização e mais florestas sob controle federal. Significa, pois, fertilidade para a Nação, estabilidade climática, mais um grande atrativo turístico, garantia de permanentes caça e pesca fluvial e, finalmente, uma economia estável para o Brasil.

Educação Sanitária do Homem Rural

São muito precárias as condições de saúde do nosso homem rural.

Uns impaludados, outros opilados, muitos acometidos pela terrível tracoma ou pela doença de Chagas, tôdas elas comuns nas zonas rurais, vivem êles na mais completa ignorância a respeito das fontes de infecção e dos tratamentos adequados, propagando cada vez mais as doenças aos indivíduos sadios e agravando assim o problema da saúde de nossas populações rurais.

É de espantar, entretanto, a enorme resistência que êles apresentam, pois mesmo assim doentes, sem nenhuma ou com uma precária assistência médica, recorrendo na maioria das vezes a recursos empíricos e não raro contraproducentes de curandeiros e benzedeiras, êles continuam trabalhando, lavrando como podem, o solo.

É bem verdade que o rendimento do trabalho é muito baixo, mas outra coisa não se pode esperar de indivíduos doentes e desanimados.

Conquanto tão frequentes, não são tais enfermidades convenientemente encaradas pelo nosso homem rural que desconhece os mais rudimentares preceitos de higiene, que tem as mais extravagantes idéias sobre a maneira de propagação dessas doenças.

Junte-se a isso a subnutrição permanente que é consequência de uma alimentação escassa e de pouco valor nutritivo e o uso imoderado do álcool (cachaça), e ter-se-á o quadro real de homens doentes, sem aspirações na vida, trabalhando para comer mal e abrigar-se melhor ainda.

É bem verdade que os poderes públicos já vêm cuidando de tão relevante problema.

O que já tem feito, por exemplo, o Serviço Nacional da Malária, é digno de registro.

De nada adianta, entretanto, o grande saneamento de extensas áreas, com a abertura de quilômetros e quilômetros de valas; a dedetização, em larga escala, de enormes áreas de zonas impaludadas; é preciso também que as populações rurais cooperem eficientemente na batalha contra a malária; que completem o grande

Engenheiro-Agrônomo

GERALDO GOULART DA SILVEIRA
(Diretor Técnico da Soc. Nacional de Agricultura)

saneamento a cargo dos poderes públicos, com o chamado saneamento doméstico evitando as pequenas poças de água, o entupimento de valetas de drenagem, etc., que sigam as instruções dos médicos e demais auxiliares do Serviço da Malária, que compreendam a importância da destruição dos meios de abrigos dos anofelinos, e, principalmente, que se convençam que são êsses insetos os transmissores da doença e não a água, como muitos erradamente, acreditam.

O mesmo pode-se dizer de outras enfermidades.

De nada adianta, por exemplo, a distribuição, em larga escala, de vermífugos, se não forem combatidas as fontes de infecção do amarelão, se elas continuarem disseminando a enfermidade.

Os resultados serão, em todos os casos deficientes, desde que não haja a indispensável colaboração da própria população rural.

O problema não é, tão somente, de assistência médica imediata, mas, principalmente, de uma assistência médica seguida de um trabalho de *educação sanitária*.

Entre outras questões básicas que o nosso homem rural precisa ser bem esclarecido e delas ficar convencido, podemos lembrar:

a) — as vantagens e a necessidade imperiosa da higiene corporal; banhos diários, limpeza da cabeça e das unhas, limpeza das mãos antes de tocar os alimentos, enfim, princípios elementares de higiene que êles desconhecem;

b) — a necessidade da não contaminação do solo com os dejectos à flor da terra, as vantagens da instalação de fossas embora modestas e rudimentares, convencendo-o de que através das dejeções são transmitidas diversas enfermidades diretamente ou por intermédio de insetos (moscas, por exemplo);

c) — a necessidade do tratamento dos ferimentos que são focos abertos para in-

fecções, às vezes de natureza grave, e da proteção dos mesmos contra novas infecções;

d) — as vantagens do uso do calçado, pois através da pele dos pés muitos germens penetram no organismo;

e) — a necessidade da higienização das habitações rurais, com a eliminação de buracos e frestas que servem de abrigo ao "chupança ou barbeiro", transmissor da doença de Chagas e de focos de outros insetos igualmente nocivos;

f) — destruição do lixo que abriga as larvas de moscas e outros insetos nocivos;

g) — necessidade da construção de poços em lugares não contaminados (afastados de fossas, pocilgas, etc.) e protegidos contra possíveis contaminações (cobertos);

h) — noções elementares de higiene alimentar e conservação de produtos alimentares.

Enfim, tão numerosos são os princípios básicos que precisam e devem ser divulgados e praticados pelo nosso homem rural, que torna-se impossível, em poucas linhas, enumerá-los.

O nosso objetivo é, tão somente, chamar a atenção para um problema de tão alta relevância como o da assistência sanitária ao homem rural.

Urge, nesse sentido, uma campanha educativa de grandes proporções.

Assistência sob a forma de educação sanitária com a colaboração indispensável de assistentes sociais convenientemente preparados que conheçam bem o meio e o homem rural, com todas as suas sutilezas e seus complexos, dispostos a um trabalho difícil e árduo, porém patriótico, é uma necessidade urgente.

Além disso, torna-se mister:

a) — uma assistência imediata aos enfermos, com distribuição gratuita ou a preços módicos de medicamentos aos mais necessitados;

b) — assistência hospitalar aos que necessitarem de intervenções cirúrgicas ou tratamento mais prolongado de certas enfermidades;

c) — assistência à maternidade (são numerosas, no meio rural, as infecções em partos normais pela falta de conhecimentos básicos de higiene por parte das "comadres parteiras");

d) — assistência à infância (é enorme a mortalidade infantil no meio rural pelo desconhecimento completo de como pre-

servar a saúde das crianças na primeira idade).

O problema é, sem dúvida, difícil e complexo.

O homem rural aceita bem a assistência médica quando está doente, mas é rebelde às medidas de profilaxia das enfermidades.

Aliás, todo e qualquer trabalho de assistência social ao nosso homem rural e à sua família deve iniciar-se pela assistência médica e por um trabalho educativo bem conduzido a fim de que ele possa recebê-la bem e que ela alcance os objetivos que dela se espera.

Os problemas fundamentais de nossas populações rurais ainda são os mesmos que sempre os nossos ruralistas salientaram, isto é, *saúde e educação*.

Urge um trabalho de *educação sanitária* no meio rural visando proporcionar ao homem uma vida mais alegre e feliz e mais ânimo para o trabalho.

A educação sanitária e a assistência médica constituem empreendimentos de valorização do elemento básico da economia do país: — o homem rural — que sempre foi e ainda é o alicerce de todo o nosso arcabouço econômico.

CONCLUSÕES

a) — são precárias as condições de saúde de nossas populações rurais;

b) — a assistência médica imediata às nossas populações rurais, conquanto necessária e imprescindível, não é suficiente para resolver o problema da saúde do homem rural;

c) — a educação sanitária de nossas populações rurais é uma necessidade imperiosa;

d) — no sentido da difusão da educação sanitária será valioso e indispensável o concurso de assistentes sociais convenientemente preparados para um trabalho de tal envergadura.

OBS. — O presente trabalho, apresentado à Mesa Redonda de Agricultura, promovida pela Sociedade Rural Brasileira, no período de 3 a 9 de março, foi relatado pelo Prof. Cory Gomes de Amorim, e com parecer favorável do relator, aprovado unanimemente em sessão plenária.

O dever do produtor de Leite

OTTO FRENZEL

Diretor da Sociedade Nacional de
de Agricultura

O dever do produtor de leite, evidentemente, é produzir. Leite de vaca, é claro. Mas que leite? Tipo A, B, ou C? Não, nenhum deles. Ele deve produzir leite "limpo" e integral. Antigamente só havia um tipo de leite; limpo e integral. Quando fraudava o leite, o fraudador era condenado a beber todo o leite fraudado, o que lhe era imposto por meio de um funil. As sutilezas da vida moderna estabeleceram então os citados tipos de leite. Não para evitar ou distinguir a fraude, a qual, felizmente, não é permitida para nenhum tipo de leite. A sua finalidade é antes de ordem econômica. Entretanto, será que é justo estabelecer tipos de leite? Achamos que não. Tivemos prazer em ouvir a mesma opinião, expressa pelo grande técnico laticinista uruguaio Juan Minut, quando nos honrou com a sua visita em abril do ano findo.

Vejamos as nossas razões. O principal consumidor de leite, fresco, condensado ou desidratado é a "criança". A alimentação ideal inicial é, incontestavelmente, a amamentação do seio materno. Mas, a seguir, é preciso continuar a alimentação láctea da criança, depois de desmamada, ainda por muito tempo. O ideal seria que o leite jamais faltasse ao ser humano durante toda a sua existência. Para que assim seja, é absolutamente necessário que o leite seja limpo e integral, a fim de tornar agradável e proveitoso o seu consumo. Mesmo o organismo de um ser humano, que não tivesse paladar algum, rejeitaria, com o tempo, um leite ou qualquer outro alimento que não lhe agradasse. Ficaria doente, como sabemos por experiência própria. Portanto, o leite a ser consumido deve ser limpo e integral de origem. Não se julgue que a pasteurização, a higienização, a refrigeração e outros processos mais, possam tornar limpo e integral um leite que não o seja desde a fonte de produção. Nenhuma cooperativa e nenhuma indústria poderão garantir efetivamente a qualidade do leite e de seus derivados, se os seus fornecedores não fornecerem leite limpo e integral.

Voltemos, entretanto, para a "criança". Mesmo nos regimes mais totalitários a criança é a preocupação máxima dos seus dirigentes. A explicação é fácil, pois, na criança depositamos a esperança, senão a certeza, da possibilidade da continuidade de nossa obra. Encarando, porém, o problema da criança, de um ponto de vista genérico, não podemos, evidentemente, afirmar qual ou quais as crianças de uma nação serão, realmente, os continuadores dessa obra. Neste ponto é que devemos voltar para a influência de um leite limpo e integral na saúde da criança. Não sabendo qual ou quais as crianças que, futuramente, preencherão os lugares que estão à sua espera, entendemos que

"todas" as crianças têm direito a um só leite: o leite limpo e integral.

Cabe, pois, ao produtor de leite dar essa garantia essencial para a nação e a humanidade em geral. Sem o leite puro e integral, nada valem custosas instalações e serviços de distribuição. Ao governo, sim, para possibilitar o abastecimento de leite limpo e integral, cumpre, não só incentivar e velar pela sua produção, mas, ainda mais, garantir a facilidade e rapidez nos transportes. O programa essencial de um governo deve, portanto, ser: transporte e seu aparelhamento.

Se o dever do produtor é fornecer leite limpo e integral, o do governo é possibilitar o seu transporte. Enorme é o desperdício de leite anualmente por falta de transporte adequado. É inútil exigir a produção de leite limpo e integral, se ele não puder ser transportado de maneira adequada.

Pode-se dizer que tudo o que acima ficou dito não é novidade e é conhecido de todos há longo tempo. Entretanto, continuando um problema ainda insolúvel, mister é insistir, já que em outros países encontrou solução. Não há motivo para se julgar que não possa ser resolvido, também no Brasil. Não é questão de estabelecer tipos de leite. É mais uma questão de transporte adequado do que outra qualquer. Uma vez resolvida esta questão do transporte, o cumprimento do dever do produtor será muito facilitado.

Ninguém ignora que o consumo "per capita" no Brasil é muito baixo. Não satisfaz absolutamente o mínimo indispensável para uma alimentação básica satisfatória, nem mesmo das crianças. Repetimos que o leite pode e deve ser alimento básico para o cidadão em todas as idades.

Ora, o produtor pode fornecer leite limpo e integral. As regras são conhecidas, mas convem repeti-las constantemente:

- 1) ter vacas sãs e bem alimentadas;

LAVRADOR!

INSCREVE-TE NA ASSOCIAÇÃO RURAL DO TEU MUNICÍPIO. A CLASSE SÓ SERÁ FORTE QUANDO ESTIVER ORGANIZADA EM TODO O BRASIL.

GARANTIA À ATIVIDADE RURAL ATRAVÉS DO SEGURO AGRÁRIO

Declarações do professor Arthur Tôrres Filho

Transmitindo à reportagem suas impressões sobre a instituição do seguro agrário no Brasil, preconizada em recente mensagem do governo à Câmara dos Deputados, o professor Arthur Torres Filho, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e catedrático da Universidade de Rural, declarou:

— “Se toda a atividade econômica está sujeita a riscos e prejuízos em seus rendimentos, nenhuma outra, como a agropecuária, necessita, entre nós, de maior segurança. Decidindo-se pela criação do seguro agrário, reconhece o Chefe do Governo que a economia agrícola representa o pedestal em que deve firmar-se a estrutura social, econômica e financeira do país.

Tanto nos países europeus como nos americanos, a instituição do seguro agrário continua sendo objeto de investigações no que diz respeito à sua aplicação mais adequada às múltiplas manifestações do trabalho rural. No Brasil, os prejuízos decorrentes dos riscos da produção agropecuária atingiram, segundo os resultados do último censo econômico, a apreciável cifra de 40 bilhões de cruzeiros.”

A essa altura de suas declarações, informou o professor Arthur Torres Filho que, em matéria de riscos agropecuários, só existem, em nosso país, duas modalidades de seguros, de caráter restrito: o seguro contra o granizo na cultura do algodão, criado pelo governo paulista, e o que é feito em favor de reprodutores e cavalos de corrida, por instituições privadas.

“Vê-se, pois — aduziu o presidente da Sociedade Nacional de Agricultura — a magnitude da medida que acaba de tomar

o governo, inspirada, como se sabe, no propósito de proporcionar maiores garantias ao labor penoso do lavrador brasileiro.”

A INSTITUIÇÃO DO SEGURO AGRÁRIO

Em outra passagem de sua palestra com a reportagem, o professor Arthur Torres Filho declarou:

— Opera-se, atualmente, na agricultura brasileira, um amplo movimento de renovação. A reorganização, em moldes modernos, dessa importante atividade econômica, é um imperativo do próprio desenvolvimento nacional. Já os lavradores procuram arregimentar-se em associações e cooperativas para uma defesa mais objetiva de suas principais aspirações. É de louvar-se, portanto, a assistência que vem procurando dar o governo à laboriosa classe rural. A instituição do seguro agrário, por exemplo, é uma medida de alta significação para o reerguimento das atividades rurais, em nosso país, exercidas, como se sabe, em condições mesológicas por vezes as mais adversas. Como salientou o Presidente da República na mensagem em que propõe a criação da Companhia Nacional de Seguro Agrícola — concluiu o professor Arthur Torres Filho — forçoso seria que o governo cuidasse, de imediato, da instituição daquele benefício ao homem do campo, coordenando todos os estudos para a sua implantação no país, de sorte a tornar-se a mola propulsora do crédito agrícola.”

Plano cooperativo para a carnaúba e o babaçú

Dois caminhos existem para a organização cooperativa dêsses dois setores vitais da economia do Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia:

1.º — uma grande cooperativa *central* em Fortaleza, ou uma outra cidade que seja ponto de convergência econômica ou equidistante das zonas produtoras dispersas da carnaúba.

Esta *Central*, na forma da lei 22.239, poderá ter pessoas físicas e jurídicas em seu quadro social, havendo, pois, necessidade da fundação prévia de, pelo menos, duas cooperativas locais, o que, parece, talvez não seja possível de início, dado a falta de ambiente receptivo e o baixo nível de vida das populações que laboram nesse setor.

2.º — A fórmula inicialmente mais exequível: uma cooperativa de primeiro grau com raio de ação que abranja as zonas produtoras (§ 2.º do art. 11 do decreto-lei 581), nas quais localizará suas agências ou postos de recebimento, suas assembléias seccionais, usinas-pilotos nas áreas de ocorrência e demais funções que decorram de suas finalidades e disposições estatutárias, estas bem amplas, de cooperativa mista, incluindo o setor crédito e o da assistência social mesmo, dinamizada pelo financiamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo ou do Banco do Brasil, que agora possui um novo regulamento para sua carteira agrícola, de grande flexibilidade, principalmente nos seus artigos 3.º, 8.º e 14.º. Nestes enquadram-se as atividades da cooperativa.

Isto como etapa de transição, até que se forme o ambiente propício às cooperativas locais e formação de uma verdadeira central ou, melhor, de uma federação, cujo raio de ação, como a da central, a lei não impede possa ser até interestadual. É a solução-chave.

Serão estabelecidos critérios sensatos, prevista a formação de capital em bases sólidas e traçado um planejamento técnico orgânico.

A fórmula cooperativa afasta todos os

por *FABIO LUZ FILHO*

grandes inconvenientes do monopolismo estatal, autárquico ou capitalístico, e tem virtudes de auto-governo e auto-defesa dos produtores que aquele não tem, como está longe de encarnar suas legítimas reivindicações.

O decreto-lei n.º 1.386, de 5 de dezembro de 1939, é referente à participação de pessoas jurídicas nas cooperativas de indústrias extrativas. Tem cabimento no caso da carnaúba e no do babaçú.

A Cooperativa de carnaúba terá como objetivo central defender a economia de seus associados, para o que empregará os meios convinháveis e legalmente lícitos para a exploração, a venda e a industrialização. Promoverá medidas no sentido do plantio racional dos carnaubais; sistematização dos métodos de cultura; aquisição das máquinas de beneficiamento mecânico, extratores e peneiras manuais calibradas para distribuição entre seus associados; métodos racionais de beneficiamento, de preferência mecânico; construção de usinas-pilotos; comercialização do produto em bases que beneficiem realmente os produtores, considerada, claro, a atual situação dos mercados e os preços FOB indicados para cada tipo, na conformidade do decreto 7.444, de 25 de junho de 1941, para arroba de 15 quilos.

Considerar que a base do financiamento é por lei de 80% do preço mínimo, que é de Cr\$ 720,00 para o tipo 1, e Cr\$ 560,00 para o tipo 5.

A determinação dos preços do produto obedecerá ao contido no art. 4.º do decreto 1.506, de 19-12-51.

Para o babaçú servem as linhas mestras acima, incluindo as usinas e destilarias, a nucleação do operário rural em lotes próprios para o plantio racional de palmeiras e agricultura de subsistência e

indústrias acessórias à agricultura. Serão assim fixados, com a consequente melhoria de suas condições econômico-sociais.

É tão baixo o nível de vida na zona do babaçu no Maranhão, que vivem os apanhadores em malocas, e as mulheres se cobrem apenas com sacos de aniagem do umbigo para baixo, o busto inteiramente nu... Situação infra-humana de miséria e nomadismo.

Para a castanha do Pará, para esses imensos vazios demográficos, como os dos carnaubais e babaçuais, a orientação será a mesma.

O babaçu ocupa uma área, no Maranhão e Piauí, de 380.000 quilômetros quadra-

dos, com 10 bilhões de palmeiras nativas e adensadas em terras devolutas ou improdutivas.

No Maranhão, sobretudo, é uma questão social de suma gravidade a situação dos quebradores numa zona de babaçuais não constituindo o transporte, propriamente, o maior impecilho. Este é a miséria, o desestímulo, a falta de agricultura, de subsistência em terras devolutas ou improdutivas, o nomadismo em função desse primitivismo de condições de meio, de métodos de trabalho e estilo de vida.

Como "quintal" de S. Luiz, há extensa zona na qual a fixação do homem rural poderia fazer-se.

Noticiário da Escola de Horticultura Wenceslão Bello

15.º ANIVERSÁRIO DA ESCOLA

..Realizou-se, no dia 15 de maio, a solenidade comemorativa do 15.º aniversário da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, modelar estabelecimento de ensino mantido na Penha, Distrito Federal, pela Sociedade Nacional de Agricultura, desde 15 de maio de 1937, dirigido pelo Eng. Agrônomo Antonio de Arruda Camara, Vice-Presidente da S. N. A.

Comemorando tão festiva data foi planejado, pelos alunos, um belo exemplar, falando a ocasião o Prof. Geraldo Goulart da Silveira que fez o histórico do estabelecimento, recordando fatos ligados à instituição que é uma das mais beneméritas obras da Sociedade Nacional de Agricultura.

MOVIMENTO DO INTERNATO

E' muito animador o movimento do internato da E. H. W. B. que abriga filhos de lavradores dos mais variados recantos do país, distribuídos em três cursos: Curso de Hortelão, Curso de Fruticultor e Curso de Floricultor.

CURSO EM COLABORAÇÃO COM A F.G.V.

Com frequência de 231 alunos estão funcionando os sete primeiros Cursos Práticos Agrícolas dos vinte e quatro planejados pela Fundação Getúlio Vargas e para serem realizados no corrente ano em colaboração com a F. G. V.

MESA REDONDA DE AGRICULTURA

A Escola de Horticultura Wenceslão Bello esteve representado na Mesa Redonda de Agricultura promovida pela Sociedade Rural Brasileira pelo Prof. Geraldo Goulart da Sil-

veira que através de duas teses "Encaminhamento" de vocação para a agricultura" e "As associações de classe e o ensino agrícola" relator o que no setor desse tipo de ensino vem realizando o referido estabelecimento de ensino em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas.

COMEMORAÇÕES HISTÓRICAS

Comemorando a data de 13 de maio, realizou o club Agrícola Miguel Calmon uma reunião dos alunos da E. H. W. B., falando na ocasião o Prof. Geraldo Goulart da Silveira que falou sobre a data.

CLUB AGRÍCOLA MIGUEL CALMON

Prosseguem muito animadoras as atividades do Club Agrícola Miguel Calmon, constituído pelos alunos da Escola de Horticultura Wenceslão Bello. O Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, através da Seção de Clubes Agrícolas Escolares, vem auxiliando o Club Agrícola 1.098 fornecendo-lhe publicações, ferramentas e sementes.

SERVIÇO SOCIAL RURAL

O Eng. Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, Professor da E. H. W. B., foi convidado para integrar a sub-comissão de Serviço Social Rural da Comissão Nacional de Política Agrária.

SEGUNDA SÉRIE DE CURSOS PRÁTICOS

Tiveram início, em Julho, mais oito Cursos Práticos Agrícolas que compõem a segunda série de tais cursos que a Fundação Getúlio Vargas mantém na Escola de Horticultura Wenceslão Bello.

DEPÓSITOS A PRAZO FIXO E AVISO PRÉVIO

NA

CAIXA ECONÔMICA

FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

A Caixa Econômica fixou a seguinte tabela de juros para os depósitos a prazo fixo:

— Prazo de 6 meses	5 % ao ano
— Prazo de 12 meses	5 1/2 % ao ano
— Prazo de 24 meses	6 % ao ano

As contas a prazo fixo só podem ser abertas com a entrada inicial mínima de 10.000 cruzeiros e os juros são automaticamente somados, no fim de cada período, aos saldos das contas correntes, desde que os depositantes renovem os contratos.

As contas a prazo fixo são abertas na Agência Central de Depósitos, à Avenida 13 de Maio, 33/35, das 8,30 às 18,30 horas, nos dias úteis, com exceção dos sábados, quando o expediente é das 8,30 às 12,30 horas.

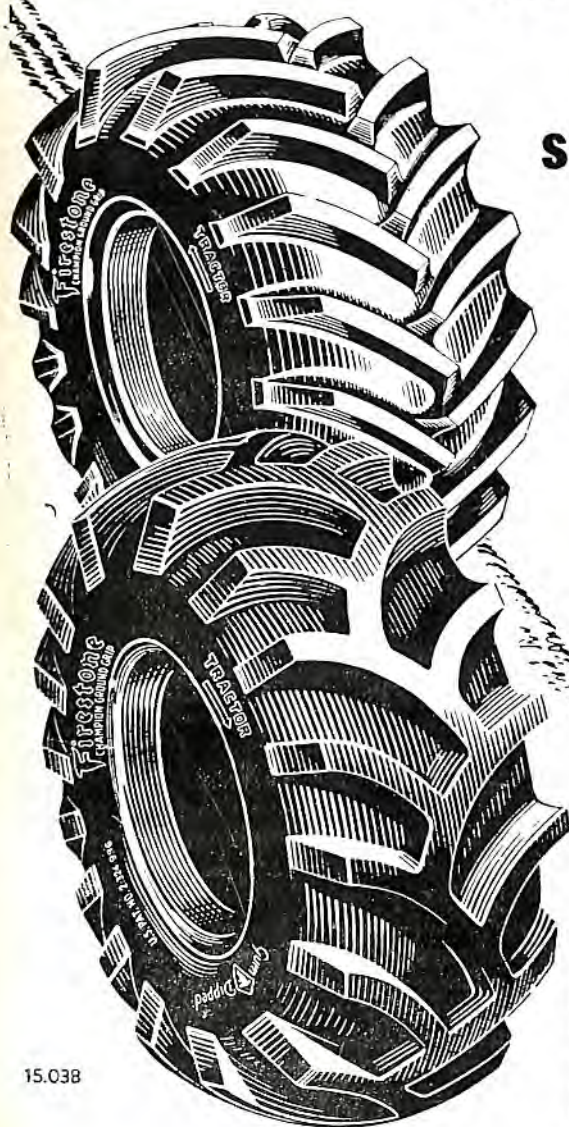
A tabela dos depósitos de aviso prévio na Caixa Econômica é a seguinte:

— Aviso de 60 dias	3 1/2 % ao ano
— Aviso de 90 dias	4 % ao ano
— Aviso de 120 dias	4 1/2 % ao ano



**Na terra dura
ou fôfa...
seu trator RENDE MAIS
com pneus**

Ground Grip



**MÁXIMO... em Tração
e Resistência**

Em sua fazenda o senhor precisa de pneus que proporcionem super tração. Por isso, Firestone lhe oferece os Pneus para Tratores Ground Grip, com barras mais altas e mais fortes, para cravarem no chão duro ou sustentarem a tração, quando em terra fôfa. Aumente o rendimento diário e economize combustível, usando em seus tratores o pneu que significa mais lucros, porque dura mais e executa melhor o seu trabalho — Ground Grip Firestone.

15.038

Rode sobre

Firestone



— GARANTIA DE MÁXIMA QUILOMETRAGEM POR CRUZEIRO

Quando o trabalho fôr **PESADO**

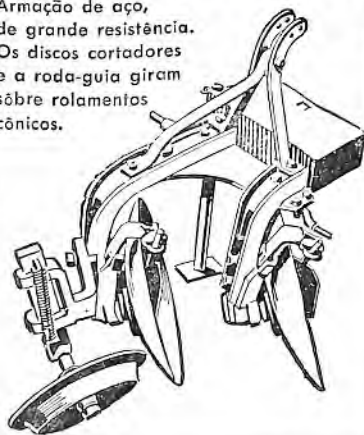
**USE O ARADO
DE DISCOS**

Dearborn

-rende 1 alqueire por dia!



Armação de aço,
de grande resistência.
Os discos cortadores
e a roda-guia giram
sobre rolamentos
cônicos.



Trator Ford equipado com Arado de Discos DEARBORN

Para lavrar terrenos duros, secos, difíceis de penetrar; ou solos muito abrasivos que desgastam rapidamente as aivecas - o Arado de Discos Dearborn é o que melhores resultados proporciona. Seus discos, de aço tratado termicamente, lavram com facilidade o solo mais duro, deixando os resíduos vegetais misturados à superfície. Ótima produção: até 1 alqueire por dia! Feito especialmente para o Trator Ford, é engatado em 1 minuto! Levanta e abaixa pelo Controle Hidráulico do Trator. Peça mais informações ao Revendedor Ford.

1.463

FORD MOTOR COMPANY, EXPORTS, INC.

